



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS
REGIONAIS - PPGDIRE

MARCELA PEREIRA LIMA TELES

**POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS EM ARAGUAÍNA-TO: CONSEQUÊNCIAS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DOS DISPOSITIVOS LEI-FAMÍLIA-
ESCOLA**

Araguaína / TO
2020

MARCELA PEREIRA LIMA TELES

**POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS EM ARAGUAÍNA-TO: CONSEQUÊNCIAS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DOS DISPOSITIVOS LEI-FAMÍLIA-
ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia tendo como subárea Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Subárea de concentração: Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Linha de Pesquisa: Vulnerabilidade e Dinâmicas Regionais.

Orientador: Dr. Wallace Rodrigues.

Co-orientador: Dr. João de Deus Leite.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

T269p TELES, Marcela Pereira Lima.
 POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS EM ARAGUAÍNA-TO::
 CONSEQUÊNCIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DOS
 DISPOSITIVOS LEI-FAMÍLIA-ESCOLA . / Marcela Pereira Lima TELES. –
 Araguaína, TO, 2020.

140 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2020.

Orientador: Wallace Rodrigues

Coorientador: João de Deus L

1. Desenvolvimento. 2. Políticas Públicas Redistributivas. 3. Dispositivos.
4. Bolsa Família. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARCELA PEREIRA LIMA TELES

**POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS EM ARAGUAÍNA-TO: CONSEQUÊNCIAS
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA A PARTIR DOS DISPOSITIVOS LEI-
FAMÍLIA-ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, tendo como subárea Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 02/ 04 / 2020

Banca Examinadora



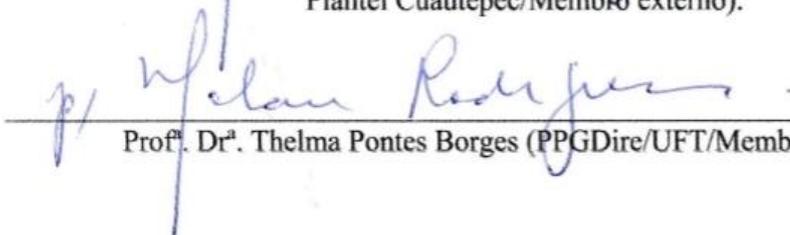
Prof.^o. Dr.^o. Wallace Rodrigues (PPGDire/UFT/Orientador).

p/ 

Prof.^o. Dr.^o. João de Deus Leite (PPGDire/UFT/Co-orientador).

p/ 

Prof.^o. Dr.^a. Rosa Ynés Alacio García (Universidad Autónoma de la Ciudad de México, Plantel Cuauhtepc/Membro externo).

p/ 

Prof.^o. Dr.^a. Thelma Pontes Borges (PPGDire/UFT/Membro interno).

Araguaína – TO, 2020.

Dedico este trabalho, em especial, à minha mãe Maria Oneide, grande incentivadora de todos os projetos e sonhos em minha vida, e a todos os professores(as) que são os verdadeiros heróis deste país.

[...] Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda estrutura social. (Foucault, 2006, p.XIV)

“Mas, buscai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas”. (Mt. 6:33).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, não de forma automática, mas porque acredito de forma veemente que sem Ele nada poderia conquistar, em minha trajetória de vida muitas pessoas foram imprescindíveis na conquista dos meus sonhos, desde a minha primeira formação acadêmica em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Federal do Tocantins, aos professores brilhantes que me transmitiram conhecimento essencial, agradeço aos meus colegas de trabalho da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Deputado Federal José Alves de Assis: professores, auxiliares de serviços gerais, guardas, merendeiras, administrativo e financeiro que, além de terem fomentado esta pesquisa com dados e participação nas entrevistas, fazem parte meu ambiente de trabalho oportunizando diariamente aprender cada dia mais com os desafios da profissão professora.

Aos meus irmãos Milena e Márcio, meus sobrinhos(as) João Henrique, Yeda e Isabelly, pessoas que tanto amo e dão sentido maior a vida.

Agradeço imensamente ao programa de pós-graduação Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDire seus respectivos docentes que souberam valorizar meu projeto inicial e acreditaram no meu potencial, aos meus orientadores Wallace Rodrigues e João de Deus Leite que caminharam comigo nesta jornada, agradeço também aos meus colegas do curso por todo apoio e troca de conhecimento.

Agradeço, de coração, à Susie Fernandes Santos da Silva e seu esposo Rubens Martins da Silva por toda orientação e ajuda na fase de elaboração do pré-projeto. Para finalizar meus agradecimentos, aos participantes desta pesquisa de maneira geral, aos alunos e suas famílias que tão gentilmente me receberam e responderam aos meus questionamentos, fiquem com minha eterna gratidão.

RESUMO

Ao longo dos últimos séculos, o homem alcançou feitos extraordinários na ciência e na tecnologia, entretanto, a erradicação da fome e da desigualdade social no mundo ainda se coloca como grande desafio para a humanidade. Essa contradição parece revelar que desenvolvimento econômico e desenvolvimento social ainda se mostram divorciados de um mesmo objetivo dentro do escopo do sistema político-econômico capitalista, pois a riqueza e a opulência convivem de forma pacífica com a pobreza e a fome (SEN, 2010). Nas duas últimas décadas, no Brasil, avanços na educação e na renda da população aferidos pelos indicadores socioeconômicos, apresentados por órgãos como, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/2015) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2018), revelam que essa situação, em parte, é resultante da implementação de políticas de proteção social. Partindo desse pressuposto, esta pesquisa tem por objetivo analisar as consequências de uma política redistributiva, o Programa Bolsa Família (PBF), no município de Araguaína - TO, região Norte do Brasil. Justifica-se o interesse neste tema, a compreensão do alcance de uma política pública de extrema importância para seus subsidiados, principalmente aqueles do espaço escolar das redes públicas de educação. Nessa trajetória, recorreremos a alguns números que demonstraram evolução nos índices socioeconômicos, todavia, buscamos pensar desenvolvimento além dos dados sintéticos, e, para tal, utilizamos as teorias de dois autores: Amartya Sen, que versou sobre o processo de desenvolvimento com foco no bem-estar social dos indivíduos a partir das liberdades substantivas; e Michel Foucault, para discutir sobre os dispositivos Lei-Família-Escola. Também realizamos entrevistas com cinco famílias de alunos que estudam em uma escola pública da rede estadual subsidiadas pelo PBF. Os resultados obtidos com esta pesquisa revelaram que nos últimos cinco anos o número de beneficiários do PBF vem diminuindo no município de Araguaína e, devido à importância dessa política pública no contexto econômico dessas famílias, principalmente por possibilitar acesso de seus filhos a escola, requer atenção redobrada, tendo em vista que essas famílias ainda não compreendem essa política pública como direito pleno. Outrossim, quando tomamos a educação como oportunidade social, entendemos que o Programa Bolsa Família precisa atuar de forma mais contributiva e estabelecer parâmetros que possam garantir que os filhos dessas famílias tenham, além do acesso, educação de qualidade, aspecto que apenas pela condicionalidade de frequência preconizada pela Lei 10.836/2004 não é garantido. As entrevistas realizadas com a equipe escolar demonstraram que é preciso ampliar o olhar acerca dos alunos subsidiados pelo PBF, entendemos ainda quão necessário é que o Estado continue avançando em políticas de proteção social para que tenhamos de fato a eliminação de privações e desigualdades sociais no Brasil.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Políticas Públicas Redistributivas; Dispositivos; Bolsa Família; Escola-Família.

ABSTRACT

Over the past centuries, man has achieved extraordinary achievements in the science and technology, however, the eradication of hunger and social inequality in the world is still a major challenge for humanity. This contradiction seems to reveal that economic development and social development are still divorced of the same objective within the scope of the capitalist political-economic system, as wealth and opulence coexist peacefully with poverty and hunger (SEN, 2010). In the last two decades, in Brazil, advances in education and income of the population, as measured by socioeconomic indicators, presented by bodies such as the Institute for Applied Economic Research (IPEA/2015) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE/2018), reveal that this situation is partly the result of the implementation of social protection policies. Based on this assumption, this research aims to analyze the consequences of a redistributive policy, the Bolsa Família Program (PBF), in the municipality of Araguaína-TO, northern Brazil. The interest in this topic is justified, the comprehension of the reach of a public policy of extreme importance for its subsidized, mainly those of the school space of the public education networks. In this trajectory, we resorted to some numbers that showed evolution in socioeconomic indexes, however, we tried to think about development beyond synthetic data, and, for this, we used the theories of two authors: Amartya Sen, who talked about the development process with a focus on good -the social welfare of individuals based on substantive freedoms; and Michel Foucault, to discuss the Law-Family-School provisions. In addition to socioeconomic data, we conducted interviews with five families of students studying at a public school in the state network subsidized by the PBF. The results obtained with the research revealed that in recent years the number of beneficiaries has been decreasing, and, due to the importance of this public policy in the economic context of these families, mainly because it allows their children access to school, the increase in the PBF offer requires greater attention. The results obtained with this research revealed that in the last five years the number of PBF beneficiaries has been decreasing in the municipality of Araguaína, and, due to the importance of this public policy in the economic context of these families, mainly because it allows their children access to school, it requires increased attention, given that these families still do not understand this public policy as a full right. Furthermore, when we take education as a social opportunity, we understand that the Bolsa Família Program needs to act in a more contributory way and establish parameters that can ensure that the children of these families have, in addition to access, quality education, an aspect that only due to frequency conditionality recommended by Law 10.836 / 2004 is not guaranteed. The interviews carried out with the school team demonstrated that it is necessary to broaden the view about students subsidized by the PBF, we also understand how necessary it is for the State to continue advancing in social protection policies so that we have in fact the elimination of deprivations and social inequalities in Brazil.

Keywords: Development; Redistributive Public Policies; Devices; Bolsa Família; School-Family.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

| | |
|---|------------|
| Figura 1 - Mapa de espacialização dentro do município de Araguaína das 76 famílias dos alunos subsidiados pelo PBF matriculados até dezembro de 2019 na unidade Escolar José Alves de Assis..... | 32 |
| Figura 2 - Mapa Localização dentro do município de Araguaína das cinco famílias dos alunos da unidade escolar José Alves de Assis entrevistadas..... | 34 |
| Figura 3 – Mapa de caracterização do local de pesquisa..... | 85 |
| | |
| Quadro 1 – Normas para transcrição de textos orais (Normas adotadas pelo Projeto NURC/RS)..... | 39 |
| Quadro 2 - Atribuições de operacionalização do PBF nas três esferas..... | 67 |
| Quadro 3 - Informações do boletim escolar dos alunos subsidiados pelo PBF referente aos quatro bimestres do ano de 2019 da E.E.G.T.I.D.F.J.A.A..... | 109 |
| Quadro 4 – Informações do boletim escolar dos alunos subsidiados pelo PBF referente aos quatro bimestres do ano de 2019 da E.E.G.T.I.D.F.J.A.A..... | 110 |
| | |
| Tabela 1 - Caracterização da política pública redistributiva segundo o tipo de impacto sobre a implementação..... | 63 |
| Tabela 2 - Cronologia do Programa Bolsa Família no Brasil..... | 70 |
| Tabela 3 - Demonstrativo de famílias inscritas no Cadastro único conforme renda mês de novembro/2019..... | 71 |
| Tabela 4 - Demonstrativo individual representativo de pessoas inscritas no cadastro único conforme renda mês de novembro/2019..... | 72 |
| Tabela 5 – Pagamento do benefício do PBF no município de Araguaína período de 2004 a 2018..... | 75 |
| Tabela 6 - Pagamento de benefício do PBF no município de Araguaína janeiro a novembro/2019..... | 76 |
| Tabela 7 - Relação de valor total repassados pelo PBF ao município de Araguaína período de 2004 a 2019..... | 78 |
| Tabela 8 - Benefício de Superação de Pobreza-BSP recebido pelas famílias de Araguaína- TO entre os anos de 2012 a 2019..... | 78 |
| Tabela 9 - Benefício Variável - BV concedido às famílias de Araguaína com crianças em idade entre 0 a 15 anos..... | 79 |

| | |
|---|------------|
| Tabela 10 - Benefício Variável Jovem - BVJ concedido às famílias de Araguaína entre os anos de 2011 a 2019..... | 81 |
| Tabela 11 - Relação geral do PBF de Benefícios concedidos X Benefícios cancelados entre 2014 e 2019..... | 82 |
| Tabela 12 - Ideb Araguaína anos iniciais do ensino fundamental rede estadual..... | 89 |
| Tabela 13 - Ideb Araguaína anos finais do ensino fundamental rede estadual..... | 90 |
| Tabela 14 - Ideb Araguaína Ensino Médio Básico rede estadual..... | 90 |
| Tabela 15 - Perfil das famílias entrevistadas na pesquisa..... | 96 |
| Tabela 16 - Dados da escolaridade das pessoas inscritas no Cadastro único de Araguaína- TO período de 2012 a 2019..... | 115 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

% - Porcentagem.

§ - Parágrafo.

art. – Artigo.

ASG - Assistentes de Serviços Gerais.

AEE-Atendimento Educacional Especializado

BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

BPC - Benefício de Prestação Continuada.

BR – Rodovia Federal.

CadÚnico - Cadastro Único.

CEPAL-Conselho Econômico para América Latina e Caribe

DREA- Diretoria Regional de Ensino de Araguaína

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social

FMI – Fundo Monetário Internacional.

HDT – Hospital de Doenças Tropicais.

IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

IGD-Índice de Gestão Descentralizada

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

IPEA - Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada.

IV – Quarto.

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social.

km² - Quilômetro quadrado.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e combate a fome.

MEC – Ministério da Educação.

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.

nº - Número

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

ONU - Organização das Nações Unidas
PBF - Programa Bolsa Família.
PBI – Produto Interno Bruto.
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais.
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima.
PIB - Produto Interno Bruto.
PISA - Pesquisa Internacional de Avaliação de Estudantes.
PMCMV-Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua.
PNE – Plano Nacional de Educação.
PPGDire – Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.
RD-Recorte Discursivo
RSM – Relatório Social Mundial.
RDH – Relatório Desenvolvimento Humano.
R\$ - Real.
SEDUC – Secretária de Educação do Tocantins.
SEMED - Secretaria Municipal de Educação de Araguaína
SENARC - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania.
SGE-Sistema de Gerenciamento Escolar
SIS - Síntese dos Indicadores Sociais.
TO – Estado do Tocantins.
TRE - Tribunal Regional Eleitoral.
TV – Televisão.
U.E – Unidade Escolar.
UFT – Universidade Federal do Tocantins.
XIX – Século dezenove.
XV – Século Quinze.
XVI – Século dezesseis.
XVIII – Século dezoito.
XX – Século Vinte.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|------------|
| | INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1 | ARCABOUÇO TEÓRICO METODOLÓGICO..... | 24 |
| 1.1 | Problema, questão investigativa e os objetivos do estudo..... | 24 |
| 1.2 | Metodologia, Métodos e técnicas..... | 29 |
| 1.3 | 1.3 Da realização das entrevistas, da transcrição e da seleção das perguntas para análise..... | 37 |
| 2 | DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM DO PENSAMENTO DE AMARTYA SEN..... | 41 |
| 2.1 | Educação: A escola como oportunidade social..... | 46 |
| 3 | O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E AS POLITICAS REDISTRIBUTIVAS..... | 60 |
| 3.1 | Políticas públicas redistributivas no Brasil..... | 64 |
| 3.2 | Programa Bolsa Família..... | 66 |
| 3.3 | Araguaína e o Programa Bolsa Família..... | 73 |
| 4 | ARAGUAÍNA, CIDADE MÉDIA: CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO..... | 84 |
| 4.1 | Araguaína: Indicadores educacionais..... | 89 |
| 5 | DISPOSITIVOS..... | 92 |
| 5.1 | O dispositivo Lei-Família-Escola..... | 95 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 116 |
| | REFERÊNCIAS..... | 121 |
| | APÊNDICES..... | 131 |
| | ANEXOS..... | 137 |

INTRODUÇÃO

No século XV o homem empreendeu o que os historiadores denominaram de “grandes navegações”. Nesse período, as práticas comerciais realizadas foram chamadas pelos historiadores de Mercantilismo, pois marcava o processo de transição do sistema feudal para um novo sistema político econômico denominado capitalismo. A busca por conquistar novas terras e conhecer outros lugares, ainda que somente para explorar suas riquezas, também foi o marco inicial para uma nova era que chamamos atualmente de globalização (SANTOS, 2001).

A primeira fase da globalização primou pela ocupação de novos territórios, resultou em guerras, dizimação de povos e suas línguas e escravização; sua segunda fase, já no século XX, marca o início do processo de fragmentação desses territórios que outrora foram ocupados com a mundialização das grandes corporações cada vez mais isentas do controle dos Estados. Nesse sentido, elas passaram a atuar de forma menos comprometida, tanto com os territórios, quanto com seus habitantes. (SANTOS, 2001)

Essa nova condição, aliada as revoluções industriais que se seguiram, propiciou o desenvolvimento cada vez mais crescente de novas tecnologias que adentraram as fábricas promovendo uma reestruturação com crescente automatização do processo produtivo, aspecto que foi, e, continua sendo responsável pela substituição de muitos postos de trabalho. Essas mudanças inevitáveis emergiram nas discussões de outro autor: Robert Castel (2010), que trouxe importantes contribuições sobre os resultados dessa nova realidade, abordando a precarização do trabalho e das leis trabalhistas (o que vem ocorrendo no mundo), desencadeando demissões e instabilidade no emprego, sendo os efeitos negativos desse processo, em grande maioria, sentidos pelos trabalhadores pouco qualificados. Castel (2010) aponta, em seus escritos, a vulnerabilidade social como uma situação proveniente, dentro outros aspectos, da reestruturação do trabalho, que vem tornando-se cada vez mais exigente, dinâmico e instável e automatizado.

Essas transformações representam algumas das arenas de discussão e pesquisas, de diversos segmentos acadêmicos que buscam dar respostas à sociedade. Isso na iminência de compreender o caminho percorrido até aqui, com vistas a traçar estratégias que possam amenizar situações futuras ainda incertas para a humanidade.

Chegamos ao século XXI com uma realidade alarmante apontada pelo último relatório Social da ONU, em janeiro de 2020, intitulado “Desigualdade em um mundo em rápida mudança”. Assim, encontramos apontamentos que refletem os desafios a serem superados pela humanidade nos próximos anos. Entre outras questões, o referido relatório destacou que a

desigualdade social cresceu vertiginosamente nos últimos anos, alertando que essa situação “pode afetar a prosperidade econômica e o desenvolvimento social de milhões de pessoas, se políticas efetivas não forem implementadas” (ONU, 2020).

Pobreza e vulnerabilidade poderiam ser palavras sinônimas quando refletimos sobre a causa e o significado de ambas, pois elas demonstram a face de uma mesma moeda. Essas não são questões novas no mundo, pelo contrário, há muitos séculos, filósofos e sociólogos abordam tais assuntos, debatem causas e efeitos, apontam caminhos, deixando, a partir dos seus escritos, um legado substancial para fomentar abordagens acerca da dinâmica desses fenômenos com denominações diferentes, mas que remetem a questões homogêneas.

Soares (1999) e Costa *et al* (2018) discutiram em seus trabalhos sobre as diferentes abordagens que buscam conceituar pobreza e vulnerabilidade, entre outras questões, os autores apontam para a multidimensionalidade no conceito de ambos os termos, concordando quando apresentam que pobreza não pode ser definida apenas pelo fator renda, daí a ampliação do seu sentido para vulnerabilidade social, visão corroborada por Kaztman e Filgueira (2019, p. 71) quando argumentam que “Esse conceito de vulnerabilidade social é fruto da acumulação de inúmeras contribuições”.

Temos por certo que a pobreza e a vulnerabilidade não são fenômenos endêmicos e característicos apenas dos países denominados subdesenvolvidos (apesar de neles se mostrarem de forma mais contundente). Ao contrário, essa realidade, conforme Sen (2010) apontou, acomete nações ricas e pobres, o que nos levou a uma outra abordagem, diante de um quadro de vulnerabilidade social e pobreza crescentes apontados nos dados sociais da ONU. Assim, como não pensarmos qual papel o Estado tem desempenhado (ou não) nos últimos anos? Quais políticas públicas estão sendo vislumbradas (ou não) na iminência de sanar tais problemáticas?

Novamente, trazemos Santos (2001) para contribuir com o exposto, quando ele aborda os resultados negativos da retração do Estado no século XX frente à expansão cada vez mais selvagem da globalização e do capitalismo. O autor aponta que o desemprego, a fome e a pobreza muitas vezes são tratados com naturalidade frente às necessidades impostas pelo processo de globalização para continuar a se expandir. Do mesmo modo, Santos fez um alerta sobre a necessidade de se voltar a debater a civilização com foco no ser humano, e não apenas pensar no crescimento econômico em si.

Esse enfoque traz para o centro do debate a discussão sobre o estado do bem-estar social, porém não como uma nova proposta política, tendo em vista que, segundo os escritos de Monnerat *et al* (2007) No contexto histórico de desenvolvimento do sistema capitalista de

produção, é possível afirmar que preocupações no âmbito de assistência social aos mais pobres já se faziam presente, ao passo que “. A ruptura com os padrões de relações típicas da ordem feudal e a visibilidade e emergência da pobreza enquanto questão social introduziram, desde cedo, o debate sobre a associação entre assistência e trabalho”. (MONNERAT, *et al* 2007, p. 1454).

Os autores complementam que desde o século XVII as discussões sobre políticas de assistência social aos mais pobres remetiam à constituição do mercado de trabalho, todavia, havia certa culpabilidade dos indivíduos frente a situação de pobreza vivenciada, ao passo que, a ajuda ou benefício recebido ocorria a partir de atos punitivos aos mesmos. (MONNERAT *et al*, 2007)

A ruptura dessa percepção só veio nos séculos subsequentes, e a política com base no estado de bem-estar social ganhou força e novas perspectivas, principalmente no século XX, período posterior à primeira guerra mundial, partindo do princípio de um estado como planejador das ações voltadas a atender as demandas sociais tais como: saúde, educação, assistência social (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2016).

Complementamos a colocação dos autores apontando que os escritos do Economista Indiano Amartya Sen, apresentados desde a década de 1970, com seus estudos sobre justiça social, pobreza e democracia contribuíram substancialmente com as discussões levantadas. Sen assinalou um forte aporte teórico sobre o estado de bem-estar social. Entre suas colocações está à proposta de desenvolvimento baseado principalmente nas políticas sociais promovidas pelo governo com vistas a reverter situações de pobreza e vulnerabilidade.

Zambam e Aquino (2016, p. 69) ancorados nos trabalhos de Sen, corroboram com a discussão, os mesmos destacam que “As políticas de bem-estar social efetivadas após a II Guerra Mundial garantiram condições mínimas de sobrevivência devido às ações do Estado por meio de rendimentos mínimos”.

Essa discussão é ampla e impossível de realizarmos apenas nesta introdução, entretanto, para dar o tom desta pesquisa que buscou tratar de uma política pública redistributiva e suas contribuições para os subsidiados, acreditamos ser importante lançarmos luz sobre esse assunto, ainda que de forma breve, para complementar as discussões posteriores.

Igualmente, os indicadores econômicos até períodos recentes não focalizavam de forma mais abrangente na realidade dos indivíduos, pois “Ao se utilizar a medida de pobreza, as desigualdades são percebidas segundo o nível econômico, isto é, os recursos financeiros de que uma pessoa ou grupo dispõem” (ZAMBAM; AQUINO, 2016, p. 69). Contudo, a partir da

década de 1990, os relatórios produzidos pela ONU, passaram a ampliar seu escopo de análises, tendo Amartya Sen como criador do IDH, “que é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de desenvolvimento humano e para separar os países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos” (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2016, p. 162).

A partir dessa nova abordagem, foi possível rever a dinâmica dos indicadores sob uma nova ótica, ampliando a discussão a partir da importância de acesso aos serviços públicos, como saúde e educação, e suas contribuições na renda e na expectativa de vida. Isso para se debater questões de desenvolvimento com viés mais social e humano.

Uma das obras mais conhecidas de Amartya Sen com publicação no Brasil em 2010, foi o título “Desenvolvimento como Liberdade”, que corroborou sobremaneira para repensar o processo de desenvolvimento econômico, o autor alça através dos escritos, discussões sobre o indivíduo e o papel do Estado, sendo o primeiro, o agente ativo no processo, e o segundo atuando como fomentador do que Sen (2010) definiu como liberdades na perspectiva “instrumental” (saúde, educação, democracia, transparência e segurança). Nesse sentido, ele apontou que a união de ambos daria resultados positivos para uma vida com menos privações e mais qualidade (ZAMBAM; AQUINO, 2016).

Para tanto, viabilizar crescimento econômico e desenvolvimento social é um grande desafio no mundo contemporâneo capitalista, mas essa discussão não é recente e ela ganha novos capítulos diariamente, não obstante, a proposta seniana ampliou olhares para se rever os rumos desse sistema e se pensar sobre uma maior participação do Estado no planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento social.

Entre as abordagens de Sen (2010, p. 59), trouxemos, de forma mais abrangente para discussão nesta pesquisa, seu enfoque sobre o acesso à educação, descrita como “oportunidades sociais [...] as quais influenciam a liberdade substantiva do indivíduo viver melhor. [...] mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas”.

Amartya Sen destaca que acessar educação não se resume apenas em um direito, mas imbuí-se de um sentido mais amplo, como oportunizar os indivíduos a buscar e ocupar melhores empregos que, conseqüentemente, lhes trarão melhores remunerações, reverberando em condições de vida satisfatórias e mais seguras. Entretanto, em muitos países, como no caso do Brasil, ter acesso à educação formal ainda se coloca como um desafio a ser superado. Do mesmo modo, assumir a responsabilidade por esse direito social tão básico respalda todo

histórico que acompanha a sociedade brasileira, seja nos grandes centros urbanos ou nos rincões mais distantes.

Os mais de 191 países que compõem o mundo representam um verdadeiro mosaico e suas divisões são pintadas pela ordem numérica que expressam indicadores socioeconômicos, como o Produto Interno Bruto - PIB¹, ou mesmo pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH², que cada um apresenta, nomenclaturas diferentes, países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Como já comentamos, esses indicadores nem sempre foram capazes de mensurar uma realidade mais próxima desses territórios e suas respectivas populações, apresentando distorções quanto a sua realidade. Fato que, várias vezes, coloca uma cortina de fumaça sobre problemas que envolvem dificuldades no acesso a educação, falta de moradia, falta de alimentação, desemprego, etc. Neri e Souza, (2012, p. 1) complementam essa colocação destacando que o Produto Interno Bruto per capita se apresenta como uma das medidas mais usadas, ao passo que “[...]. Numa sociedade de 10 pessoas, se 1 tem renda 10 e os 9 restantes tem renda 0; ou no extremo oposto, [...] O PIB é uma medida de bem-estar social que por construção não se importa com as diferenças entre pessoas, apenas com a soma das riquezas produzidas”.

O Brasil exemplifica essa situação; tem-se mais de 500 anos de história e nosso processo de industrialização e urbanização foi se desenvolvendo a partir do século XX. Porém, mesmo despontando entre as nações mais ricas do mundo, ainda vivenciamos graves problemas de concentração de renda, violência, falta de escolas com estrutura adequada ou mesmo o acesso restrito a serviços imprescindíveis como saneamento básico, entre outros. Todos esses problemas caracterizam situações gritantes de vulnerabilidade social (RDH, 2019).

Igualmente, a dinâmica adotada para promover o desenvolvimento no Brasil a partir de novos caminhos foi discutido por alguns autores no recente trabalho publicado pelo órgão de estudos ligado à Organização das Nações Unidas - ONU denominado Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, em comemoração aos seus 70 anos. Tais estudos apontaram aspectos históricos sobre o processo de desenvolvimento do Estado brasileiro, com contribuições de alternativas para sua promoção de maneira mais igualitária e

¹ Produto Interno Bruto é o produto ou valor adicionado gerado no território econômico de um país ou região por residente (IPEA, 1996, p. 4).

² Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o índice das nações unidas publicado para todos os países nos seus Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH), regularmente publicado, este índice leva em conta as seguintes informações: Esperança de vida ao nascer; taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade; produto interno bruto (IPEA, 1996).

equilibrada. Nas abordagens, o trabalho de Dweck e Rossi (2019) acenou para a importância do crescimento econômico por meio de maior acesso à infraestrutura urbana, educação, saúde e lazer. Esses autores destacaram que a qualidade de vida dos indivíduos é um aspecto importante, sendo necessário ampliar propostas que primem pelo desenvolvimento com vistas a melhorar as condições de vida dos indivíduos, de maneira que isso “[...] se reflita nos indicadores sociais, nas condições de trabalho, na distribuição da renda e da riqueza, na preservação ambiental e na melhoria dos indicadores de qualidade de vida nas cidades.” (DWECK; ROSSI, 2019, p. 98)

É impossível pensarmos em crescimento apenas pelo viés econômico sem priorizarmos o aspecto mais importante e pelo qual verdadeiramente se viabiliza o processo: o povo que compõe uma nação, pois a “economia não é um fim em si mesmo” (ZAMBAM; AQUINO, 2016, p. 18).

Não obstante, o último relatório de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD (ONU, 2019) corrobora com as discussões empreendidas até aqui. Com título “Além da renda, além das médias, além do hoje: desigualdades no desenvolvimento humano no século 21”, essa publicação trouxe uma abordagem sobre os impactos da desigualdade social no mundo, levantando propostas de superação a essas realidades através de políticas públicas efetivas. Entre muitas abordagens, “Propomos que as políticas de combate à desigualdade devem ir além da renda, focalizando também em intervenções ao longo da vida, em esferas como saúde e educação” (ONU, 2019, p. 02).

Frente ao exposto, temos por certo que a renda não caracteriza todo arcabouço que culmina em pobreza e vulnerabilidade, mas ela se apresenta como um dos componentes. Sen (2010, p. 28) traz uma abordagem importante no seu livro “Desenvolvimento como Liberdade” para refletirmos sobre essa condição: “É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida, quanto entender a natureza restrita e dependente dessa relação”.

A privação de renda para grande parte das famílias em vários lugares do mundo, muitas vezes resultante da pouca ou nenhuma oportunidade, trazem efeitos que contribuem no ciclo de reprodução da pobreza, vulnerabilidade, mortes prematuras e violência, fortalecendo, de forma contundente, a importância de colocar no centro da discussão o papel do Estado frente as demandas sociais de forma a se repensar o processo de produção das riquezas visando menos concentração de renda e mais igualdade de oportunidades.

Por esse ângulo, cabe aqui uma contribuição de Suplicy (2010), quando discutiu a importância do Estado em promover uma renda mínima que atuasse de forma eficaz no combate à pobreza, eliminando padrões de desigualdade social no mundo e oferecendo mais cidadania para seus subsidiados, proporcionou a ampliação desse debate no país, discussão que, posteriormente, culminou no início do século XXI, numa política pública redistributiva com status de maior programa de transferência de renda do mundo, o Programa Bolsa Família, que passaremos abordar a partir de agora.

O Programa Bolsa Família emerge no Brasil em 2003, oficializado em 2004 pela Lei 10.836. Seu maior objetivo é promover a redução de desigualdade social no país a partir de transferência de renda condicionada às famílias, atuando diretamente na redução da pobreza extrema. O programa se destaca devido ao desenho de lei que se apresenta por:

§ 1º As famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, identificadas no Cadastro Único do Governo Federal, poderão ser selecionadas a partir de um conjunto de indicadores sociais capazes de estabelecer com maior acuidade as situações de vulnerabilidade social e econômica, que obrigatoriamente deverá ser divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004, p. 4).

Os estudos de Soares (1999) e mais recente de Souza *et al* (2019) vêm demonstrando a importante abrangência dessa política pública redistributiva na redução de desigualdade social e reduções concretas de índices de pobreza em todas as regiões do Brasil. Entre os apontamentos dos autores é possível depreendermos que o sucesso nos resultados do PBF ocorre principalmente pela característica de focalização nas famílias mais pobres, onde destacaram também que muitos desafios ainda necessitam ser superados para o alcance de melhores resultados desse programa.

Além de promover a transferência de valores, que são variáveis a situação declarada pelas famílias no cadastro único, esse programa também visa proporcionar maior acesso aos serviços públicos de saúde e educação, tendo no escopo da sua lei as chamadas condicionalidades, que são acompanhadas de forma abrangente pelo governo nas esferas municipal, estadual e federal. Pires (2013) discutiu sobre as condicionalidades do PBF, fazendo um recorte sobre a educação nos objetivos propostos pelo programa para subsidiar o rompimento do ciclo intergeracional de pobreza. O autor aponta, entre outras questões, que essas condicionalidades se revelam para além dos efeitos dessa política pública, com ganhos que perpassam a exigência de frequência dos filhos dessas famílias na escola.

Em suma, diante do exposto, acreditamos que ampliar o debate que envolve políticas públicas redistributivas como o PBF, ancorados na teoria de Amartya Sen (2010), onde o desenvolvimento requer a promoção das liberdades instrumentais (educação como oportunidade social), pode nos ajudar a avançar na abordagem que expressa o objeto de estudo desta pesquisa, ao passo que, ao lançarmos mão da teoria de Michel Foucault (2006) para pensarmos nos discursos das famílias que são subsidiadas, da escola como responsável pelo processo educacional e da gestão do PBF, podemos dar maior visibilidade à forma que essa política pública acontece no cotidiano.

Como atuamos como docente na rede estadual de ensino do Tocantins há nove anos, primeiro no município de Esperantina, localizado a 380 quilômetros da Capital do Tocantins (Palmas), com pouco mais 10.996 habitantes com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 0,570 (IBGE, 2019). Esse município detém características marcantes de população rural, onde a economia ainda se baseia em atividades pesqueira e agropecuária.

Mesmo em um curto período de estadia em Esperantina (que durou apenas quinze meses, entre janeiro de 2010 a junho de 2011) foi-nos perceptível compreender que parte dos moradores, quando não aposentados, sobrevivem com benefícios de programas oriundos de políticas públicas redistributivas, entre os quais o Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada-BPC. Até janeiro de 2020, o município contava com um número de 1.215 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (MDS, 2020).

Solicitamos e conseguimos remoção para Araguaína, considerada a segunda maior cidade em quantitativo populacional do estado do Tocantins, com aproximadamente 180.470 habitantes e IDHM de 0,752 (IBGE, 2019).

Esses dois municípios com índices populacionais e socioeconômicos distintos, emergiram concepções que contribuíram nas discussões desta pesquisa, levando-nos a refletir sobre quais são as consequências de uma política pública redistributiva como PBF para seus beneficiados.

Outrossim, a recente pesquisa de Braga (2019) onde aferiu que o PBF influenciou sobremaneira na diminuição dos índices de desigualdade social em muitos estados brasileiros bem como no Tocantins, tal qual corroboram Oliveira, Piffer e Strassburg (2019) com o exposto, pois eles realizaram um estudo que culminou na construção de um Indicador de Desenvolvimento Regional no Tocantins, onde, analisando os 139 municípios do estado, os autores argumentam que “O desenvolvimento regional deve ser visto de forma multidimensional, pois perpassa por diversos fatores sociais, econômicos, estruturais, educacionais, ambientais, [...]” (OLIVEIRA; PIFFER; STRASSBURG, 2019, p. 6)

Os resultados desse estudo apontaram, entre outras questões, que os municípios com melhor desempenho nos indicadores avaliados foram aqueles que apresentaram “aumento nos gastos na área da educação, saúde, número médio de estudos, abastecimento com água encanada, esgoto e redução da taxa de pessoas pobres no Tocantins.” (OLIVEIRA; PIFFER; STRASSBURG, 2019, p. 17)

Entretanto, compreender quais são as consequências do PBF pelos dados socioeconômicos apresentados ao longo dos últimos 15 anos de programa poderia nos limitar a dados sintéticos (BRAGA, 2019; SOUZA *et al.*, 2019; IPEA, 2015), ao passo que, ao nos propormos, através de entrevistas realizadas com algumas famílias subsidiadas, bem como membros da equipe escolar de uma escola do município de Araguaína, a ampliar nossa percepção sobre o PBF, estabelecendo relações entre os dispositivos Lei-Família-Escola, pela base teórica de Foucault (2006), poderemos empreender um debate mais amplo de alcance dessa política pública. E é isso que este trabalho almeja conseguir.

Para Foucault (2006), os dispositivos são conjuntos heterogêneos que englobam instituições e leis. Por essa lógica, acreditamos que aliar dados secundários aferidos pelos estudos de órgãos oficiais e apresentados nos indicadores socioeconômicos pode nos ajudar a fomentar um diálogo com os discursos produzidos nas entrevistas, e, a partir daí, promover maior visibilidade dessa política pública tão importante para seus subsidiados.

Nesse sentido, prosseguimos, a partir de agora, destrinchando a estrutura desta pesquisa: No primeiro capítulo apresentamos o arcabouço metodológico, a pergunta da pesquisa e os objetivos, tanto geral quanto específicos, apresentamos também o caminho composto de métodos e técnicas empreendidas para fomentar as demandas dos objetivos propostos.

Posteriormente, no capítulo dois, fazemos uma discussão sobre desenvolvimento pela abordagem teórica de Amartya Sen. Isso para pontuar novas perspectivas que fortaleçam repensar um desenvolvimento de forma mais igualitária, como nos propomos a compreender as consequências do PBF pela via das famílias de alunos de uma escola pública, também achamos por bem discorrer neste capítulo um pouco sobre a história da educação brasileira. Essa abordagem ressaltou ainda mais a visão de Sen sobre as oportunidades sociais, da qual a educação faz parte, para discutir sua contribuição enquanto liberdade instrumental na promoção de desenvolvimento.

O capítulo três apresenta um histórico das políticas de proteção social, percorrendo sua evolução no Estado brasileiro até culminar com o maior programa de transferência de renda do mundo: Programa Bolsa Família, nesse capítulo também achamos importante apresentar

alguns dados sobre a evolução e posterior retração que esse programa vem sofrendo nos últimos anos.

Por conseguinte, no capítulo quatro, trazemos alguns números sobre o PBF no Tocantins e em Araguaína a partir de dados secundários disponíveis em sites de órgãos do Governo Federal Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC, colhidos na Secretaria de Habitação e Assistência Social de Araguaína, Cadastro Único - CadÚnico do município, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, relatórios de indicadores socioeconômicos. Também trouxemos neste capítulo, aspectos geográficos, sociais e educacionais de Araguaína, pois acreditamos ser importante compreendermos como ocorre a gestão do PBF na esfera de uma cidade caracterizada como de “médio” porte.

O capítulo cinco, apresentamos os dispositivos foucaultianos Lei-Família-Escola, correlacionado todos os dados secundários levantados com os recortes discursivos fruto das entrevistas realizadas, que nos mostraram de forma mais abrangente, quais são as consequências dessa política pública para as famílias que recebem o subsídio, a escola que acolhe os filhos dessas famílias e a posição dos gestores municipais quanto alguns aspectos referentes à política pública.

Nas discussões finais, compreendemos que o PBF, mesmo sendo uma política pública de extrema importância, vem sofrendo contenções no orçamento, o que, conseqüentemente, está prejudicando muitas famílias que necessitam desse benefício, mas não podem acessá-lo. Acreditamos que a vulnerabilidade social e a falta de compreensão dessas famílias sobre a política pública que as atende como um pleno direito acaba por fortalecer o exercício de poder do Estado sobre elas.

1 ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 Problema, questões investigativas e objeto de estudo

O final do século XX marca no Brasil novas propostas de um Estado mais atuante nas áreas sociais, por meio de políticas de proteção social, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada-BPC, instituídos na Constituição Federal de 1988, trilhava-se caminhos para consolidar ações voltadas às populações em situação de vulnerabilidade social. Todavia, a necessidade de permanecer avançando na iminência de estabelecer agendas para promover políticas que primassem seu olhar sobre problemas ainda persistentes como a pobreza, acesso a educação, instabilidade política, desemprego, se mostrava imprescindível.

A desigualdade social sempre foi fenômeno presente em nosso país, ao passo que, a partir das primeiras décadas do século XXI, políticas públicas como PBF contribuíram para dar um novo tom a essa realidade, principalmente para os brasileiros que vivem em situação de pobreza extrema, resultando numa nova perspectiva de desenvolvimento que alia crescimento econômico e redução de desigualdades sociais (DWECK; ROSSI, 2019).

Os enfoques que classificaram a situação de vulnerabilidade social seja ela de um indivíduo, de uma família ou mesmo de um grupo social, foram categorizados por Filgueira, (*apud* ABRAMOVAY, 2002, p. 29-30) sob três aspectos, a saber: “recursos materiais ou simbólicos, [...] oportunidades dadas pelo mercado, Estado e sociedade e as estratégias de uso dos ativos”.

É por meio dos elementos materiais e simbólicos que os indivíduos encontram condições de desenvolvimento social complementadas pela ação que advém do Estado através de políticas públicas direcionadas a sanar os problemas percebidos. Não obstante, Monteiro (2011) contribui complementando com a seguinte definição sobre o terceiro aspecto:

Os ativos podem ser compreendidos como um conjunto articulado de condições que irão implicar a qualidade, quantidade e diversidade dos recursos internos, os quais devem ser avaliados a partir de quatro aspectos: físico, financeiro, humano e social. Os ativos físicos caracterizam-se pelo meio de vida (como moradia e acesso a bens duráveis) e meios de produção da vida material. Os ativos financeiros constituem os diferentes instrumentos financeiros formais e informais, de acesso a crédito, poupança, cartão de crédito, caderneta, etc. Os ativos humanos, ou capital humano, são definidos pelos recursos que dispõem os lugares em termos de qualidade e quantidade de força de trabalho, bem como investimentos em educação e saúde para seus membros. Os ativos sociais são definidos por meio do atributo coletivo pautado em relações de confiança e reciprocidade, que se manifestam em redes interpessoais (MONTEIRO, 2011, p. 34-35).

Esses ativos, em concomitância com os outros fatores, instrumentalizam possibilidades, quando mobilizados estrategicamente, e corroboram para fortalecer oportunidades (BUSSO, 2001). O entendimento da vulnerabilidade como uma “situação” passível ou não de ser revertida deu ênfase à importância do papel do Estado no campo das políticas públicas de acesso aos serviços essenciais, possibilitando uma mobilidade social dos grupos em situação de vulnerabilidade.

O índice de Vulnerabilidade Social - IVS, construído pelo IPEA (2015, p. 16), apresenta três dimensões no tocante à vulnerabilidade. Nesse documento, o de capital humano como um dos ativos possui subíndice que destaca como avaliação, vejamos a seguir um trecho tocante a essa questão:

Indicadores [...]; da presença, nos domicílios, de crianças e jovens que não frequentam a escola; [...] de mães precoces, e de mães chefes de família, com baixa escolaridade e filhos menores; da ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos do domicílio; e da presença de jovens que não trabalham e não estudam (IPEA, 2015, p. 16).

Os dados de índice de Vulnerabilidade Social - IVS apontaram que, “Entre 2000 e 2010, o IVS Capital Humano no Brasil teve uma redução de 0,141, o que representa 28%, passando de 0,503 (muito alto) para 0,362 (médio)” (IPEA, 2015, p. 35), os dados do IPEA, mencionados anteriormente, revelam que ocorreram avanços, apontando também para o abismo social presente entre algumas regiões brasileiras, a exemplo do Norte e Nordeste. “[...] no que diz respeito à taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, com cenários bastante críticos observados no Nordeste e na porção ocidental da região Norte” (IPEA, 2015, p. 38).

Os progressos assinalados pelo IVS no indicador capital humano demonstram o quanto o acesso à educação e a diminuição nos índices de analfabetismo representam um componente importante que corrobora para o processo de desenvolvimento, pois possibilitam uma vida com menos privações, melhores escolhas e participação política de forma mais democrática (SEN, 2010),

Os dados aferidos pelos indicadores educacionais do IPEA (2015) são importantes, mas há que se pensar em questões mais abrangentes, pois o relatório da ONU 2019 também trouxe apontamentos relevantes no que diz respeito ao avanço do acesso à educação no Brasil e no mundo. Todavia, o Relatório Social Mundial nos chama à reflexão para os novos desafios que o mundo globalizado nos apresenta todos os dias. O RSM (2020) destacou que “as necessidades de muitas pessoas permanecem não atendidas e, paralelamente, uma próxima

geração de desigualdades se inicia, colocando as pessoas ricas à frente no desenvolvimento”. Dessa forma, é preciso pensar se a educação pública que atende grande parte das pessoas se dá com a mesma qualidade³ que a educação oferecida para as camadas mais privilegiadas nas instituições de ensino privado, ao passo que, possíveis disparidades por si só, já comprometem o pleno desenvolvimento das gerações futuras.

Nesse contexto, analisar de forma mais abrangente essa realidade motivou o objeto de estudo desta pesquisa na cidade de Araguaína, estado do Tocantins. Historicamente, essa região teve sua ocupação ligada a algumas atividades econômicas. Os migrantes, junto com os indígenas, que já ocupavam essas terras, formaram a população da região Norte. O Pnad (IBGE, 2016) mostrou que “na Região Norte, 72,3% da população é parda, 19,5%, branca e 7%, preta”. Mesmo sendo a região mais extensa do país, esse quantitativo populacional representa apenas 8% da população do Brasil, segundo dados do Censo realizado em 2010.

Com o avanço de projetos de cunho desenvolvimentistas no Brasil, a região Norte ganhou um novo contexto no cenário internacional, com destaque para a construção da BR-153, na década de 1960, o que impulsionou tanto o crescimento populacional, quanto o econômico para alguns municípios dentro do contexto desse projeto (BECKER, 2001).

O Município de Araguaína representa este novo contexto de cidades médias amazônicas, segundo o trabalho que analisou os indicadores econômicos no Tocantins de Oliveira, Piffer e Strassburg (2019). Esses autores apontaram o crescimento econômico dos municípios tocantinenses, destacando que Araguaína, desde o início do ano 2000, já se estabelecia como um “polo”, devido a sua dinâmica de desenvolvimento regional. Os resultados aferidos na pesquisa dos autores destacaram, ainda, que tanto Araguaína como em outros municípios que tiveram melhoras gradativas entre o período de 2000 e 2010 nos seus indicadores sociais são resultantes de:

[...] queda da taxa de pessoas pobres nesses municípios, via transferência de renda (Bolsa Família) aumento com gastos em educação, em cultura, em saneamento e em saúde, além do aumento da taxa de urbanização, melhora na média de anos de estudos, aumento no abastecimento de água encanada e na coleta de lixo. (OLIVEIRA; PIFFER; STRASSBURG, 2019, p. 11. **grifo nosso**).

³ Dourado e Oliveira (2009, p. 207) pontuaram que a oferta de educação de qualidade “[...] não se circunscreve a médias, em um dado momento, a um aspecto, mas configura-se como processo complexo e dinâmico, margeado por um conjunto de valores como credibilidade, comparabilidade, entre outros. Ratifica-se, portanto, que qualidade da educação é um conceito polissêmico e multifatorial, pois a definição e a compreensão teórico-conceitual e a análise da situação escolar não podem deixar de considerar as dimensões extra escolares que permeiam tal temática.” Fonte: DOURADO, Luis Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009, disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 16/11/2019.

O PBF, como política pública redistributiva, tornou-se referência como sendo o maior programa de transferência de renda do mundo. Ele atua em três frentes: transferência de valores com foco a atender as famílias em extrema pobreza, condicionalidades e ampliar o acesso dessas famílias a outros serviços (saúde, educação, etc.) a partir de ações complementares.

Esse programa está estruturado com vistas ao enfrentamento da pobreza a partir de proteção social de forma não contributiva às famílias, estabelecendo como contrapartida o cumprimento de condicionalidades, dentre as quais na educação, por meio da frequência dos alunos na escola. O cumprimento dessas condicionalidades tem como objetivo fomentar a ampliação do capital humano para que, futuramente, os beneficiários possam romper com o ciclo de pobreza intergeracional e sair da situação de vulnerabilidade social.

Partindo dos objetivos dessa condicionalidade educacional que compõe o escopo do PBF, aliada ao nosso cotidiano como professora da rede pública estadual há quase dez anos, pensamos ser plausível ampliarmos a compreensão sobre as contribuições dessa política pública redistributiva no município de Araguaína lançando mão tanto dos dados secundários apresentados pelos indicadores socioeconômicos e educacionais (que vem apontando melhoras gradativas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, quanto da queda no número de analfabetos, segundo dados aferidos no sistema de justiça eleitoral do Tocantins), dos dados aferidos na unidade escolar de alguns alunos subsidiados pelo PBF, quanto às famílias atendidas através de entrevistas com vistas a refletir a rede que existe entre eles. Assim, nos propomos a pensar o seguinte problema de pesquisa:

O Programa Bolsa Família é uma política pública que atua de forma contributiva no que diz respeito à redução de desigualdade social, entretanto, observa-se que ele tem diminuído nos últimos anos em Araguaína e afetado as famílias atendidas, além de deixá-las necessitadas e desatendidas. Acredita-se que esta situação possa ser verificada pela via dos estudantes atendidos através da educação pública, pois uma das condicionantes para o recebimento do PBF é que as crianças e jovens estejam efetivamente matriculados numa escola e frequentando as aulas regularmente.

Vemos que perceber o desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sen e os dispositivos discursivos de Michel Foucault entre a lei do PBF, as famílias atendidas e a escola que atende estudantes que recebem verba do PBF, pode nos dar base para compreender a abrangência e a relevância do atendimento de tal programa em Araguaína.

Vale informar que o município de Araguaína se caracteriza com os seguintes dados: índice de escolarização de pouco mais de 97,5% (IBGE, 2010), com 25.739 alunos

matriculados na rede pública estadual e municipal de ensino fundamental (IBGE, 2018) e 6.733 matrículas no ensino médio (IBGE, 2018), distribuídos em 126 unidades escolares (IBGE, 2018). O IDH do município é de 0,752 (IBGE/Censo, 2010).

Aliando os dados estatísticos sobre o município de Araguaína, com as características socioeconômicas delimitadas pelo aspecto social objetivado pelo PBF, instauraram-se diversas prerrogativas discursivas envolvendo o objeto de estudo supracitados, ancorando a problemática da pesquisa em questão.

É importante pensarmos, à luz de diversos questionamentos, sobre qual é o papel da educação via escola enquanto oportunidade social atuando na concretização da proposta que busca produzir certos “reparos” sociais para reforçar o capital humano na iminência de romper ciclos de vulnerabilidade social.

Nessa linha, para coadunar com as discussões que nos propomos a realizar nesta pesquisa, passaremos a descrever o método empreendido em nossa jornada. A nossa pesquisa foi resultado de um casamento entre nossas acepções enquanto docente em escolas públicas da rede estadual de ensino, ministrando a disciplina de Geografia, alinhada a um dos eixos de pesquisa proposto pelo Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares Dinâmicas Regionais: Vulnerabilidades e Dinâmicas Regionais, que se caracteriza pela seguinte descrição disponível na página do programa PPGDire (2016c):

Engloba estudos que objetivem elucidar demandas, características e potenciais sobre populações vulneráveis de áreas urbanas e rurais, no que se refere à espacialidade, historicidade, olhares sociais, artísticos, e educacionais, tanto do ponto de vista formal como não formal. Os estudos terão como ponto comum a população, permitindo uma gama de trabalhos que possam subsidiar políticas públicas que auxiliem na reversão da vulnerabilidade e do sofrimento humano, bem como em intervenções capazes de afirmar a construção de novas narrativas, identidades histórico-sociais que permitam a visualização de novas socialidades. Entende-se que pesquisas interdisciplinares voltadas para a vulnerabilidade social e a compreensão dessas, nas dinâmicas regionais, permitem entender e implementar ações que possibilitem a superação da exclusão e a constituição de mecanismos que levem ao desenvolvimento da região (PPGDIRE, 2016c, s/p).

Pensar nas demandas de populações categorizadas como vulneráveis nos remete à responsabilidade, enquanto agentes públicos, sobre o ambiente que nos cerca, pois a escola é um espaço muito diverso e nos possibilita uma intensa vivência com diversas situações. Ainda, os discursos produzidos, aliados a essas premissas, abre-nos a discussão para um contexto micro, uma escola localizada em um município com o contexto social de Araguaína e seus índices de desenvolvimento social e econômicos. Ampliamos essa reflexão para uma esfera macro, a região onde esta cidade está inserida: na Amazônia legal, Norte do Brasil.

Partimos do ambiente escolar para buscarmos perceber como funciona o PBF no município de Araguaína. Tal abordagem faz-se necessária enquanto mecanismo de entendimento e de abrangência do programa entre os estudantes subsidiados e suas famílias. Tomamos, portanto, a escola escolhida como nossa porta de entrada para a discussão do problema.

Essas acepções são corroboradas pelos dados apresentados pelo ministério de desenvolvimento social referente ao mês de outubro de 2019, que colocam a região Norte e Nordeste do Brasil em destaque como tendo o maior número de beneficiários do PBF. Ao todo, nessas duas regiões, foram 8.628.924⁴ famílias atendidas, aspecto que, infelizmente, ainda demonstra o âmbito de vulnerabilidade socioeconômica que acomete suas populações.

Nessa lógica esta pesquisa estabeleceu como objetivo geral, ancorados na teoria de educação enquanto instrumento de liberdade e oportunidade social de Amartya Sen e partindo dos dispositivos discursivos de Foucault Lei-Família-Escola, quais as consequências do PBF no município de Araguaína.

Pensamos ser importante compreender ainda, nos objetivos específicos: Entender como o Estado vem atuando para promover a educação de maneira a eliminar privações que possam resultar em situações de desigualdade social; Identificar como as famílias dos estudantes atendidos pelo PBF compreendem tal programa e atendem às suas condicionantes; Entender qual rede se estabelece entre os dispositivos foucaultianos representados no tripé Lei-Família-Escola a partir do cotidiano que os uni.

Nessa linha, para alcançar os objetivos traçados, tanto geral, quanto específicos, e tentar responder alguns questionamentos passamos a descrever a posteriori o caminho percorrido nesta pesquisa.

1.2 Metodologia, Métodos e Técnicas

Todo conhecimento que possuímos é herança de incansáveis horas de estudo, experimentos, observações, trabalhos investigativos em diferentes períodos históricos que constituem hoje o que denominamos ciência. Nessa via complexa de construção do conhecimento, a curiosidade e a dúvida são elementos importantíssimos, pois é a partir delas que estaremos sempre mobilizados para buscar as respostas às nossas perguntas. John Dewey, citado por Carvalho (2015, p. 9), definiu a ciência como “um conhecimento obtido graças aos

⁴ Dados do Programa Bolsa Família disponível em SENARC/MDS (dez,2019).

métodos de observação, de reflexão e de testagem, deliberadamente adaptados para resolver uma questão”.

A partir da afirmação de Dewey, compreendemos que o trabalho científico exige um caminho a ser percorrido, e a esse damos o nome de metodologia, que, na definição de Legendre (1993, p. 845) “é um conjunto de métodos utilizados dentro de um setor de atividades”, complementado por Maren (1995, p. 112) que descreveu que “a metodologia de pesquisa trata de estudos e pesquisas através da utilização de métodos e discursos”.

Nesse sentido, esta pesquisa se desenvolveu dentro de uma abordagem qualitativa, fazendo uma interação com dados quantitativos, pois, para Oliveira (2007, p. 39), essa metodologia “proporciona maior nível de credibilidade e validade aos resultados da pesquisa, evitando-se assim, o reducionismo por uma só opção de análise” Milles (1979, p. 590) complementa, sustentando que “esses dados são considerados mais ricos, completos, globais e reais”.

Os dados quantitativos utilizados são resultantes de pesquisa bibliográfica “A pesquisa bibliográfica é imprescindível para realização de estudos históricos” (SANTOS, 2003, p. 171) e documentais, com dados secundários dos indicadores sociais (IBGE, IVS, IPEA, IDEB) que nos trouxeram os fundamentos teóricos essenciais para o nosso estudo, quanto da pesquisa documental, que utilizaram documentos coletados na Unidade Escolar - U.E. (Boletins escolares). Esses métodos se fizeram pertinentes, Gonçalves (2003) argumentou que:

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o assunto, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (GONÇALVES, 2003, p. 32).

Utilizamos também, como instrumento de coleta de dados nesta pesquisa, da entrevista semiestruturada com perguntas abertas e que foram realizadas com as famílias beneficiadas pelo PBF e profissionais da equipe escolar, haja vista que, segundo Oliveira (2007, p. 86), a entrevista semiestruturada “é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre o pesquisador(a) com os entrevistados e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando”. Para cumprir requisitos pré-estabelecidos, submetemos nosso projeto ao Comitê de Ética da UFT/HDT, tendo sido aprovado pelo CAAE nº 09451019.0.0000.8102.

Em relação à educação escolar no município, vimos que Araguaína tem em média 123 unidades escolares (entre estaduais, municipais, particulares e federal). Porém, abranger todas

essas unidades escolares apenas no período do curso de mestrado seria inviável. Na iminência dos objetivos desta pesquisa, fizemos um recorte que se justificou pelos fatores descritos a seguir:

Como foi relatado, enquanto professora na rede estadual de educação, na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Deputado Federal José Alves de Assis, e, ainda na fase de construção e qualificação desta pesquisa, foi delimitado, dentro do contexto do objeto de estudo, que, caso houvesse a disponibilidade, tanto as famílias dos alunos, como alguns membros da equipe escolar, esses seriam os participantes das entrevistas que foram realizadas.

Nossa atuação enquanto docente, na escola em questão, há quase oito anos gerou uma vivência e certa proximidade com os alunos e seus pais/responsáveis bem como acesso mais rápido aos documentos aferidos. Dessa forma, não poderíamos abordar apenas os indicadores educacionais com dados secundários, mas compreender, através das entrevistas, as contribuições/consequências do PBF no âmbito do município de Araguaína.

Levamos ainda em consideração que, com as mudanças ocorridas através da expansão urbana de Araguaína, a escola atualmente está localizada em um dos melhores bairros da cidade, com rede de esgoto, ruas asfaltadas, bancos (Santander, Caixa Econômica, Sicred), sede da prefeitura do município, lojas e franquias nacionais, casas bem estruturadas, etc.

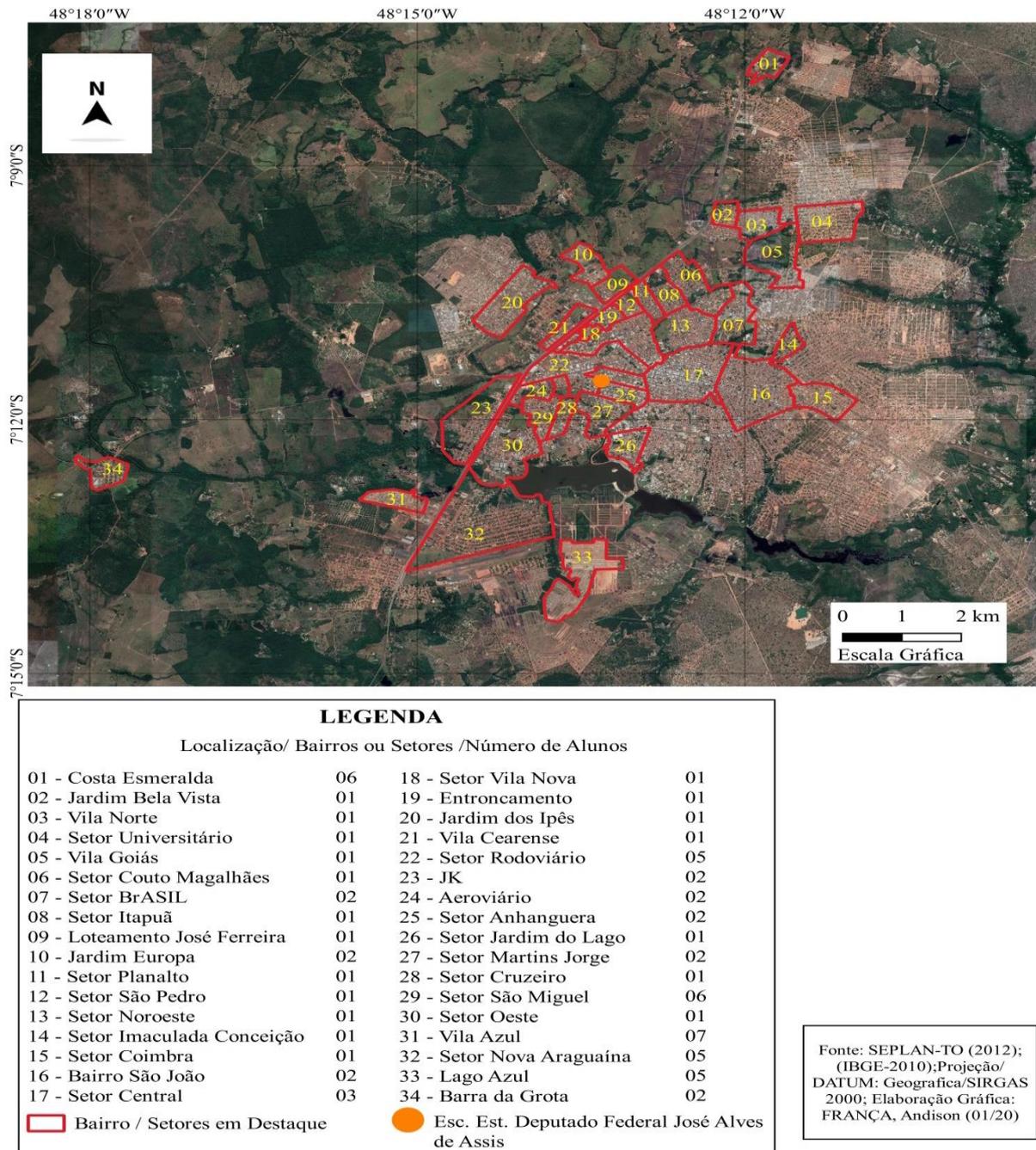
Como o objetivo geral desta pesquisa é ampliar a percepção das contribuições e relevância do PBF, a partir dos dispositivos Lei-Família-Escola, estabelecendo primordialmente o aspecto qualitativo e não quantitativo, pois entendemos ser de fundamental importância ouvir essas pessoas e colher suas percepções sobre a política pública que os atende, não aferindo somente os dados secundários apresentados pelos indicadores sociais.

Pensamos que cada documento produzido, sejam dados oficiais da escola ou das instituições governamentais, têm, em seu âmbito, objetivos de serem e produzem um discurso para a sociedade de forma geral. Esses, mesmo que de forma implícita, reproduzem uma relação de poder que se reflete na política pública do PBF, através das respectivas condicionalidades de frequência obrigatória do aluno.

Contudo, nessa unidade escolar encontravam-se matriculados pouco mais de 600 alunos em 2019 (TOCANTINS,2019) onde, num universo geral, apenas 76 desse total são beneficiados pelo PBF. Grande parte desses alunos (o número nem sempre é preciso, tendo em vista a grande mobilidade que ocorre ao longo do ano nas matrículas) subsidiados pelo PBF estão espacializados em bairros distantes.

Nesse contexto, para melhor observação, trouxemos, a seguir, o mapa de localização dos 76 alunos cadastrados no PBF matriculados na unidade escolar conforme relatório da secretaria expedido no mês de dezembro/2019.

Figura 1 - Mapa de espacialização dentro do município de Araguaína das 76 famílias dos alunos subsidiados pelo PBF matriculados até dezembro de 2019 na unidade Escolar José Alves de Assis.



Fonte: "Adaptado de" SEPLAN/TO 2012; IBGE 2010, dados da autora, 2020.

O mapa revela uma heterogeneidade na espacialização das 76 famílias dos alunos da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Deputado Federal José Alves de Assis, demonstrando ainda que, muitas residem distantes da unidade escolar onde seus filhos estudam, sendo alguns desses bairros, a exemplo do Costa Esmeralda, localizados há aproximadamente oito KM da escola, percurso que exige a travessia cotidiana da BR-153 com todo seu fluxo diário de trânsito, esses deslocamentos se fazem necessários devido à falta de escolas mais próximas que atendam a faixa educacional almejada por esses alunos, não obstante, outro aspecto que consubstanciou reflexões importantes que mesmo não sendo foco principal desta pesquisa, nos ajudaram a pensar sobre a importância de políticas públicas na vida desses alunos, como a oferta de transporte escolar gratuito (que atualmente não está sendo oferecido pelo governo para alunos dessa U.E.), aliando esse contexto com a condicionalidade do PBF de frequência desses alunos na escola. Vimos que muitas vezes eles acabam sendo prejudicados por sua condição de vulnerabilidade socioeconômica.

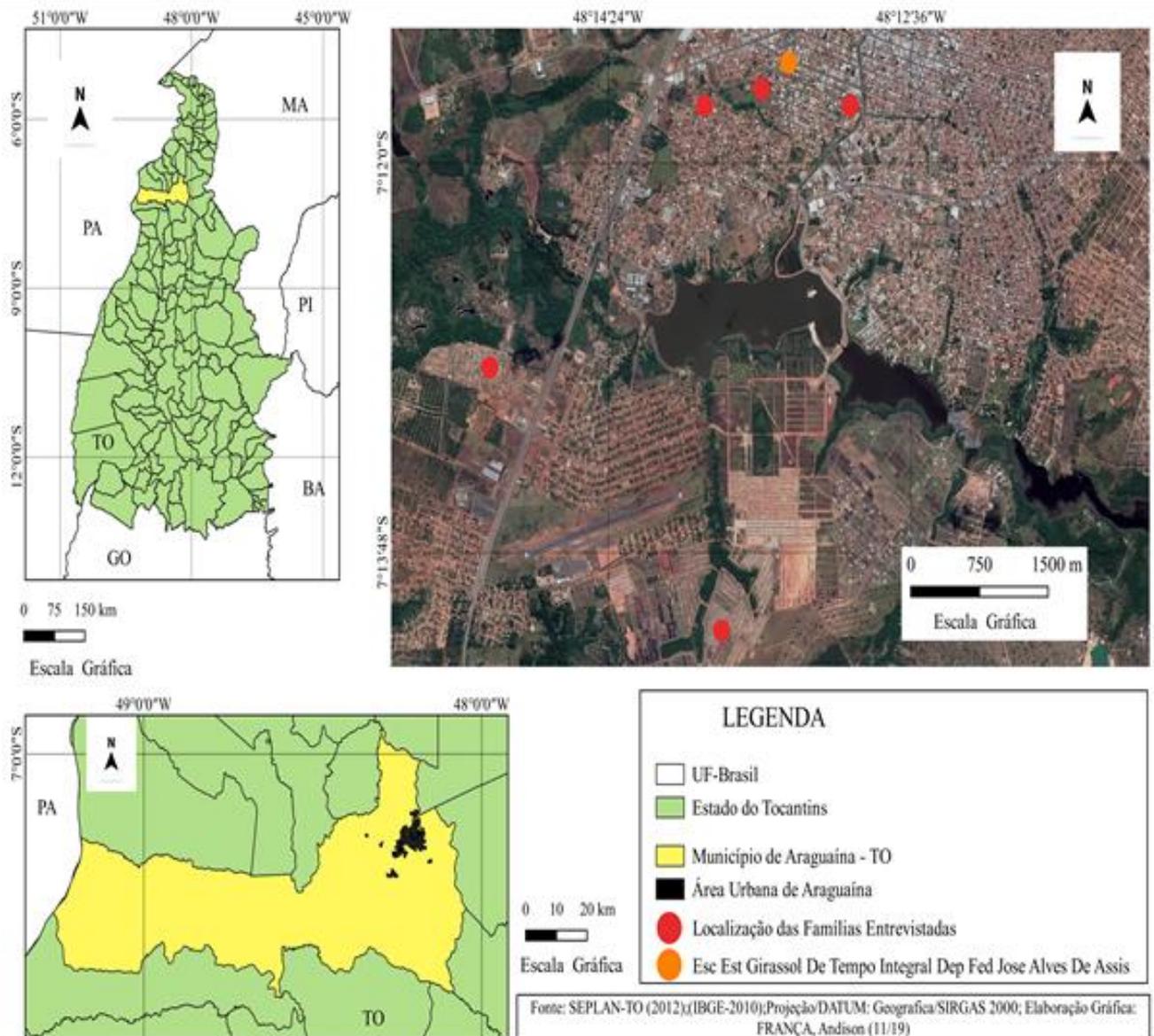
Como já descrevemos, nosso objetivo nesta pesquisa é de âmbito qualitativo e não quantitativo, acreditamos que seria interessante empreender visita para entrevistarmos todas essas 76 famílias, entretanto, essa incursão se tornaria impossível apenas no período disponível do curso de mestrado (dois anos) tendo em vista também a necessidade de transcrição de todas as entrevistas realizadas bem como análise de dados.

Sendo assim, optamos por realizar entrevistas com cinco dessas famílias beneficiadas pelo PBF da referida U.E., sendo esta escolha resultante da amostra total dos participantes que correspondeu ao método não probabilístico, que se justifica pelo fato de “O pesquisador(a) determina a quantidade de elementos ou número de pessoas aptas a responder um questionário” (OLIVEIRA, 2007, p. 88). Sob esse método, Mattar (1996) argumenta:

Uma razão para o uso de amostragem não probabilística pode ser a de não haver outra alternativa viável porque a população não está disponível [...] Outro motivo pode ser que a obtenção de uma amostra de dados que reflitam precisamente a população não seja o propósito principal da pesquisa. Se não houver a intenção de generalizar os dados obtidos na amostra para a população, então não haverá preocupações quanto à amostra ser mais ou menos representativa da população. **A última razão para usar uma amostragem não probabilística se refere às limitações de tempo, recursos financeiro, materiais e “pessoas” necessárias para realização de uma pesquisa com amostragem probabilística (MATTAR, 1996, p. 157, grifo nosso).**

De modo que, a disponibilidade das famílias em participar da entrevista ao serem contatadas em momentos prévios de seleção, resultou na espacialização apresentada no mapa de localização abaixo.

Figura 2 - Mapa Localização dentro do município de Araguaína das cinco famílias dos alunos da unidade escolar José Alves de Assis entrevistadas



Fonte: “Adaptado de” SEPLAN/TO 2012; IBGE 2010, dados da autora, 2020.

A pretensão, assim, é compreender o *corpus* a partir de uma análise textual, temática e interpretativa. Tal perspectiva de investigação apresenta-se como uma importante ferramenta técnica para aproveitamento de todos os discursos presentes nos documentos, bem como a identificação dos dispositivos discursivos entre a escola, a família e a políticas pública.

Realizamos ainda, entrevistas com a equipe escolar (três professores, orientadora educacional e a responsável pela secretária).A coleta foi feita de forma individual, uma vez que, segundo Fraser e Gondim (2004, p. 149) “A entrevista individual é uma interação de díade, indicada quando o objetivo da pesquisa é conhecer em profundidade os significados e a

visão da pessoa”. Os participantes da pesquisa tiveram a oportunidade de descrever, a partir dos questionamentos apresentados na entrevista, na perspectiva das famílias: suas percepções acerca da política pública que os atende, a importância da mesma para permanência dos alunos na escola, a finalidade do subsídio recebido, entre outros pontos.

Na perspectiva da escola: na visão dos professores, como compreendem esses alunos que são subsidiados por uma política pública, como é o rendimento desses alunos em sala durante as aulas, nível de aprendizagem; a secretária forneceu dados referentes à frequência desses alunos, como ocorre o acompanhamento pelo programa Bolsa Família para garantir o subsídio. A orientadora foi questionada entre outros fatores, sobre o rendimento e acompanhamento das famílias dos alunos do programa Bolsa Família, no que tange às atividades escolares de forma geral.

Cabe destacar que, nas entrevistas que foram realizadas com os professores, houve perguntas sobre a questão do rendimento escolar, frequência, percepção da participação da família na escola e o papel do professor quanto à dificuldade dos respectivos alunos.

Considerando que o rendimento escolar foi uma variável relevante nesta pesquisa, até como forma de problematizar a relação entre a família e a escola acontece, esse rendimento foi pensado em termos quantitativos e qualitativos. Para o primeiro termo, levamos em conta o boletim escolar dos alunos, considerando que há condições de produção das aulas, isso nos diferentes processos de ensino e aprendizagem.

No que diz respeito ao segundo termo, que é qualitativo, acompanhamos alguns conselhos de classe que os professores realizaram no final do 2º e 3º bimestres. Também, junto ao serviço pedagógico da escola, buscamos apreender o modo como o rendimento escolar é discutido pela escola. É sabido que, como dispositivo, o conselho de classe cumpre a função de se levantar e discutir questões transversais ao rendimento escolar do aluno, tais como: aprendizagem, dificuldades em alguns conteúdos, problemas de cunho pessoal, comportamento, dentre outros.

A partir desses dois dispositivos escolares, a saber: boletim escolar e conselho de classe, foi possível dimensionar o rendimento escolar dos alunos participantes da nossa pesquisa.

A coleta de dados referente aos boletins escolares foi feita a partir de pedido formal à escola em relação aos alunos assistidos pelo programa Bolsa Família. A coleta de dados atinente aos conselhos de classe foi realizada por anotações de campo, conforme anuência prévia dos participantes do conselho de classe (que ocorreu no dia vinte e oito de junho e dezoito de outubro de dois mil e dezenove). Isso ocorreu com o objetivo de ampliar as

discussões acerca do tema.-Acreditamos que teremos a oportunidade de ampliar a análise a partir do ponto de vista tanto das famílias envolvidas, quanto da escola, sempre em benefício dos alunos.

Acreditamos ter levantado dados subjetivos que respaldam a análise geral e qualitativa na relação entre a unidade escolar e as famílias atendidas pelo PBF e que têm seus filhos matriculados na referida unidade. Tal análise mais “humana” pode ter bons resultados quando aplicada a soluções para melhorar o rendimento e a presença dos alunos atendidos pelo PBF.

Essa abordagem sobre a escola e as famílias dos alunos subsidiados pelo PBF, ancorados na teoria de Amartya Sen (2010), ajudou-nos a pensar o desenvolvimento a partir da educação via escola como oportunidade social.

Para tanto, buscamos ampliar o entendimento dos sujeitos a partir da fala, sempre correlacionando as interpretações à luz dos conceitos de Michel Foucault (2006), no que tange aos dispositivos sociais e discursivos. Nossa incursão bibliográfica e documental também subsidiou uma análise reflexiva sob o contexto dos dispositivos , uma vez que, segundo Michel Foucault (2006):

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. **O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos** (FOUCAULT, 2006, p. 244, grifo nosso).

Cada documento produzido, sejam dados oficiais da escola ou das instituições governamentais, têm, em seu âmbito, objetivos de serem e produzirem um discurso para a sociedade de forma geral. Esses, mesmo que de forma implícita, reproduzem uma relação de poder que se reflete na política pública do PBF através das respectivas condicionalidades. Daí justificou-se a importância da análise de cada dado e documento, buscando, através desse processo, fricções que caracterizem de que forma essa política pública (do ponto de vista econômico e social) se estabelece no cotidiano desses dispositivos.

Destarte, nossas incursões na secretaria da unidade escolar foram importantes para fomentar esclarecimento de dúvidas bem como levantamento de dados, sendo a secretária responsável por fazer a alimentação dos dados públicos no que se refere à frequência dos alunos, bem como outras informações referentes à alimentação do sistema do Bolsa Família para o órgão municipal que faz a gestão dos dados, tais como a relação dos alunos que são cadastrados no PBF e ainda a coleta dos dados dos boletins escolares desses dos alunos.

Realizamos ainda, visitas na Secretaria de Trabalho e Assistência social de Araguaína, onde ocorre a gestão do Cadastro Único, PBF e PBF/educação. Nesse órgão, conversamos com Alessandra Silva Espirito Santo Cunha e Francine Tontine, ambas estão à frente das pastas e atuam como gestoras desses programas a nível municipal. O objetivo dessas visitas foi realizar um levantamento de dados mais específicos no que diz respeito à operacionalização do PBF no município de Araguaína, tendo em vista que esse programa atua de forma descentralizada, sendo de sua competência à realização dos cadastros das famílias e o repasse de informações para o Governo federal.

O sucesso e a efetivação do PBF no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade perpassa a operacionalização em nível municipal, os dados aferidos contribuíram para pensar a abrangência do PBF em Araguaína, partindo da escola e seus integrantes (servidores, alunos e familiares), sua relevância para as famílias atendidas e dar uma compreensão mais específica sobre como o programa funciona no município.

1.3 Da realização das entrevistas, da transcrição e da seleção das perguntas para análise

Como já mencionado, esta pesquisa é de cunho qualitativo com dados secundários quantitativos. A nós interessou realizar com algumas famílias, bem como alguns membros da equipe escolar e da gestão do Programa Bolsa Família no município de Araguaína-TO, entrevista semiestruturada, na iminência de ampliar nossa compreensão através dos enunciados dessas pessoas, quais são as consequências de uma política pública como o PBF. Isso, ancorados na teoria de Michel Foucault (2006) que dispõe o conceito do dispositivo que explica saber-poder-resistência.

Nesse ponto de vista, a margem de participantes representou apenas uma amostra de pessoas subsidiadas nesse município, das 76 famílias dos alunos que estudam na unidade escolar onde atuo como docente. Cinco dessas famílias foram entrevistadas, cada uma delas em dia e horário disponibilizados por eles e mediante prévia combinação. Entrevistamos, ainda, cinco funcionários da U.E: sendo um professor com formação em História, uma professora com formação em Língua Portuguesa (ambos ministram suas respectivas disciplinas de formação), uma professora Pedagoga, que no ano de 2019, encontrava-se lotada na biblioteca, porém, durante 29 anos atuou como docente em sala de aula, a orientadora educacional da U.E. e a responsável pelo setor da secretaria. As entrevistas com os funcionários da escola ocorreram todas na própria U.E., mediante combinação prévia de horários disponíveis por cada um.

No que diz respeito às famílias entrevistadas, a seleção das famílias é resultante de alguns aspectos, a saber: a disponibilidade das mesmas em participar, haja vista que, mediante uma lista apresentada pela secretaria escolar com a relação dos alunos que recebem subsídio do PBF na escola, algumas das famílias contatadas não apresentaram interesse ou disponibilidade em participar das entrevistas, assim, às cinco famílias que aceitaram nos receber em suas residências, foram visitadas e entrevistadas, também levamos em consideração a espacialização dessas famílias no município de Araguaína, conforme apresentamos nos mapas que representaram a localização das 76 famílias dos alunos matriculadas na unidade escolar e, posteriormente, as cinco famílias que participaram da pesquisa, elas estão localizadas em bairros bem heterogêneos, com realidades distintas, fator que nos pareceu importante compreender.

Também solicitamos através de ofício ao órgão responsável de gerir o PBF em Araguaína, permissão para realização de entrevista com a gestora do PBF/Cadastro Único e a responsável pelo PBF educação, essa solicitação foi prontamente atendida e realizamos nos meses de novembro, dezembro de dois mil e dezanove e janeiro de dois mil e vinte, visitas para realizar conversas e solicitação de alguns dados para compor a nossa pesquisa, nas oportunidades, as gestoras que atuam no PBF em Araguaína, não fizemos um roteiro específico de perguntas, mas, a partir dos objetivos propostos nesta pesquisa, fomos interpelando com questões referente ao trabalho das mesmas no órgão, processo de gestão do PBF bem como outros dados imprescindíveis para esta pesquisa.

É importante relatar que, as entrevistas que ocorreram entre os meses de abril e agosto do ano de dois mil e dezanove, tanto com as famílias dos alunos quanto com a equipe escolar, utilizamos o roteiro de entrevistas (cf. Apêndices I.I e I.II) cada roteiro de entrevista foi composto de doze questões, com perguntas diferentes para cada grupo entrevistado, famílias e equipe escolar, para tanto, nesse processo, nos valem dos recortes discursivos (RD), por serem importantes estruturas de transcrição fonética baseadas nos áudios que foram gravados no momento de realização das entrevistas.

Destacamos ainda que, os RD nos possibilitam realizar análises de forma topicalizada e pontual. Nessa lógica trouxemos, posteriormente, um exemplo de como esse processo ocorre: RD 01 Entrevistador: “O que o senhor(a) entende do Programa Bolsa Família?; Antonia: Eu sei que é um programa pra ajudar as famílias que tem mais necessidade no Brasil”.

Os RD mantêm sua própria estrutura, A parte superior consta a identificação dele: RD01. Posteriormente temos a transcrição fonética do áudio gravado no momento da

entrevista. Nesse exemplo, a entrevistadora interpelou a locutora Antônia sobre a política pública que a atende. A locutora Antônia descreveu, a partir do seu conhecimento, o que ela entendia sobre o Programa Bolsa Família. Após a transcrição fonética do áudio gravado, procedemos ao movimento de análise do recorte discursivo apresentado.

Seguimos, como critério, a transcrição fonética do áudio gravado na entrevista, com vistas na normatização do Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro (PROJETO NURC), devido ele ser amplamente utilizado no país como referência nacional para estudos da variante culta da língua portuguesa. Para tanto, apresentamos a seguir o quadro com as normas para transcrição.

Quadro 1 – Normas para transcrição de textos orais (Normas adotadas pelo Projeto NURC/RS)

| OCORRÊNCIAS | SINAIS | EXEMPLIFICAÇÃO |
|--|-------------------------|---|
| Hipótese do que se ouviu | (hipótese) | Sáimos com o e dizia assim olha vai custar tanto... (mas os daqui) não há problema... |
| Truncamento | / | Sim ahn é... mas tem ge/ tem... cara que às vezes vai num restaurante é bacana né? |
| Incompreensão de palavras ou segmentos | () | Bom mas eu acho que ginástica em () deve solucionar esse problema né? |
| Entonação | Maiúsculas | Já que o ginásio vai TAN ta coisa boa...acho que não custa pôr uma banheira térmica ali |
| Alongamento de vogal e consoante (como s, r) | Poden::do muito sua::ve | Acho bacana à beça a pantalona viu? né? calça com a boca bem larga... bem cintura::da entende? |
| Silabação | - | CAMpos... espetaculares não tinha deserto... mas uma COI sa assim fan-TÁs-ti-ca um negócio |
| Interrogação | ? | E quanto a frutas verduras assim o que vocês preferem? |
| Qualquer pausa | ... | Leva todo o período de aula... só... subindo e descendo escada |
| Comentários descritivos do transcritor | ((minúsculas)) | Aqui vai melhor assim... bom... eu te digo o seguinte... ((pigarro)) tu acharias que: todas as nossas aulas... |
| Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático | - - | Também a comida vinha: - era muita gente, né? muitos atletas - e a comida vinha de São Paulo |
| Superposição simultânea de | [| É difícil de explicar assim [|

| | | |
|---|----------------|--|
| vozes | Ligando linhas | porque tu queres ver uma coisa |
| Citações literais ou leitura de textos durante a gravação | “ ” | Um cara... me atacou... “que que eu faço pra tirar a barriga?” eu digo pára de tomar chope... |

Fonte: Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP nº 338 EF 331 D2. **OBSERVAÇÕES:** 1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (UPF, UFRGS, etc.). 2. Fáticos: ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá. 3. Números: por extenso. 4. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa). 5. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh::... (alongamento e pausa). 6. Não se utilizam sinais de pausa típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

O movimento de análise foi baseado no recorte teórico e metodológico ancorado no conceito de Michel Foucault (2006) que versa sobre dispositivos, onde, nesta pesquisa, após a seleção com critérios muito bem definidos e formalizados, vislumbrou, a partir da entrevista com as gestoras, que representam a lei em Araguaína, a partir da entrevista com os pais, que representam a família, e a partir da entrevista com os professores, que representam a escola, mostrar a rede que se estabelece entre esses dispositivos para compreender as consequências do PBF em Araguaína.

Destacamos ainda que, mesmo tendo montado um roteiro com doze questões distintas para a equipe escolar e para as famílias, apresentamos nos resultados desta pesquisa, apenas alguns recortes discursivos-RD com as perguntas realizadas para cada entrevistado, isso, na iminência de ampliar, a partir da percepção deles sobre a política pública que os atende, nosso conhecimento, correlacionando os enunciados com a teoria mobilizada.

2 DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO PENSAMENTO DE AMARTYA SEN

Iniciamos esse capítulo com uma informação do relatório social 2020 das Nações Unidas, que apontou um dado alarmante: o crescimento da desigualdade social no mundo, chamando atenção, principalmente, para seus efeitos deletérios, tanto para países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento. Entre outras questões, esse relatório também apontou que onde as sociedades são muito desiguais, o risco efetivo para não diminuição da pobreza é eminente, ao passo que, essa situação reverbera em instabilidade política que reprime o desenvolvimento (ONU, 2020).

Durante séculos a acumulação de riquezas foi pautada, muitas vezes, pelo processo de exploração do trabalho do homem e dos recursos naturais, e isso foi aceito e naturalizado, todavia, promover desenvolvimento e, ao mesmo tempo, diminuir a desigualdade social que gera situações de vulnerabilidade, se coloca como um dos maiores desafios desse atual sistema político econômico, qual sabemos que concomitante ao processo de globalização, uma nova forma de organização política substituiu o sistema feudal: “No capitalismo de fins do século XX consolidou-se a financeirização como dominante do processo de acumulação de capital” (TAVARES, 2019, p. 10).

Do mesmo modo, algumas nações que alcançaram primeiro o processo de industrialização e acumularam riquezas, sempre exerceram influência sobre os demais países, o que nos leva a refletir sobre a relação entre os chamados países centrais e os periféricos como uma forma de desenvolvimento e subdesenvolvimento coordenado, sobre essa situação Calixtre (2019) apontou que:

Pertencem às décadas de 1950 a 1970 a formulação de uma teoria do desenvolvimento voltada não mais para explicar a riqueza de algumas nações ante as outras, mas para apontar os caminhos da superação do subdesenvolvimento das economias que ficaram para trás do processo de acumulação global capitalista. A problemática do subdesenvolvimento constitui-se no método de interrogação da história da periferia do sistema capitalista que reproduz padrões desiguais de difusão do progresso técnico que, por sua vez, traduzem-se em padrões distintos de estruturas socioeconômicas e produtoras desta desigualdade originária (CALIXTRE, 2019, p. 39).

Igualmente, padrões de mensuração de riqueza apontam que o sistema capitalista se desenvolve de forma assimétrica, onde, muitas vezes, a permanência de países que outrora foram colônias relega condição de subdesenvolvimento aos mesmos (CALIXTRE, 2019).

Um dos índices que mede a produção de riquezas de um país em um dado período é denominado Produto Interno Bruto – PIB, ele apresenta o contexto de desenvolvimento pela via econômica, não expressando características mais particulares do processo produtivo em si. Sendo assim, muitas vezes é possível que países ostentem um Produto Nacional Bruto - PNB alto enquanto sua população amarga situações de vulnerabilidade social e pobreza extrema (SEN, 2010).

De modo igual, os padrões de mensuração de desenvolvimento econômico adotados para exemplificar as condições de qualidade de vida das populações nos países (desenvolvidos ou subdesenvolvidos) sempre foram apresentados de forma sintética através de indicadores que contabilizam características gerais e muitas vezes apresentam apenas por meio de gráficos, tabelas ou números, os dados econômicos de determinada região bem como indicadores sociais de seus habitantes. Nesse sentido, países que se caracterizam pela alta concentração de renda, podem comprometer uma compreensão da realidade local, nas concepções de pobreza e vulnerabilidade social de suas populações (NERI; SOUZA, 2012).

Nesse sentido, acreditamos ser importante ampliarmos aqui a discussão sobre vulnerabilidade social antes de avançarmos na discussão sobre desenvolvimento para compreendermos elementos que dela decorrem, tendo em vista que, seus aspectos envolvem certa dificuldade para uma construção conceitual, pois pode revelar situações que se manifestam a partir de múltiplas causas, tanto ambientais, quanto sociais e econômicas (CIDADE, 2013).

Alçamos os escritos de Malagón-Oviedo e Czeresnia (2015), que sustentam a seguinte definição para o termo vulnerabilidade:

A vulnerabilidade como categoria política e social ganhou presença desde finais da década de 1970. Crises contemporâneas do mundo do trabalho, com mobilidade, trajetórias laborais de percurso descontínuo e enfrentamento individual das contingências, constituem traços firmes das sociedades atuais, produzidos pela **erosão dos sistemas de proteção social**. A insegurança social ou vulnerabilidade aparece como uma dimensão consubstancial à coexistência dos indivíduos na sociedade moderna, como um horizonte insuperável da condição do homem moderno (MALAGÓN-OVIEDO; CZERESNIA; 2015, p. 240, **grifo nosso**).

O termo vulnerabilidade não é recente, historicamente, ele remonta aos estudos iniciados na década de 1990. Com destaque para duas importantes obras produzidas sob influência da pesquisadora Caroline Moser (1998), do Banco Mundial, onde ela “buscou aprimorar as metodologias de observação e captação do fenômeno da pobreza, principalmente

destacando sua dinâmica e a capacidade de reação das pessoas a essa condição” (STOCO; ALMEIDA, 2011, p. 664).

De forma mais geral, os estudos sobre vulnerabilidade buscavam distinguir aspectos relacionados à pobreza em países denominados “periféricos” e a desvantagem social. Outras obras produzidas, posteriormente, fomentaram análises sobre os riscos de mobilidades sociais descendentes, tanto dos indivíduos que se encontravam abaixo da linha da pobreza, bem como toda a população, observando o fenômeno do bem-estar social de maneira ativa (ABRAMOVAY *et. al.*, 2002).

Para Moser (*apud* CIDADE, 2013, p. 180), vulnerabilidade pode ser definida como “insegurança e sensibilidade que atingem o bem-estar de indivíduos, famílias e comunidades diante de um ambiente em mudança”. A expressão vulnerabilidade pode traduzir uma série de situações, algumas das quais já descritas, já que a privação de acesso a determinados recursos, ou mesmo serviços, produzem efeitos negativos para as mais diversas populações no mundo, reproduzindo sistemas que (in)conscientemente alimentam o ciclo da desigualdade social.

Nessa acepção, como pensar num mundo onde o homem já foi ao espaço, satélites que permitem comunicação simultânea entre as pessoas, robôs que falam e interagem com os seres humanos e ainda aceitar tamanha desigualdade social entre seus semelhantes? A resposta para essa indagação não é fácil.

Contudo, lançamos luz, através da teoria de Amartya Sen (2010), para construir uma discussão sobre desenvolvimento⁵, o autor descreveu que vivemos num mundo que ostenta muitas riquezas. Entretanto, por diversas razões, elas estão concentradas nas mãos de poucos. Em muitos países a pobreza, dificuldades no acesso a educação e a fome ainda são problemas que refletem a situação de vulnerabilidade característica principalmente do subdesenvolvimento e que carecem urgentemente de serem superados.

Sen (2010, p. 29) argumentou que “Um número imenso de pessoas em todo mundo são vítimas de várias formas de privação de liberdade. [...] Além disso, poucas pessoas têm acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, [...]”. A afirmação do autor nos revela uma realidade perversa de um mundo real com situações que vêm persistindo, mesmo diante da evolução que o homem já alcançou. A globalização não possibilitou apenas

⁵ O conceito de desenvolvimento pode ser definido como um processo histórico marcado pelo crescimento econômico e por mudanças estruturais. O crescimento - aumento da produção de bens e serviços materiais e imateriais - não pode ser o fim último de um processo de desenvolvimento, mas é algo imprescindível [...]. Esse crescimento decorre não apenas da produção de bens de consumo supérfluos, mas também de alimentos, da construção de moradia e de mobilidade urbana, de serviços de saúde e saneamento, de educação e cultura, de lazer e turismo. Assim, qualquer projeto de desenvolvimento deve buscar não apenas o crescimento econômico, mas pensar a qualidade desse crescimento. Fonte: Dweck e Rossi. Alternativas para o desenvolvimento brasileiro (2019, p. 97).

uma aproximação entre os povos e a troca cultural através da qual rompemos barreiras e conquistamos novos territórios, mas também deu suporte para o avanço da ciência, alavancando as bases da industrialização e do sistema político capitalista na dimensão que vivenciamos hoje.

Por esse ângulo, o escritor e professor indiano Amartya Sen⁶, desde a década de 1970, vem propondo novas abordagens sobre desenvolvimento. Seus escritos proporcionaram um novo olhar para refletirmos como e através de quem o desenvolvimento ocorre. Não obstante, foi Sen que influenciou o modelo metodológico adotado pela Organização das Nações Unidas desde a década de 1990 para a composição de um relatório chamado Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que analisa características das populações dos países através de informações mais dinâmicas e que buscam traduzir a realidade no contexto social dos indivíduos (ZAMBAM; AQUINO, 2016).

Na concepção de Amartya Sen (2010) romper com a situação de vulnerabilidade por si, é promover desenvolvimento, e isso ocorre quando as mudanças, tanto estruturais, quanto políticas, são efetivadas, na sua proposta, o autor ainda destaca que o desenvolvimento vai decorrer da liberdade que o individuo tem de exercer suas escolhas e ser o agente principal, e o Estado, agindo como fomentador de oportunidades, corrobora com a eliminação das desigualdades.

O ponto de vista dessa abordagem não se limita apenas à análise da pobreza, mas complementa contribuições importantes para a Teoria do Bem-Estar Social e para a Teoria do Desenvolvimento Socioeconômico, tendo como base a perspectiva do desenvolvimento no âmbito do princípio da liberdade substantiva e da igualdade (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2016).

Nesse processo, ele classifica cinco tipos de liberdades instrumentais, a saber: Liberdades políticas; facilidades econômicas, oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora, mutuamente, elas podem garantir uma vida com mais qualidade e menos privações (SEN, 2010). É através da eliminação de privações e na

⁶ Amartya Sen nasceu na cidade indiana de Santiniketan na Bengala Ocidental, dia 3 de novembro de 1933 de família hindu, ainda que seus pais e antepassados provêm de Dhaka, atualmente pertencente a Bangladesh. Além do ser reconhecido pela comunidade acadêmica pela qualidade de seus textos, destacou-se mundialmente a partir do Prêmio Nobel de Economia de 1998, por suas contribuições às políticas de bem estar, com o prêmio econômico recebido, constituiu a fundação Pratichi Trust, para ajudar nos esforços de alfabetização, saúde básica e a igualdade de gênero na Índia e em Bangladesh. No início dos anos da década de 1990, o feito mais importante de sua vida foi à criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), junto ao paquistanês Mahbub ul Haq, e que vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual (ZAMBAM; AQUINO, 2016, p. 10).

expansão das liberdades substantivas que encontraremos “uma concepção adequada de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 28).

As cinco liberdades instrumentais apontadas na obra de Amartya Sen se complementam. Todavia, para os objetivos desta pesquisa trazemos para discussão apenas a que aborda as oportunidades sociais (saúde e educação), fazendo um recorte específico para a importância da educação no processo de desenvolvimento, uma vez que, a privação de acesso à educação pode reverberar efeitos deletérios para os indivíduos, reproduzindo mazelas muitas vezes insuperáveis, Sen (2010) aponta que:

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm que ser vistas como ativamente envolvidas - dada a oportunidade - na conformação do seu próprio destino, não apenas como beneficiárias passivas [...]. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas (SEN, 2010, p. 77).

Acessar educação representa uma ampliação da capacidade humana de exercer sua condição de agente social. Conseqüentemente, o indivíduo poderá atuar de forma mais clara nas suas escolhas políticas e nos seus questionamentos, o que proporciona melhorias em sua vida em sociedade. Ao Estado cabe a função de promover as políticas públicas necessárias, visando o aumento das capacidades humanas e superação de vulnerabilidade.

Dito de outra forma, para Amartya Sen (2010), o Estado tem papel primordial no processo de expansão das liberdades humanas e na eliminação de situações de desigualdade social, pois “o Estado que vai garantir à população a condição de cidadãos: liberdade política (governo democrático), oportunidades sociais (educação e saúde), facilidades econômicas, garantias de transparência (para evitar principalmente a corrupção) e segurança protetora” (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2016, p. 164).

As ideias de Sen claramente são influenciadas pela situação vivenciada em seu país de origem, a Índia, um dos países mais populosos do mundo, e que nos últimos anos vêm apresentando resultados no crescimento do seu PIB. No entanto, a situação de desigualdade e vulnerabilidade social ainda são latentes nesse país, todavia, alimentam preocupações igualmente expostas nos escritos do autor (SEN, 2010).

Esse quadro social não se restringe apenas à Índia, mas em diversos países, entre eles o Brasil, que também possui um país populoso, e apresenta situação semelhante. Sabemos que ambos carregam um histórico em comum: já foram colônias e passaram por processo de reestruturação populacional a partir do século XX, deixando de ser majoritariamente agrários

e urbanizando-se. Entretanto, os desafios ainda são eminentes e os modelos de desenvolvimento adotados até aqui ainda não foram passíveis de superar situações de desigualdade e vulnerabilidade social. Dweck e Rossi (2019, p. 98) discorreram sobre as mudanças de ordem estrutural e econômica ocorridas no Brasil ao longo do século XX, muitas das quais foram responsáveis pela acentuação da desigualdade, pois “No período da ditadura militar no Brasil, houve crescimento com industrialização intensa, mas com concentração de renda e degradação ambiental”.

A afirmação dos autores é corroborada pelo relatório social das Nações Unidas de 2020, que apontou uma tendência de desigualdade decorrente, dentre outras situações, do processo de urbanização (tal qual ocorreu em muitos países), entre eles o Brasil, apontando que os efeitos negativos do processo migratório, onde, atualmente, mais da metade da população do mundo vive nas cidades (áreas urbanas), ao passo que, “Apesar de as cidades serem o cenário de inovação e prosperidade, muitos moradores urbanos sofrem com a extrema desigualdade” (ONU, 2020, p. 02).

Nesse sentido, nos propomos, a partir de agora, ampliar o debate ora posto, tendo em vista refletirmos um pouco mais sobre desenvolvimento e a situação do Brasil, partindo de dois pressupostos básicos ancorados na teoria de Amartya Sen (2010): primeiro, faremos uma abordagem sobre a educação (oportunidade social), como descrita pelo autor, e, posteriormente, refletiremos sobre políticas públicas redistributivas, destacando o programa Bolsa Família, para pensarmos de forma interdependente sobre a abrangência e relevância social da educação e da política pública PBF no município de Araguaína-TO.

Essa dinâmica se caracteriza pela seguinte perspectiva: sabemos que a vulnerabilidade social se manifesta de diversas formas, entretanto, o fator renda, mesmo não sendo o eixo principal, coloca-se na base de análise para pensarmos sobre pobreza; ao passo que o acesso à educação contribui para a eliminação de privações na vida dos indivíduos; conseqüentemente, o grau de escolaridade propicia melhores oportunidades, influencia na escolha dos indivíduos e contribui para diminuir os riscos de morte, desnutrição, desemprego entre outros (SEN, 2010). Daí nosso caminhar começar a partir da escola para buscar compreender como funciona o PBF na dinâmica regional de Araguaína.

2.1 Educação: a escola como oportunidade social

As teorias de Amartya Sen sobre justiça social, liberdade e desenvolvimento influenciaram produções acadêmicas em vários países do mundo. Ao tanto que, a partir da

década de 1990, ancorados nos seus escritos, os relatórios produzidos pela Organização das Nações Unidas - ONU adotaram o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (tendo Amartya Sen como um dos idealizadores desse índice) e ampliaram as análises acerca das “desigualdades a um patamar mais dinâmico e por consequência, menos excludente” (OLIVEIRA; ZAMBAM, 2016, p. 77).

Esse relatório da ONU toma como critério três dimensões: a renda, esperança de vida e a educação (IPEA, 1996). Concomitantemente, esses três aspectos são avaliados de forma dinâmica e interdependentes, visto que possuem uma estreita relação. Pretendemos discutir, a partir de agora, tendo como proposta refletir sobre o papel das políticas públicas voltadas a fomentar a educação no Brasil, como as oportunidades sociais estão ancoradas na discussão de Sen (2010).

O relatório mais recente do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD, divulgado em dezembro de 2019, apontou que o Brasil caiu uma posição no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, pois saímos da 78^o para 79^o posição. Entre outros aspectos, ele também apontou que, além da alta concentração de renda no país, a desigualdade social, infelizmente, aumentou (ONU/PNUD, 2019). Dito de outra forma, o abismo que separa ricos e pobres no Brasil se aprofundou ainda mais, o que nos remete à percepção de que possivelmente, estamos retrocedendo no que se refere a ações concretas voltadas para a diminuição de desigualdades.

Contudo, com base nessas constatações, é preciso revisitar a história para refletirmos se, verdadeiramente, em algum momento, de fato, avançamos, e, quando esse processo ocorreu, quais ações orquestradas pelo Estado brasileiro foram importantes para alcançar tais melhoras. Ao propormos pensar sobre a situação educacional, não estamos aqui afirmando que a desigualdade social aferida no relatório é resultado específico da falta de acesso a educação no país, mas, ao contrário, o relatório aponta que nesse quesito o Brasil avançou. Entretanto, outros pontos trazidos à luz pela Organização das Nações Unidas em 2020 são as chamadas “novas desigualdades no desenvolvimento humano” que segundo a ONU (2020):

As desigualdades nas capacidades básicas – ligadas às privações mais extremas – estão diminuindo. Ao mesmo tempo, as desigualdades estão aumentando em capacidades avançadas – refletindo aspectos da vida que provavelmente se tornarão mais importantes no futuro, porque serão mais empoderadores. As pessoas empoderadas hoje parecem mais preparadas para avançar ainda mais amanhã (ONU, 2020, p. 03).

Trazendo dados do PNAD (2007), destacados nos escritos de Sant’Ana (2007, p. 16), vemos que: “existe forte conexão, no Brasil, entre o nível de educação e a pobreza. Os números da PNAD de 1997 já confirmavam claramente a relação entre o nível de escolaridade do chefe da família e a probabilidade de que a família seja pobre.” A pobreza no seio da família, direta ou indiretamente, exerce uma pressão para que os jovens optem por trabalhar para ajudar nas despesas da casa em detrimento de seguir nos estudos escolares.

Como já descrevemos, o desenvolvimento, no contexto do IDH, é apontado por três indicativos, entretanto, para pensarmos essa situação, vamos revisitar brevemente apenas o histórico educacional brasileiro na iminência de discutirmos um dos objetivos propostos nesta pesquisa: Como o Estado vem atuando para fomentar e promover a educação de maneira a eliminar privações que possam resultar em situações de desigualdade social? Quais foram as principais políticas empreendidas nesse sentido?

Desse modo, fazer uso dos conceitos apreendidos sobre políticas públicas e sociais na percepção educacional se faz pertinente no caminho ora proposto, uma vez que, descrever a trajetória de inclusão das estratos sociais mais carentes no processo educacional não seria possível de ser realizado apenas nesta pesquisa. Tal processo se mostra complexo e revelador, não passível de ser explicado de forma isolada, tendo em vista que se desenrolou em muitos capítulos, entre os quais, teve seu início na catequese realizada pelos Jesuítas, a partir do século XVI, chamado de “missionarismo heroico” (HILSDORF, 2002), até os dias atuais, com as suas inúmeras leis orgânicas, parâmetros curriculares, Planos Nacional da Educação, etc.

São questões amplas, que também expressaram interesses econômicos e/ou políticos de determinadas épocas, conforme Romanelli (1986, p. 14) aponta: “[...] a evolução do sistema educacional, a expansão do ensino e os rumos que esta tomou, só podem ser compreendidos a partir da realidade concreta criada pela nossa herança cultural, evolução econômica e estruturação do poder político”.

A autora destaca ainda que em cada período histórico de ensino no Brasil, notadamente se refletem fatores de interligação, tanto culturais por demandas sociais na escola e de poder econômicos, acabando por reforçar, orientar e controlar “[...] a organização do sistema educacional de forma bastante defasada em relação às novas e crescentes necessidades do desenvolvimento econômico, este cada vez mais carente de recursos humanos.” (ROMANELLI, 1986, p. 14)

No início do século XX, o Brasil passava pelo seu IV Censo Decenal, quando estimava-se um quantitativo populacional de aproximadamente 30 milhões de pessoas (IBGE,

2000), dos quais grandes partes viviam no campo, muitos nem sequer sonhavam em um dia frequentar uma escola. A condição de analfabeto no Brasil é descrita por Ferraro e Kreidlow (2004):

O analfabetismo, portanto, emergiu no Brasil como uma questão política, não como uma questão econômica. A Lei Saraiva de 1882⁷, do final do Império, e todas as constituições republicanas, excetuada a de 1988, distinguiram-se, sob este aspecto, pelo caráter discriminatório, rotulador e excludente em relação ao analfabeto. **O analfabetismo constituiu-se na grande vergonha nacional** (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 184, **grifo nosso**).

Algumas políticas públicas⁸ educacionais foram implementadas ainda na primeira metade do século XX, mais especificamente na década de 1930. Num país com características predominantemente rurais, o Brasil passava por um processo de industrialização tardio, concomitante ao êxodo rural⁹, que corroboraram com aspectos dos movimentos migratórios que sempre foram característicos dos ciclos econômicos. Entre “1920 a 1960 acelera-se a queda do analfabetismo. Para o conjunto do País, a taxa cai, no período, de 71,2% para 46,7% entre as pessoas de 5 anos ou mais, uma redução de 24,5 pontos percentuais” (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 185).

Para atender a demandas crescentes das fábricas que careciam de mão de obra especializada, em contrapartida de uma população analfabeta vinda do campo, mudanças se mostravam necessárias. Nesta perspectiva, Santos, Novais e Silva (2011) destacam que:

A reforma do ensino em 1931 entre as várias outras que antecederam, foi talvez um dos momentos de nossa história em que a necessidade de expansão do ensino –em outros moldes- mostrou-se presente [...] Consequentemente, como em outros países, mas com algumas décadas de atraso, foram criados dois sistemas paralelos - profissionalizante e literário - numa tentativa de acompanhar o desenvolvimento dos modos de produção políticos e sociais, sem deixar de manter os mecanismos de distinção de classe dos quais a escola foi sempre um expoente (SANTOS; NOVAIS; SILVA, 2011, p. 294).

Os aspectos da reforma pela qual o ensino passou em 1931 revelam que conceder acesso à escola e promover alfabetização, mesmo de maneira tímida, respondia a uma demanda não apenas das camadas sociais mais baixas, mas, acima de tudo, das necessidades

⁷ A reforma eleitoral de 1881, nominada Lei Saraiva, ficou conhecida por cortar drasticamente os direitos políticos no Brasil, principalmente ao afastar das urnas a população analfabeta. Este descompasso no trajeto da construção da cidadania, no entanto, foi ainda pouco estudado e algumas de suas diretrizes ainda permanecem sem explicação (SOUZA, 2018).

⁸ “Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HOFLING, 2001, p. 31).

⁹ Os movimentos migratórios respondem pelo processo de esvaziamento da população rural. Em termos nacionais, a intensidade do movimento de desruralização parece não se ter atenuado muito nos últimos 50 anos (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

vigentes da época. Ou seja, instrumentalizar as instituições governamentais que objetivavam, neste processo, a ampliação dos projetos desenvolvimentistas, nos quais o Brasil se iniciava, saindo de um sistema político aristocrático rural e emergindo como país industrializado e urbano da Era Vargas (1930-1945).

Tanto pelo processo de industrialização em curso, quanto pelos anseios sociais cada vez mais latentes, o Estado brasileiro reconhecia a necessidade de assumir seu papel de fomentar a expansão do ensino para responder a desafios que o mundo, já caminhando num processo contínuo de globalização¹⁰, almejava.

As políticas públicas de expansão do ensino, na perspectiva da ampliação do acesso, colocavam-se como ruptura no discurso que sempre permeou a educação tanto no Brasil, quanto em outros países: a “Educação como processo de triagem, pelo qual se prepara a elite de um país” (SANTOS; NOVAIS; SILVA, 2011, p. 296).

Ante ao exposto, os dados revelaram que, gradativamente, nos anos seguintes, o número de matrículas nas escolas primárias aumentou. Entretanto, em paralelo ao acesso, também havia o abandono seguido da impossibilidade de ingresso no ensino superior, processo dicotômico que se colocava como fator importante de atenção do Estado. Teixeira (1976, *apud* SANTOS; NOVAIS; SILVA, 2011, p. 298, **grifo nosso**) argumentam que: “Em 1965, cerca de 220.000 alunos ingressavam no ensino colegial, cerca de 124.000 chegavam ao último ano. **Destes, cerca de metade - 62.000 - deixavam os estudos devido à necessidade de trabalhar [...]**”.

Até pouco mais da metade do século XX, muitos países da América Latina viviam um fenômeno preocupante, pois em torno de 50% dos alunos das escolas primárias desistiam dos estudos na condição de semianalfabetos (TEDESCO, 1981, *apud* SAVIANI, 2012). Esse dado inquietante foi discutido por Saviani (2012, p. 3) como um processo de “marginalização educacional”, apontando uma imensa dicotomia que perpassava a questão da educação escolar, atuando como “instrumento de equalização social [...] ou instrumento de discriminação social”.

O autor complementa descrevendo que a escola pública emerge como: “[...] como um antídoto à ignorância, logo, instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu

¹⁰ Definiremos globalização como “uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito e a etapa de desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra atualmente” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 70). “É evidente que a globalização e a política neoliberal estão influenciando nos sistemas educacionais, e que a educação está mudando, e tem de mudar muito mais, para dar resposta às novas circunstâncias advindas da globalização” (DALBÉRIO, 2009, p. 44).

papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente” (SAVIANI, 2012, p. 6).

Essas características apontavam para os novos rumos que a educação brasileira estava tomando, mesmo que, em âmbito geral, o aspecto quantitativo contrapunha o qualitativo. A esse respeito, Dalbério (2009, p. 58) descreve que: “A questão que se favoreceu a ampliação de vagas, garantindo quantitativamente o aumento de vagas nas escolas, entretanto, esta não foi acompanhada de uma melhora qualitativa”. Ainda corroborando com a discussão no que tange ao aumento no número de matrículas, Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) sustentam que:

[...] ampliação das vagas deu-se pela redução da jornada escolar, pelo aumento no número de turnos, pela multiplicação de classes multisseriadas e unidocentes, pelo achatamento do salário dos professores e pela absorção de professores leigos. O trabalho precoce e o empobrecimento da população, aliados às condições precárias de oferecimento de ensino, levaram à baixa qualidade do processo com altos índices de reprovação (LIBÂNEO, OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 144).

De modo velado (ou escancarado), a desigualdade demonstrada no percentual de alunos que se viam impossibilitados de permanecer na escola, os quais, em grande parte, mesmo conseguindo com muito esforço acessar a educação, não ascendiam ao ensino superior, permanecendo apenas num patamar de alfabetizados. Essa situação mostrava uma face cruel que alimentava uma das características do sistema capitalista, que é a divisão de classes sociais. Porém, neste caso, a divisão se caracterizava entre a elite privilegiada com oportunidades de formação em detrimento da classe dominada de trabalhadores com direito apenas de se alfabetizarem para exercerem suas funções em seus postos de trabalho, permanecendo estagnados na pirâmide social.

Dentro desta problemática, a luta por uma escola pública paritária e, sobretudo de qualidade não é de hoje. Um movimento que teve início na década de 1960, intitulado “Campanha de Defesa da Escola Pública”, reverberou na construção de um documento intitulado “Manifesto em Defesa da Escola Pública e Gratuita”, o qual apresentou em seus escritos (BRASIL, 1987a, nº 33-56, p. 1226-1227) algumas colocações da situação da educação no contexto escolar:

Os problemas centrais da educação no Brasil são o descompromisso do poder público com a educação e a privatização do ensino, resultando no baixíssimo nível de escolaridade da população. Fugindo à sua responsabilidade social com o ensino e a produção do saber, o governo desenvolve uma política educacional que favorece o empresariamento do ensino, tratado como mercadoria. Oito milhões de crianças em idade escolar estão fora do sistema educacional. Trinta milhões de brasileiros são analfabetos. São poucos os filhos de trabalhadores que continuam seus estudos além

de algumas séries iniciais. O descaso com a educação e o desvio de recursos governamentais para os estabelecimentos particulares vêm prejudicando a qualidade do ensino público, que continua apresentando carências crônicas e dramáticas. Apesar das conquistas dos trabalhadores da educação, seus salários continuam aviltados e as condições de trabalho permanecem precárias. Defendemos a escola pública e gratuita porque a educação é um direito de todo cidadão. Esta luta passa hoje, principalmente, pela exigência de uma efetiva política de ampliação e fortalecimento de toda rede oficial de 1º e 2º graus, faculdades e universidades. [...] Só a escola pública, gratuita, democrática e de boa qualidade pode cumprir este papel para o conjunto da população (BRASIL, 1987a, p. 1226-1227).

O exceto acima representa apenas uma parte de um documento oficial da década de 1960. Entretanto, seus apontamentos trazem a tona vários aspectos da problemática educacional e da necessidade de se assumir o verdadeiro papel da escola no âmbito das necessidades de construção de uma sociedade justa e democrática.

Santos, Novais e Silva (2011, p. 306) argumentam que “as medidas, em termos de políticas educacionais colocadas em prática após 1960, não estavam atreladas e nem eram consequências das reformas sociais mais amplas que propiciassem uma real mobilidade social”. Mesmo com o movimento entusiasmado desencadeado neste período, chamado “educação para todos”, onde as camadas da sociedade dos menos favorecidos mobilizados alimentavam a ideia do acesso à escola como meio de diminuição das desigualdades sociais no país, o Estado ainda se mostrava ineficaz em suas ações para sanar as deficiências no campo educacional.

Prosseguindo nas discussões, nas décadas seguintes, novas políticas educacionais desenvolvidas através de campanhas de alfabetização fortaleciam o aspecto ora apresentado: uma educação de cunho quantitativo em detrimento do qualitativo. Um exemplo foi o famoso Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, proposto na década de 70 (DI PIERRO, 2005). É válido ressaltar que, mesmo precário para as reais necessidades, o MOBRAL alcançou um grande quantitativo populacional, possibilitando que essas pessoas aprendessem a ler e escrever, tendo em vista que entre 1964-1984 o Brasil viveu sob domínio dos militares, e esse período conturbado da história trouxe situações adversas para o país. Valéria da Hora Bessa, sobre esse período, diz-nos que:

A ditadura militar, por meio de mecanismos de repressão, privatização do ensino, exclusão de parcelas das classes populares das escolas públicas de boa qualidade, tecnicismo pedagógico, desqualificação e desvalorização do magistério, por meio de legislações educacionais e institucionalização do ensino profissionalizante, tratou de sufocar as organizações da sociedade civil em torno da Educação, como fez também com vários outros segmentos sociais (BESSA, 2008, p. 22).

Feitas as devidas ressalvas, entramos nas discussões dos documentos oficiais, entre os quais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que foi promulgada em 1996 e sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Lembramos que antes da LDB de 1996 tivemos a de 1961 e a de 1971. Em relação à LDB de 1996, sob um Brasil já redemocratizado, Dalberio (2009, p. 55) ressalta que este documento corroborava com as novas políticas empreendidas à época, uma vez que as intenções da LDB (1961) buscavam “ressignificar os processos de ensinar/aprender, aderindo a um paradigma curricular no qual os conteúdos de ensino deixam de ter importância em si mesmo e são compreendidos como meio para construir aprendizagem e desenvolver competências e habilidades entre os alunos”.

Vale destacar que esses documentos concatenavam paralelamente com outras discussões em curso, dentre as quais a descentralização e obrigações de oferta de ensino nas esferas federal, estadual e municipal, e contrapunham ideias sobre a oferta de ensino público e obrigatório por parte dos entes da federação. Há que se pensar que a construção deste documento foi descrita como a maior articulação social em defesa da escola pública, reunindo grupos diversos para a construção do documento final (BARROS, 2016).

Não podemos nos esquecer de uma figura importante para a época: o advogado Paulo Freire. Educador e filósofo da educação por vocação, ele desenvolveu um método de alfabetização para adultos baseado em ensinar a ler e a escrever a partir da realidade do educando e não das cartilhas de alfabetização da época. Estas últimas tão distantes da realidade do povo pobre nordestino. Valéria da Hora Bessa (2008) fala-nos sobre o começo das experiências educativas de Freire:

[...] destaca-se a experiência da cidade de Natal, em 1961, com a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, integrando educação popular e educação escolar, tendo Paulo Freire à frente das ações que deram origem à Pedagogia Libertadora. Tal pedagogia tinha como principal bandeira a de que todo ato educativo é, em si, um ato político. [...] Ainda na década de 1960, os ideários de Paulo Freire são deturpados e sua Pedagogia é associada aos Movimentos marxistas e socialistas. [...] O projeto de Educação Popular promovido por Paulo Freire é paralisado definitivamente pelo Golpe Militar de 31 de março de 1964 (BESSA, 2008, p. 21).

Na década de 1990, no Brasil, fortalecia-se, gradativamente, a corrente com aspectos do neoliberalismo,¹¹ que já tomava conta de outros países. A expansão econômica do

¹¹ O neoliberalismo como um complexo processo de construção hegemônica. Isto é, como uma estratégia de poder que se implementa sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional, etc. e, por ou através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades. Fonte: GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do

capitalismo financeiro, ampliado pelo processo de globalização, imputava a adesão a um sistema global em detrimento de aceções locais. Nessa linha, o acesso à educação de forma igualitária não permeava os objetivos principais das ações governamentais, uma vez que “os neoliberais não defendem a responsabilidade do Estado em relação ao oferecimento de educação pública a todo cidadão, em termos universalizantes, de maneira padronizada” (HOFLING, 2001, p. 37).

A educação e as políticas públicas, frutos de ações do Estado na perspectiva política do estado de bem-estar social, viam-se cada vez mais ameaçadas. Não estamos aqui apagando as importantes conquistas advindas com a constituição de 1988, entretanto, a responsabilidade do Estado como fomentador da educação se fragilizava, haja vista que, segundo Hofling (2001)

Em um Estado de inspiração neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social (HOFLING, 2001, p. 39).

Nessa trajetória, a reorganização de novas políticas educacionais e a forma como o Estado passou a desenvolver suas ações, carecia de uma sociedade que permanecesse mais vigilante para continuar avançando na mitigação das disparidades educacionais. Mesmo com o discurso político de “educação para todos”, empreendido desde a década de 1960, o século XX terminou com o Brasil dando passos lentos no quesito educação, pois já alcançávamos um quantitativo de quase 160 milhões de habitantes e, em contrapartida, mesmo as taxas de analfabetismo tendo declinado exponencialmente a partir dos anos 20, O Brasil ainda apresentava uma proporção preocupante de analfabetos, demonstrando índices ainda mais graves nos estados das regiões Norte e Nordeste (FERRARO; KREIDLOW, 2004).

As afirmações acima também são sustentadas pela colocação de Araújo (2006, p. 18), que destaca “As precariedades da escola pública nos períodos de 1960 e de 1990, tanto nos recursos materiais como nos recursos humanos, são problemas decorrentes de uma política comprometida com os ideais capitalistas”. O autor complementa destacando o compromisso firmado com algumas agências internacionais que, mesmo favorecendo alguns campos da educação que se expandiram, na esfera do ensino fundamental, por exemplo, deixaram a desejar na qualidade.

Os estudos de Ferraro e Kreidlow (2004) apontaram ainda que as regiões Sul e Sudeste apresentavam índices menores de analfabetismo e com maior inserção das políticas

educacionais, o que nos remonta a outra questão não menos pertinente: Como ocorreu a aplicação de recursos e ações das políticas públicas no território nacional, com as diversidades tão latentes e em um país de dimensão continental como o Brasil?

Acreditamos que uma resposta a essa e a tantas outras indagações precisam de uma abordagem mais específica. Entretanto, para efeito dos objetivos deste trabalho, o qual se propõe a abordar uma política pública de transferência de renda de cunho nacional sob os aspectos locais de um município situado na região Norte do Brasil e que, historicamente, ainda luta para diminuir os efeitos das desigualdades sociais históricas, o programa em questão pode nos ajudar na discussão acerca de vários aspectos.

A observância de índices que correspondem ao padrão de escolaridade de crianças, jovens e adultos foram correlacionados em dados que aferem o grau de vulnerabilidade social apresentado nos mais de 5.500 municípios brasileiros. Metodologicamente, o IPEA (2015) descreve que:

A construção do IVS Capital Humano parte de teorias bem estabelecidas acerca das correlações entre os indicadores aqui apresentados e de experiências presentes e futuras de privação, na medida em que as condições expressas pelos indicadores comprometem também as possibilidades de mobilidade social ascendente de jovens e crianças ao longo de sua transição para a vida adulta (IPEA, 2015, p. 40).

A dimensão que abrange o capital humano nos remete a todo histórico de conhecimento adquirido ao longo da vida. Nessa linha, devemos pensar o papel da educação em suas múltiplas dimensões e funções estabelecidas nos últimos anos, tendo em vista que as inovações tecnológicas não mudaram apenas as relações de trabalho, mas elas impactaram também na forma como o homem passou a se comunicar e a adquirir conhecimento. A rede mundial de computadores desbravou fronteiras outrora impossíveis. Ao passo que, a escola como instituição de educação formal, ainda representa um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais democrática.

Compreender a ideia de educação via escola no contexto da discussão de vulnerabilidade social e desenvolvimento se faz pertinente tendo em vista que a primeira representa uma política pública do Estado, e a privação de educação escolar contribui na segunda. E os efeitos que o acesso à educação proporciona aos indivíduos estão presentes nos escritos de Sen (2010, p. 313) quando argumenta que: “O afastamento do perigo de uma morte prematura é seguramente mais fácil quando se tem um rendimento mais elevado [...], ele também pode depender de muitos outros aspectos, especialmente os que dizem respeito à organização social, e entre eles, [...] o tipo de escolaridade e educação [...]”.

Para Diniz, Marin e Feitel (2017, p. 227) os efeitos deletérios da privação de acesso à educação se apresentam como:

O analfabetismo limita a compreensão e a utilização dos direitos legais, no caso das mulheres, a privação educacional torna ainda mais insegura suas vidas por elas desconhecerem os seus direitos, pois, quando submetidas a situações de violência ou exploração, elas não sabem a quem recorrer (DINIZ; MARIN; FEITEL, 2017, p. 227).

As obras do escritor indiano Nobel em economia Amartya Sen (2010) contribuíram de forma significativa no entendimento da importância do acesso à educação para os indivíduos e suas relações com as oportunidades de desenvolvimento individual e social.

Baseados nos escritos de Sen (2010), Diniz, Marin e Feitel (2017, p. 225) argumentam ainda que: “Se o indivíduo acessa o serviço educacional e usufrui dos seus benefícios, esse serviço se torna um intitulado que contribui para o aumento do bem-estar humano e amplia as liberdades e possibilidades de escolha individuais.” Os autores complementam a informação apontando que o Estado atua de forma importante nesse processo, disponibilizando os recursos necessários para atender as pessoas e suas necessidades básicas primordiais (DINIZ; MARIN; FEITEL, 2017).

O tema educação aparece na constituição federal brasileira de 1988, no artigo 6º, onde apresenta a seguinte definição: “São **direitos sociais a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a **assistência aos desamparados**, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2019, **grifo nosso**).

Todavia, o acesso à educação em nosso país sempre foi um desafio, passamos por mudanças na estrutura deixando o contexto de um país rural, para urbano industrializado, ao passo que as transformações ocorridas não contemplaram um processo de desenvolvimento que estabelecesse metas para superar os problemas sociais resquícios dessas alterações e que ainda acometem grande parte da população, igualmente, levantamos aqui uma reflexão pertinente, qual tem sido a função da escola enquanto oportunidade social?

Nessa linha, Fernandes (1989, p. 149) definiu que: “A escola tem que abrir o horizonte intelectual do estudante, trazendo conteúdos que tornem a educação um instrumento não só para a vida, mas para a transformação da vida e da sociedade”. Para esse sociólogo, a escola representa um aspecto primordial para emancipação da sociedade em termos democráticos, pois é nesse espaço e em suas múltiplas funções que a garantia para um futuro melhor será possível.

Para Oliveira e Araújo (2010, p. 101) “A escola é a instituição que tem como função a socialização do saber sistematizado, ou seja, do conhecimento elaborado e da cultura erudita”. A lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, no seu artigo 4º, descreveu sobre as obrigações do Estado no tocante à oferta da educação escolar pública:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio; art. 4º

II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade (LDB, 2018, Art. 4º)

Frente às colocações expostas até aqui, compreendemos que a escola tem um papel fundamental no processo formação de cidadãos, para que estes sejam livres e conscientes dos seus direitos, capazes de agir não apenas como peças de produção no mundo do trabalho. Os documentos oficiais também argumentam sobre a obrigatoriedade do Estado no tocante à oferta de ensino escolar. Para tanto, a escola pública sempre representou um desafio para os estratos sociais mais carentes. Nesse interregno, interesses antagônicos deram vazão às disparidades que acometem o sistema público educacional. Fernandes (1966, p. 87) afirma que: “O desenvolvimento econômico produziu, pois o fomento da expansão quantitativa da rede escolar. Mas, não nos levou a uma expansão qualitativa de proporções equivalentes”.

É grande verdade que nos últimos anos o número de matrículas nas escolas públicas aumentou exponencialmente, e esse processo é resultado, em parte, de uma sociedade mobilizada e cada vez mais consciente dos seus direitos. Entretanto, como bem descreveu

Fernandes (1966), o aumento de matrículas nas unidades escolares não veio acompanhado de um ensino de melhor qualidade, porque isso carece de maiores financiamentos por parte do Estado: na valorização dos profissionais e em investimentos em políticas públicas que possam atacar a problemática em si. Fernandes (1966) complementa sustentando que:

[...] não há nem crescimento econômico, nem desenvolvimento social, nem progresso cultural sem uma paralela integração das escolas nos processos de mudança social. Enquanto se mantiver a ignorância como norma de adaptação para dois terços da população ativa do Brasil, os proventos do crescimento serão capitalizados por uma minoria, que por essa razão revela empenho quase nulo em abolir o isolamento da escola, o caráter anacrônico dos nossos padrões de ensino e o teor de privilégio assumido pela distribuição das oportunidades educacionais (FERNANDES, 1966, p. 95).

Só a título de reflexão frente a tudo que foi exposto até o momento, o Brasil iniciou o século XXI com péssimos resultados no ranking mundial da educação. Isso segundo dados da Pesquisa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, um exame idealizado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE com dados disponibilizado no site do INEP (2019). Este é um indicador que tem por objetivo fomentar discussões para melhorar a educação dos países que participam das provas que acontecem a cada três anos, avaliando três áreas: Leitura, Matemática e Ciências (INEP, 2019). O Brasil vem participando de todas as edições e os resultados de 2019 apontaram que além de termos caído em algumas posições no ranking que afere o conhecimento em matemática e ciências, permanecemos estagnados nos indicadores de leitura (INEP, 2019).

Todavia, as abordagens descritas até aqui, calçaram caminho nesta pesquisa para refletirmos sobre a educação no Brasil via escola no contexto de Amartya Sen (2010), pois a educação escolar é para Sen definida como “oportunidade social”, já que a educação não se faz de forma isolada e seu acesso e qualidade dependem de uma série de outros fatores entre os quais: estrutura das escolas, qualidade dos professores, garantias de permanência dos alunos através de subsídios, entre outros pontos. Sen (2010) complementa afirmando que:

O processo conduzido pelo custeio público, não espera até que ocorram elevações monumentais nos níveis per capita de renda real; funciona dando-se prioridade à provisão de serviços sociais (**particularmente serviços de saúde e educação básica**) que reduzem a mortalidade e melhoram a qualidade de vida.[...]. O processo conduzido pelo custeio público é uma receita para rápida realização de uma qualidade de vida melhor, e isso tem grande importância para as políticas, mas permanece um excelente argumento para passar-se daí a realizações mais amplas que incluem o crescimento econômico e a elevação das características clássicas da qualidade de vida (SEN, 2010, p. 68-71.**grifo nosso**).

A afirmação do autor reforça sua posição no que diz respeito a importância da atuação do Estado através de políticas públicas voltadas para o bem-estar atuando no processo de desenvolvimento, sobretudo social. Neste sentido, avançamos na discussão, dando contexto posteriormente, às políticas redistributivas, fazendo, um recorte sobre o Programa Bolsa Família. Destacamos ainda, que nossa proposta nesta pesquisa é ampliar a compreensão das consequências decorrentes da união entre educação via escola (oportunidade social) e uma política pública redistributiva, já que ambas são congruentes nos objetivos de eliminação de desigualdade e vulnerabilidade.

3 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E AS POLITICAS REDISTRIBUTIVAS

Ao longo dos séculos, registros revelam que preocupações crescentes com a pobreza e suas consequências nas nações já alçavam a importância de ações por parte do Estado que pudessem reverter o quadro de desigualdade social vivenciada (BRAGA, 2019; MONNERAT *et al*, 2007). O advento e o avanço do sistema político capitalista, acompanhado das transformações da revolução industrial, fomentaram debates acalorados por parte de estudiosos, que discorreram, através de suas ideias, possibilidades de assistência social promovida pelo Estado aos cidadãos que se encontravam em situação de pobreza e exclusão.

Nesse sentido, foi a partir do século XIX que a proposta de proteção social assumiu um âmbito coletivo, tendo no Estado a figura central de assumir o protagonismo, dando luz ao que foi denominado de *Welfare State*¹².

No século XX, após a 1ª guerra e a crise que eclodiu em 1929, marcadamente deu-se início a um processo de rompimento de modelos econômicos baseados nas leis de mercado que se auto ajustavam também conhecida como *laissez faire*. Aos poucos o Estado foi deixando de ser apenas o alocador e arrecadador de recursos e coordenador de leis (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2016).

Segundo Monnerat *et al* (2007, p. 1456), “[...] após a Segunda Guerra Mundial, com a consolidação do *Welfare State*, que acontecem mudanças importantes no padrão de intervenção social nas economias capitalistas avançadas, notadamente na Europa”. Período que esse continente passou a vivenciar o despontar de importantes projetos no campo da proteção social denominado como “O Estado de Bem-Estar social [...] caracterizado de forma simples como o Estado intervencionista, que promove o bem-estar na sociedade, nas áreas de Saúde, Educação, Habitação, Segurança etc.” (BRAGA, 2016, p. 26).

Todavia, a forma como o governo organiza o planejamento e o desenvolvimento de suas ações reflete diretamente na vida da sociedade, e essas ações podem se mostrar (ou não) como uma resposta às demandas mínimas necessárias para atender aos problemas da população.

¹² O Estado de bem-estar social (*Welfare State*) é uma forma de organização econômica e política, em que o Estado é o principal agente regulamentador nos aspectos sociais, políticos e econômicos do país. [...] A origem do *Welfare State* tem várias vertentes. Os pluralistas defendem que surgiu em decorrência do desenvolvimento do capitalismo em termos de modernização, industrialização e urbanização. Na versão funcionalista, os pluralistas entendem as políticas sociais como relacionadas às exigências impostas pelo crescente aumento dos riscos advindos dos processos de industrialização e urbanização. [...] Na versão marxista funcionalista, a política social é vista como exigência do próprio desenvolvimento econômico, considerando a ameaça que esse processo representa para a reprodução da força de trabalho pela excessiva exploração capitalista; Oliveira e Strassburg (2016, p. 155-156) acesso em 13/01/2020.

Dando prosseguimento, na Europa e posteriormente nos Estados Unidos, emerge como disciplina acadêmica, a área de conhecimento denominada Política Pública, que estabeleceu suas bases teóricas sobre o papel do Estado com estudos voltados para a ação dos governos, com linhas multidisciplinares de conceitos defendidos por autores como Madson e Paine citados por Monnerat *et al* (2007). Tal área foi definida como uma ferramenta de decisões do governo somente após o período da Guerra Fria (SOUZA, 2006).

É impossível descrever política pública de forma abreviada, uma vez que seu conceito perpassa o campo da multidisciplinaridade (saúde, educação, segurança pública, etc.). Todavia, trazemos o conceito de Souza (2003), sobre política pública, que nos diz:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

Na busca de conceituar política pública, também se faz oportuno recorrermos à definição de Azevedo (2003, p. 38), que complementa em sua definição: “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Política pública também pode ser associada à participação do povo, seja nas decisões que envolvem seu bairro ou território, num âmbito micro, ou mesmo na cidade, de forma geral. Essa participação pode assumir aspectos diretos ou indiretos. Para tanto, o Estado sempre se apresenta como um importante agente para realização das políticas públicas (OLIVEIRA, 2010).

As políticas públicas se subdividem em campos ou modelos explicativos, pois elas podem ser: redistributivas, regulatórias, distributivas e constitutivas. Cada formato pode impactar de forma distinta em grupos pequenos, médios ou grandes de pessoas, e atuam em diferentes questões da sociedade. Sobre tal, Souza (2006, p. 28) complementa que: “Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente”.

Como descrito, a demanda que parte das necessidades da sociedade pode resultar ou não em ações do governo. Para tanto, o direcionamento dos estágios de desenvolvimento das políticas públicas seguem a seguinte sequência: definição de agenda, identificação de alternativas, validação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (SOUZA, 2006).

A proposta de direcionamento das ações dos governos geralmente estão baseadas pelos “indicadores sociais” mesmo não sendo recentes, é a partir da década de 1960, concomitante ao avanço e estabelecimento do estado de bem-estar social, que esses estudos ganham conotação científica, atuando principalmente para realizar “acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas” (JANNUZZI, 2012, p. 15).

Jannuzzi (2012) também aponta que foi em face às disparidades observadas entre o crescimento econômico e a desigualdade social que os indicadores ganharam cada vez mais destaque, tendo como proposta metodologias que pudessem mensurar a realidade de bem-estar social dos cidadãos. São exemplos de agências criadas para instrumentalização de dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), entre outras. Dito isso, prosseguindo as discussões entre as diversas políticas públicas existentes, passamos, a partir de agora, a descrever, de forma mais abrangente, sobre políticas públicas redistributivas.

O modelo de política pública redistributiva emerge dentro do vasto escopo de responsabilidades sociais decorrentes do *welfare state*, passando pelos campos da saúde, educação e segurança pública, sempre com um olhar mais atento para as camadas da sociedade que, por qualquer motivo encontravam-se em situação de exclusão, sendo estes os desempregados ou mesmo idosos com necessidade de ajuda do governo para se manterem. No entanto, o Estado deveria lançar mão de ações para buscar sanar esses problemas.

Nessa lógica, Monnerat *et al* (2007, p. 1455) observaram que: “Thomas Paine, um dos ideólogos da revolução francesa e pioneiro na formulação de uma renda básica incondicional, formulou, ainda no século XVIII, os argumentos segundo os quais todos teriam direito a usufruir da riqueza de uma nação.”

Suplicy (2010) descreve que Keynes contribuiu como um dos autores responsáveis pelas bases teóricas do *welfare state* na década de 1930, período de transformações sociais e econômicas intensas. Ele deu ênfase em suas discussões, sobre a importância de correções de desigualdade social, onde apontava como dever do Estado em direcionar uma porcentagem do PIB para garantir uma renda mínima para pessoas em situação de pobreza. Tais ideias eram compactuadas por Milton Friedman, que também defendia o aporte de renda mínima para os mais necessitados via imposto.

Assim, ao longo dos anos que se seguiam, diversas nações do mundo, entre as quais Portugal e França e Estados Unidos, passaram a discutir e estabelecer critérios para programas de transferência de renda em seus países.

Souza (2012) contribui, através da sua pesquisa sobre políticas redistributivas, ancorada no conceito de Theodoro Lowi (1966), que estudou as políticas públicas nos Estados Unidos no período pós-guerra, e constituiu a base do aporte teórico atual para compreender o contexto das políticas públicas em suas características: redistributivas, distributivas e regulatórias, definiu que:

As políticas redistributivas são aquelas que uma parte da população paga mais em impostos do que recebe em serviços. Neste tipo de política os impactos atingem categorias do tipo das classes sociais (ou algo próximo a isso – ricos e pobres, grandes e pequenos, burguesia e proletariado). As questões deste tipo de política envolvem relações entre categorias amplas de indivíduos e as decisões individuais precisam ser inter-relacionadas (SOUZA, 2012, p. 5).

A autora nos apresenta a emblemática que circunscreve políticas públicas de âmbito redistributivo, muitas vezes, a percepção de que uns pagam para que outros possam receber o benefício, pode gerar críticas injustas por parte de diversos setores da sociedade. Entretanto, como possibilitam a diminuição da desigualdade, elas resultam em aspectos mais positivos do que negativos quando atuam de forma inter-relacionada para os estratos sociais, outrossim, apresentamos abaixo uma tabela que representa algumas de suas principais características no contexto dessa discussão.

Tabela 1 - Caracterização da política pública redistributiva segundo o tipo de impacto sobre a implementação.

| Características Gerais | Impactos |
|--|-----------------|
| Probabilidade de rotinas estáveis na implementação | Baixa |
| Grau de estabilidade dos atores e das relações | Alto |
| Grau de conflito quanto à implementação | Alto |
| Grau de oposição às decisões burocráticas de implementação | Alto |
| Grau de ideologia no debate sobre implementação | Muito alto |
| Grau de pressão para ter menos atividade no governo | Alto |

Fonte: HILL e HUPE (2010, p. 77). Com adaptações da autora.

Como as políticas redistributivas se caracterizam pela alocação de recursos, a tabela demonstra que, tanto o grau de implementação quanto a pressão que ocorre no governo, são

classificados como “alto”, todavia, Souza (2012) argumenta que em decorrência da influência que estas políticas representam no processo de mitigação de desigualdades sociais, a necessidade de contraponto do governo é fundamental para moderar os interesses políticos envolvidos.

Avançamos discorrendo sobre políticas redistributivas no Brasil, inicialmente, daremos ênfase no histórico que compreendeu algumas propostas, bem como ações efetivadas de renda mínima sob aporte do Estado, nas quais, dessas, chegamos no desenho do maior programa de transferência de renda do mundo, o Programa Bolsa Família, isso no sentido de atender às necessidades mínimas da população em situação de vulnerabilidade econômica.

3.1 Políticas públicas Redistributivas no Brasil

O Brasil ainda é um país com alta concentração de renda e desigualdade social, e essa desigualdade que acomete grande parte da população brasileira, se apresentando, em parte, como uma perversa herança dos projetos de desenvolvimento pensados ao longo dos 500 anos de ocupação, o forte aporte patrimonialista, onde, na divisão internacional do trabalho¹³, a prioridade foi a exploração dos recursos naturais em detrimento do crescimento social e da melhoria dos aspectos de vida da população, tal qual nos legaram a realidade vivenciada. (POCHMANN, 2012).

Listamos entre os países mais populosos do mundo, temos um território de dimensão continental e uma população multiétnica, aspectos que tornam a superação de problemas como a desigualdade social, pobreza ou acesso a educação, um desafio ainda maior, nesse sentido, a discussão do papel do Estado no contexto de proteção social, é questão eminente, ao passo que, ainda que de forma breve, nos propomos, a partir de agora, a descreve-lo dando ênfase nas políticas redistributivas.

Tomamos aqui o trabalho Suplícý (2010), para estabelecermos uma ordem cronológica do início de políticas redistributivas em nosso país:

[...], podemos considerar a instituição da Renda Básica de Cidadania como algo em consonância com os valores defendidos pelas comunidades indígenas, pelos quilombolas e abolicionistas e por todos os pesquisadores e cientistas que lutaram pela criação de uma nação justa no Brasil. Entre eles podemos citar Caio Prado

¹³ [...] A divisão internacional do trabalho tende a expressar diferentes fases da evolução histórica do capitalismo, inicialmente como relação dicotômica entre bens manufaturados e produtos primários, para, posteriormente, expressar uma relação entre produtos industriais de maior e de menos valor, e alto e baixo coeficientes tecnológicos, e, mais recentemente, uma relação de serviços de produção e bens manufaturados. Essas relações que sustentam distintas divisões de trabalho, podem ocorrer simultaneamente no tempo entre nações do centro, da semiperiferia e da periferia (POCHMANN, 2012, p. 18).

Junior, Milton Santos, Josué de Castro e Celso Furtado. Josué de Castro, autor da “Geografia da Fome” e da “Geopolítica da Fome”, quando deputado federal, já preconizava esse direito como se pode observar no seu pronunciamento em 1956, na Câmara dos Deputados, num discurso sobre a desigualdade de renda (SUPLICY, 2010, p. 9).

É interessante destacar que o Brasil, assim como outros países latino-americanos, copiou modelos de políticas de instituição de renda baseados em modelos europeus. Todavia, a exclusão dos indígenas de suas terras e a escravidão que perdurou até o final do século XIX legaram ao nosso país um alto quantitativo de excluídos sociais. Nessa linha, os primeiros esforços para construção de políticas ainda se mostravam como “um sistema de proteção social contributivo e excludente.” (SOARES; SATYRO, 2009, p. 7)

As políticas de proteção social no Brasil via transferência de renda sempre se caracterizaram pela contrapartida do trabalhador, fato descrito por Fonseca e Roquete (2018):

Na experiência brasileira todas as formas de garantia de renda (décimo terceiro salário; pagamento de férias; aposentadoria; seguro-desemprego, FGTS, abono salarial, auxílio de licença-maternidade, pensão, salário-família) estiveram associadas à condição de assalariamento com carteira de trabalho assinada. Era o primado do princípio do seguro social (FONSECA; ROQUETE, 2018, p. 12).

Para tanto, no ano de 1971, o Brasil criou a chamada Previdência Rural, que, pela primeira vez, apresentara o acesso a um benefício sem que antes o trabalhador tivesse contribuído. Essa assistência representava um reconhecimento, da parte do Estado, para com os milhares de trabalhadores que permaneceram no campo e do trabalho destes, denotando uma “introdução da dimensão das necessidades no sistema de proteção social. Ademais, inaugurou um novo paradigma no processo de construção da proteção social brasileira - a solidariedade” (SOARES; SATYRO, 2009, p. 7).

Avançamos para o ano de 1988. Com a redemocratização do país, uma nova constituição trouxe à luz aspectos mais explícitos da proteção social que remetiam ao campo da educação, saúde e segurança, a concretização da lei de aposentadoria dos trabalhadores do campo e também a um benefício denominado Benefício de Prestação Continuada – BPC, direcionado para pessoas idosas ou que portassem alguma deficiência (BRAGA, 2019).

Caminhando para o final do século XX, início dos anos 1990, onde novos campos políticos ganhavam espaço no mundo, com destaque para as ideias neoliberais. Estas já se mostravam fortes em nosso país, reveladas através de privatizações de empresas estatais como plano de governo e que categorizavam ainda mais as dimensões do sistema capitalista nacional. Entretanto, o projeto de lei 2.561, do senador Eduardo Suplicy, que propunha a

instituição de um “Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, sob a forma de imposto de renda negativo” (SOARES; SATYRO, 2009, p. 9) nunca chegou a ser votado.

Em meados finais do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a lei nº 9.533, que em seu escopo “autorizava o governo federal a conceder um apoio financeiro de 50% do montante gasto pelos municípios com a renda mínima associada à educação” (SUPLICY, 2010, p. 10), visando, assim, um repasse mais volumoso para a área da educação. Contribuindo com o exposto, Fonseca e Roquete (2018) descreveram que, no final de 1998:

[...] foi regulamentada a legislação que autorizava o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a programas de renda mínima associados a ações socioeducativas instituídos por municípios que não dispusessem de recursos financeiros suficientes para financiar integralmente sua implementação. Entre a metade do segundo governo e no último ano de governo, porém, foram lançados os programas Bolsa-Escola (Ministério da Educação), Bolsa-Alimentação (Ministério da Saúde) e Auxílio-Gás (Ministério de Minas e Energia) (FONSECA; ROQUETE, 2018, p. 10).

Baseados nesses programas, ainda tivemos, no início do século XXI, a iniciativa do programa do então governador do Distrito Federal Cristovam Buarque chamado poupança escola. Tanto a propositura da lei do senador Eduardo Suplicy, quanto esses outros programas, deram sustentação ao que mais tarde desenharia a lei do PBF. Em suma, os aspectos apresentados fomentam um breve arcabouço histórico de modelos de política pública redistributiva no Brasil, ao passo que, atualmente, o Brasil vem ganhando destaque por seu programa de transferência de renda, PBF, que passamos a descrever a partir de agora.

3.2 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família nasce em 2003 da unificação de outras experiências que o antecederam como bolsa-escola e bolsa-alimentação, entretanto, apresentando um novo desenho, pois passava a exigir dos seus beneficiários as chamadas condicionalidades na área da saúde e da educação.

Entre os antigos programas que foram base para o PBF em sua grande maioria não cobravam contrapartida. Contudo, dentro do novo cenário nacional e das perspectivas pensadas para mitigar a pobreza, a chamada condicionalidade (saúde e educação) entram no escopo do novo projeto. Nessa linha, o Bolsa família se caracteriza como uma política pública de âmbito redistributivo, pois se delineia como uma “renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos” (AZEVEDO, 2003, p. 38).

Foi oficialmente criado no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004), a partir da junção de outros três

programas¹⁴. Algumas ações mais direcionadas foram propostas pelo Estado no sentido de diminuir o problema de abandono escolar, entre os quais o PETI¹⁵, que, posteriormente e de forma gradativa, foi sendo unificado ao Programa Bolsa Família a partir do ano de 2005. As mudanças no desenho do PBF ampliaram e organizaram sua rede de atendimento, porque, No alvo dessa política pública, também eram objetivos, segundo descrito por Fonseca e Roquete (2018):

[...] criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares; [...]; assegurar prioridade para os mais pobres; estabelecer o princípio de equidade; aumentar a eficiência e a efetividade do uso dos recursos; unificar, ampliar e racionalizar os programas de transferência de renda e, finalmente, retirar incentivos para políticas setoriais de transferência de renda (como os antigos programas fundidos pelo Bolsa-Família) (FONSECA; ROQUETE, 2018, p. 17).

O PBF se caracterizou como um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, devido a sua amplitude de assistência em todo território brasileiro. Nessa linha, compete aos três entes federados realizarem sua gestão, na perspectiva de melhorar cada vez mais sua eficiência. Na esfera federal, o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS atua com a participação de outros ministérios no acompanhamento das ações e das condicionalidades impostas pelo programa, disponibilizando, também, apoio e capacitação aos servidores dos estados e municípios. A operacionalização do PBF se apresenta pela seguinte organização:

Quadro 2 - Atribuições de operacionalização do PBF nas três esferas

| Governo federal | Governo estadual | Governo municipal |
|--|--|--|
| No nível federal, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), vinculada ao Ministério da Cidadania, é responsável pela gestão e operacionalização do Programa Bolsa Família. | Os estados possuem um papel fundamental na gestão do Programa Bolsa Família. Entre suas atribuições estão: coordenação | Os municípios são responsáveis pela gestão local do Bolsa Família. O(a) gestor(a) municipal do programa e sua equipe têm as seguintes atribuições: |

¹⁴ “O Governo Federal, ao criar o Bolsa Família, unificou outros programas de transferência de renda já existentes antes de 2003: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação, os chamados programas remanescentes.” BRASIL. Manual do pesquisador; Programa Bolsa Família. Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/ferramentas/docs/manual_do_pesquisador_gestao_bolsa_familia_semlog_o.pdf acesso em 18/11/2019.

¹⁵ PETI-Conjunto de ações que têm o objetivo de retirar crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O programa, além de assegurar transferência direta de renda às famílias, oferece a inclusão das crianças e dos jovens em serviços de orientação e acompanhamento. A frequência à escola também é exigida. Destinado a adolescentes e crianças com idade inferior a 16 anos que estejam trabalhando, exceto aqueles na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Site: mds.gov.br, acesso em 10/07/2019.

| | | |
|---|---|---|
| <p>Entre as competências da Senarc estão: formulação de procedimentos e instrumentos de gestão; apoio técnico e financeiro a estados e municípios (IGD-M e IGD-E); disponibilização de canais de comunicação a gestores(as) e beneficiários(as); articulação com outros órgãos e integração de ações complementares; além de avaliação e monitoramento do Programa. A Senarc responde ainda pela gestão do contrato de prestação de serviços com a Caixa Econômica Federal (CAIXA), que é o agente operador do Bolsa Família. A Caixa, por sua vez, é responsável pela geração da folha e pelo pagamento dos benefícios, interagindo de forma direta com os municípios, ao prestar suporte aos gestores municipais e às famílias beneficiárias.</p> | <p>intersetorial e articulação para o acompanhamento das condicionalidades; capacitação e apoio técnico aos municípios; execução dos recursos financeiros (IGD-E); e fortalecimento do controle e da participação social.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ articulação com as áreas de educação, saúde — no acompanhamento das condicionalidades — e com a assistência social, no acompanhamento de famílias beneficiárias; ▪ gestão de benefícios; ▪ execução dos recursos financeiros (IGD-M); ▪ acompanhamento e fiscalização das ações; ▪ fortalecimento do controle e da participação social. <p>Como o cadastramento das famílias também é função dos municípios, na maioria dos casos, a gestão do Bolsa Família e a do Cadastro Único estão interligadas e sob a responsabilidade de uma mesma área.</p> |
|---|---|---|

Fonte: “Adaptado de” <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/atribuicoes-de-cada-nivel-de-governo>. Acesso em 19/10/2019.

É importante destacar a importância dos municípios no que concerne ao acesso das famílias ao programa, tendo em vista que, é através do cadastro do sistema que é gerido pelos municípios, denominado Cadastro Único, que ocorre o acesso ao PBF. Esta é uma importante ferramenta de interligação com diversos outros programas oferecidos, segundo a lei 10.836/2004:

§ 1º As famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, identificadas no Cadastramento Único do Governo Federal, poderão ser selecionadas a partir de um conjunto de indicadores sociais capazes de estabelecer com maior acuidade as situações de vulnerabilidade social e econômica, que obrigatoriamente deverá ser divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004, p. 4).

Essa prerrogativa demonstra, de forma efetiva, que as famílias inclusas no bolsa família tem como definição para tal característica, a prerrogativa da renda. Segundo uma das normativas do programa, essa renda não pode ultrapassar o valor mensal de R\$170,00 per capita. Todavia, o valor pago às famílias não é único, mas pode variar de acordo com as características e composição das famílias declaradas no ato da inscrição no Cadastro Único, se

possuem adolescentes em idade escolar, gestantes e nutrizes, variáveis que dão margem para que cada família receba até cinco benefícios diferentes (MANUAL DO PESQUISADOR, 2019).

É pertinente destacar ainda que, dentro do contexto dessa política pública, existem alguns objetivos que se descrevem através dos seguintes eixos de atuação descritos na cartilha do PBF (2015):

Transferência direta de renda às famílias que permite o alívio imediato da situação de pobreza;
Ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de saúde, educação e assistência;
Coordenação com outras ações e com outros programas dos governos nas suas três esferas, e da sociedade de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza (BRASIL, PBF, 2015, p. 5).

Para tais objetivos, as famílias subsidiadas por esse programa precisam cumprir determinadas condicionalidades, entre as quais, em relação à educação: as famílias que têm crianças, adolescentes e/ou jovens em idade escolar 6 a 17 anos devem estar com seus filhos devidamente matriculados e garantir uma frequência de, no mínimo, 85% na escola no caso dos alunos do ciclo do ensino fundamental séries iniciais, e 75% no caso dos alunos que cursam o Ensino Médio.

No tocante à condicionalidade da frequência, Pires (2013, p. 514) argumenta que entre seus objetivos, acredita-se que “[...] promove melhores condições para que essas pessoas ingressem no mercado de trabalho, quando adultas, aumentando a renda e, conseqüentemente, fazendo com que saiam da condição de pobreza em relação à geração de seus pais”. Na perspectiva do Estado, no que diz respeito ao subsídio do PBF, espera-se que “as famílias pobres possam dispensar a ajuda econômica das crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que aumentam e fortalecem a escolarização de seus descendentes” Sant’Ana (2007, p. 18).

Fonseca (2018,p.17) acrescenta que o PBF também atua de forma a “[...] incentivar o desenvolvimento local dos territórios”. Nesse sentido, tomamos aqui o índice GINI¹⁶ que muito nos diz sobre os aspectos de desigualdade social, o estudo de Soares *et al* (2019) apresentou resultados importantes com dados aferidos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio – PNADs (2001-2015) e PNADs contínua (2016-2017) sobre o PBF e seus

¹⁶ Índice de Gini apresenta a diferença de rendimento entre a parcela mais pobre e a parcela mais rica do grupo estudado. Seu valor pode variar de 1 (um) a 0 (zero), sendo que o valor mínimo de 0 representa que há perfeita situação de igualdade de renda, já quando o Índice de Gini é 1, significa que existe total desigualdade de renda, ou seja, toda a renda pertence a um indivíduo. Em resumo, quanto menor o Índice de Gini, menor é a concentração de renda no grupo estudado (BRAGA, 2019, p. 59).

impactos na redução de índices de desigualdade no Brasil, através do índice de GINI. Por meio desse recorte de período histórico, foi possível constatar que, em 2001, esse coeficiente apontava um número ainda alto de concentração de renda no Brasil, de 0,595, ao passo que, em 2017, constatou-se uma redução significativa, apontando para 0,514. Mesmo não sendo um número ideal, o comparativo no mesmo quadro demonstrou que sem o PBF a concentração de renda pelo índice de GINI teria permanecido em 0,523.

Por acreditarmos ser importante apresentar um panorama da evolução do PBF no Brasil, trouxemos abaixo a seguinte tabela de famílias atendidas desde o ano de 2003.

Tabela 2 - Cronologia do Programa Bolsa Família no Brasil

| Ano | Nº de famílias atendidas pelo PBF | Observações |
|------|-----------------------------------|---|
| 2003 | 3.600.000 | |
| 2004 | 6.600.000 | Criação do MDS |
| 2005 | 8.700.000 | |
| 2006 | 11.000.000 | |
| 2007 | 11.000.000 | |
| 2008 | 10.900.000 | |
| 2009 | 11.300.000 | Minha Casa Minha vida |
| 2010 | 12.800.000 | Tarifa social de luz pelo CadÚnico |
| 2011 | 13.300.000 | Plano Brasil sem miséria |
| 2012 | 13.900.000 | |
| 2013 | 13.800.000 | Fim da pobreza extrema |
| 2014 | 14.069.537 | Brasil saiu do mapa da fome da ONU |
| 2015 | 13.971.124 | Brasil cumpre os objetivos do milênio ¹⁷ |
| 2019 | 13.537.137 | Implantação do 13º para o PBF |

Fonte: “Adaptado de” <http://mds.gov.br/bolsa-familia-12-anos>.

Quando foi implementado em 2003, unificando outros programas existentes, vemos que o PBF cresceu exponencialmente o número de subsídios pagos, ao passo que os dados apontam, a partir de 2011, que a folha de pagamento sempre esteve próxima ou acima da casa de 13 milhões de famílias atendidas, sobre essa afirmação Souza *et al* (2019, p. 15) complementa destacando que: “O PBF é de longe o benefício monetário mais bem focalizado do Brasil. Sua cobertura aumentou consideravelmente desde 2004, estabilizando-se em torno de 60% do quinto mais pobre da população a partir de 2012.”

¹⁷ Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - que vão da redução da metade da pobreza extrema à interrupção da disseminação do HIV / AIDS e à educação primária universal, todos até a data prevista para 2015 - formam um modelo acordado entre todos os países do mundo e todos os países. principais instituições de desenvolvimento do mundo. Eles galvanizaram esforços sem precedentes para atender às necessidades dos mais pobres do mundo. Fonte: <https://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml> acesso em 19/10/2019

Os dados da evolução crescente no número de famílias cadastradas estão relacionados, entre muitos aspectos, à forma de gestão adotada ao longo dos anos, sendo o Cadastro Único o primeiro passo para ter acesso a esse benefício, essa ferramenta foi criada em julho de 2001 e, em Dezembro do mesmo ano, “foi firmado contrato com a Caixa Econômica Federal para desenvolver e operar o sistema; em janeiro de 2002 já estava em operação pelas prefeituras, sem maiores testes, capacitação e retorno adequado aos municípios” (FONSECA; ROQUETE, 2018, p. 22). Ao longo dos anos, esse sistema foi passando por aprimoramentos constantes, com uma perspectiva de capacitar cada vez mais os gestores do programa de forma a otimizá-lo .

Destacamos ainda outro ponto importante para reflexão no que compete os dados referentes ao subsídio pago pelo PBF, vimos pelos números apresentados na tabela 2 que, desde o ano de 2014 oscilações ocorreram, ora avançando, ora retrocedendo no número de famílias atendidas, pensamos que essa realidade pode estar relacionada aos períodos de crises econômicas resultantes de instabilidade política vivenciada nos últimos anos no Brasil, ao passo que esses períodos elevam a instabilidade da renda das famílias.

Outro dado não menos importante disponibilizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS (2019), demonstra que até o mês de novembro de 2019, haviam “28.564.401 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, o que corresponde a 75.724.590 pessoas cadastradas”. Como o cadastro precisa ser atualizado anualmente, existe uma variação no que se refere aos números gerais, entretanto, aferimos que até o mês de janeiro de 2020, o portal do MDS disponibilizou os seguintes dados referentes ao mês de novembro de 2019:

Tabela 3 - Demonstrativo de famílias inscritas no Cadastro único conforme renda mês de novembro/2019

| | |
|--|------------|
| Total de famílias com renda per capita de até R\$ 89,00 | 13.420.184 |
| Total de famílias com renda per capita de até R\$ 89,01 e R\$ 178,00 | 2.842.935 |
| Total de famílias com renda per capita de até R\$ 178,01 e meio salário-mínimo | 5.903.048 |
| Total de famílias com renda per capita de meio salário-mínimo | 6.398.234 |
| Total de famílias cadastradas | 28.564.401 |

Fonte: “Adaptado de” <https://aplicacoes.mds.gov.br>.

Os dados revelam que o quantitativo de famílias inscritas no cadastro único com renda per capita de até R\$ 89,00, classificadas como extrema pobreza, ainda representam um número extremamente alto e vergonhoso para um país que ostenta um IDH de 0,761 (RDH, 2019), classificado alto. Quando analisamos esses dados de **forma individual**, temos a percepção da pobreza que acomete a população brasileira e se torna mais grave, observemos

os dados a seguir do MDS referentes ao mês de novembro de 2019 coletados em janeiro de 2020:

Tabela 4 - Demonstrativo **individual** representativo de pessoas inscritas no cadastro único conforme renda mês de novembro/2019.

| | |
|---|-------------------|
| Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 89,00 | 38.855.967 |
| Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 89,01 e 178,00 | 8.962.367 |
| Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 178,01 e ½ salário mínimo | 17.096.667 |
| Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo | 10.809.589 |
| Total de pessoas cadastradas | 75.724.590 |

Fonte: “Adaptado de” <https://aplicacoes.mds.gov.br>.

Estabelecendo como referência populacional, os números disponíveis no site do IBGE (2019), o Brasil possui uma população estimada em 210 milhões de habitantes, ao passo que, quase 40 milhões de pessoas estão vivendo em situação de pobreza extrema, pouco mais de 8 milhões em situação de pobreza e quase 20 milhões que sobrevivem com até ½ salário mínimo. Esses dados nos remetem a refletir o quanto ainda precisamos avançar em políticas públicas de proteção social para reverter o quadro de vulnerabilidade social latente que acomete essa imensa parcela da população brasileira.

Igualmente, entre outras informações, o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH, 2019) apontou, através de seus dados, que entre o final do século XX (1990) até o início do século XXI (2018) o Brasil apresentou crescimento em torno de 24% do seu IDH, ao passo que, as desigualdades sociais também se acentuaram. Essa percepção nos leva ao que já foi descrito anteriormente nesta pesquisa, que temos uma disparidade entre o IDH e a alta concentração de renda presente no país, haja visto o cenário apresentado pelo número de famílias cadastradas em um sistema como o Cadastro único que, prioritariamente, categoriza famílias em situação de baixa renda.

Nesse sentido, algumas indagações se fazem pertinentes para lançarmos luz nos objetivos desta pesquisa, na iminência de pensarmos possíveis melhorias para políticas de proteção social no Brasil, tendo em vista que os dados demonstram que o PBF, deveria estar atendendo um quantitativo bem maior de famílias bem como atuando de forma mais contributiva para amenizar a situação de pobreza persistente no país, porque os números ainda apontam uma realidade tão preocupante?

Todavia, encontramos nos descritos de Soares *et al* (2019) uma discussão pertinente, o PBF, mesmo focalizando nas famílias mais pobres, os valores repassados ainda não são suficientes, pois atuam apenas com subsídio complementar de uma renda que já é insuficiente. Os autores acrescentam que, como grande parte dessas famílias tem renda volátil devido atuarem no mercado de trabalho informal, a ascensão social se torna fator ainda mais difícil. Outra questão é que apenas estar inserido no cadastro único não garante o acesso ao PBF, pois a Lei aponta prerrogativa de disponibilidade orçamentaria para pagamento do benefício, o que pode ser visto como um agravante para as famílias que precisam receber o benefício e não conseguem. Souza *et al* (2019) destacam ainda que:

Em outras palavras, o que impede o PBF de ter um efeito redistributivo ainda maior é o fato de suas transferências terem valores bem modestos. O programa é muito bem focalizado e já contribui significativamente para a redução da pobreza e da desigualdade, mas essa contribuição poderia ser bem maior caso o orçamento destinado ao programa fosse mais expressivo (SOUZA, *et al*, 2019, p. 25).

Entretanto, no que concerne aos dados aferidos na pesquisa do Souza *et al* (2019) sobre o histórico dos impactos do PBF ao longo dos últimos 15 anos, é possível afirmarmos pelos números apresentados que milhares de famílias brasileiras foram beneficiadas por esse subsídio. De forma geral, ele representou mais cidadania e condições de vida um pouco mais dignas para essas pessoas, o autor destaca ainda que sem esse subsídio, provavelmente, a situação no país estaria bem pior,

Até aqui nosso objetivo foi descrever um pouco sobre o Bolsa Família no Brasil, que se caracterizou como uma importante política pública para diminuir a desigualdade social. No escopo desse programa, duas condicionalidades que tratam prioritariamente da saúde e educação buscam contribuir com maior acesso aos serviços públicos e reverberar no rompimento do ciclo intergeracional de pobreza (PIRES, 2013).

Seguiremos, a partir de agora, com um recorte espacial levando a discussão a nível regional, para pensar o Programa Bolsa Família e sua gestão na iminência de compreender, de forma mais ampla, quais as contribuições/consequências dessa política redistributiva para Araguaína, passamos a descrever sobre os dados gerais desse município.

3.3 Araguaína e o Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família atende a todo o Brasil, entretanto, duas regiões juntas se destacam pelo maior número de beneficiários, o Nordeste, que até o outubro de 2019 atendeu

6.886.396 famílias, com um repasse total de R\$ 1.337.705,30,00, sendo o valor médio de pagamento de R\$ 194,00 por família, representando o maior número de beneficiados do país, seguido pela região Norte, que até o mês de outubro havia atendido 1.742,528 famílias, com repasse total de R\$ 367.457.676,00 e com valor médio de R\$ 210,00 por família (SENARC, 2020).

Esses dados revelam muito das características socioeconômicas de ambas regiões. Todavia, para os objetivos desta pesquisa, iremos nos ater somente a um dos estados da região Norte, Tocantins, e posteriormente fazer um recorte para o município de Araguaína dentro do contexto do PBF.

O Tocantins é um dos estados mais jovens da Federação Brasileira. Ele foi oficialmente “criado” com a constituição de 1988. Sua história revela ricos aspectos sobre o processo de luta de separação do que antes fazia parte do estado de Goiás, e teve início ainda no século XIX.

Com uma população estimada em pouco mais de 1.500.00 de habitantes (IBGE, 2019), o Tocantins, até dezembro de 2019, possuía 293.814 famílias inscritas no CadÚnico, sendo 99.778 com renda familiar de R\$0,00 até R\$ 89,00 em situação de extrema pobreza; 37.883 com renda entre R\$ 89,01 até R\$ 178,00 em situação de pobreza; 79.248 famílias com renda entre R\$178,01 até R\$ $\frac{1}{2}$ salário-mínimo e 79.905 famílias com renda acima de meio salário-mínimo (SENARC, 2020).

Em 2004, quando o PBF foi oficialmente instituído, os dados do SENARC demonstram que o Tocantins tinha pouco mais de 33.929 famílias recebendo algum subsídio do Programa Bolsa Família. O período com maior número de famílias beneficiadas foi em 2014, com 142.327 famílias. Até outubro de 2019, o PBF pagou no estado do Tocantins um total de R\$21.568.000,00 de reais para algo em torno de 112.735 famílias. O benefício médio pago a cada família gira em torno de R\$191,322 reais (MDS, 2018).

A evolução para o alcance do atendimento que o PBF atingiu decorre, entre outros aspectos, do formato de gestão descentralizada adotado pelo governo que visa a melhor operacionalização dos dados declarados no momento do cadastro. Nas três esferas existe uma articulação contínua que começa no município, passa pelos estados até chegar ao governo federal, onde, através do ministério de desenvolvimento social e órgãos afins que fazem a gestão dos dados produzidos, trabalham para efetivar o pagamento dos subsídios, atuando também no acompanhamento das condicionalidades desse programa.

O cadastro das famílias que se enquadram no perfil do sistema CadÚnico é feito de forma voluntária, entretanto, a gestão do PBF a nível municipal precisa se mobilizar e articular ações para que as famílias que necessitam do benefício sejam atendidas.

Segundo as informações da Cartilha Manual do Pesquisador Bolsa Família (2019), o sucesso na implementação de ações em âmbito local do PBF, necessita de interlocução e ações intersetoriais efetivas com vistas a “viabilizar o acompanhamento das famílias, identificar os casos de maior vulnerabilidade e intervir adequadamente nessas situações” (MANUAL DO PESQUISADOR, 2018, p. 19).

Araguaína, atualmente, é a segunda maior cidade em quantitativo populacional do estado do TO, com cerca de 180.470 habitantes (estimativa IBGE, 2019). Nessa linha, o sistema de coordenação do MDS, através da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC (MDS, 2020) traz os seguintes dados sobre o município:

24.969 famílias inseridas no Cadastro Único;
20.363 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
18.616 famílias com renda até ½ salário-mínimo; e
15.259 famílias com renda até ½ salário-mínimo com o cadastro atualizado (MDS, 2020).

Os números aferidos no CadÚnico sobre as famílias de Araguaína- TO demonstram ainda que: 2.099 possuem renda entre R\$ 0,00 até R\$ 89,00 situação de extrema pobreza; 6.590 possuem renda entre R\$ 89,01 até R\$ 178,00 situação de pobreza; 9,927 possuem renda entre R\$ 178,01 até ½ salário-mínimo e 6.353 famílias possuem renda acima de ½ salário-mínimo.

No que diz respeito ao PBF, Araguaína possui atualmente 6.598 famílias (até novembro de 2019) recebendo algum subsídio do PBF. É pertinente destacar que até a realização do Censo 2020, os dados são trabalhados estatisticamente e baseados no Censo de 2010. Nessa linha, o percentual de famílias cadastradas representa 12,78% da população total do município. Os dados do IBGE também apontaram que: “[...] da população total do município, e inclui **119 famílias** que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de **novembro de 2019** foram transferidos **R\$862.533,00** às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de **R\$131,62 por família.**” (MDS, 2020, **grifos do autor**).

Quando Bolsa Família foi oficializado em 2004, Araguaína registrava 4.535 famílias subsidiadas, em março do ano de 2016 foi o período com maior número de famílias recebendo benefício, 12.707 no total, ao passo que, esse número vem caindo gradativamente nos anos

seguintes, na iminência de compreender melhor essa realidade, trouxemos na tabela abaixo os números disponíveis sobre a evolução do PBF em Araguaína:

Tabela 5 – Pagamento do benefício do PBF no município de Araguaína período de 2004 a 2018

| Ano/mês referencia | Nº famílias beneficiadas | Valores médios recebidos | Valor total |
|--------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------|
| Dezembro de 2004 | 4.535 | R\$59,53 | R\$269.988,00 |
| Dezembro de 2005 | 6.792 | R\$54,90 | R\$372.340,00 |
| Dezembro de 2006 | 9.024 | R\$54,17 | R\$488.869,00 |
| Dezembro de 2007 | 8.404 | R\$63,45 | R\$533.181,00 |
| Dezembro de 2008 | 7.155 | R\$68,33 | R\$488.910,00 |
| Dezembro de 2009 | 9.330 | R\$66,56 | R\$621.025,00 |
| Dezembro de 2010 | 9.073 | R\$70,77 | R\$642.141,00 |
| Dezembro de 2011 | 9.215 | R\$103,52 | R\$953.952,00 |
| Dezembro de 2012 | 9.944 | R\$118,83 | R\$1.181.684,00 |
| Dezembro de 2013 | 10.946 | R\$137,05 | R\$1.500.142,00 |
| Dezembro de 2014 | 12.256 | R\$152,61 | R\$1.870.436,00 |
| Dezembro de 2015 | 11.586 | R\$145,09 | R\$1.681.057,00 |
| Dezembro de 2016 | 11.280 | R\$142,60 | R\$1.608.495,00 |
| Dezembro de 2017 | 9.087 | R\$132,15 | R\$1.200.885,00 |
| Dezembro de 2018 | 7.481 | R\$130,83 | R\$978.717,00 |

Fonte: “Adaptado de” SENARC, MDS fevereiro, 2020.

Durante os 12 meses do ano, oscilações quanto aos benefícios ocorrem mensalmente, todavia, na tabela 4 (quatro) apresentamos apenas o mês final de cada ano, tomando como referência o mês de dezembro, para demonstrar um panorama do atendimento do PBF dos últimos quinze anos nesse município. Conforme os dados apontam, os números de 2004 até 2016 sempre apresentavam crescimento na concessão de benefícios, entretanto, a partir de 2016, o percentual foi diminuindo gradativamente.

Igualmente, para ampliar a visualização do PBF no município, trouxemos na tabela abaixo, números que compreendem os meses de janeiro a dezembro de 2019 disponibilizados pelo MDS.

Tabela 6 - Pagamento de benefício do PBF no município de Araguaína janeiro a novembro/2019.

| Mês e ano de referência | Quantidade de famílias | Valor total |
|-------------------------|------------------------|----------------|
| Janeiro/2019 | 7.218 | R\$ 944.755,00 |
| Fevereiro/2019 | 7.285 | R\$ 954.282,00 |
| Março/2019 | 7.380 | R\$ 959.669,00 |
| Abril/2019 | 7.395 | R\$ 958.023,00 |
| Mai/2019 | 7.474 | R\$ 966.416,00 |
| Junho /2019 | 7.247 | R\$ 937.467,00 |

| | | |
|----------------|-------|----------------|
| Julho/2019 | 7.154 | R\$ 931.556,00 |
| Agosto/2019 | 7.098 | R\$ 922.162,00 |
| Setembro /2019 | 6.875 | R\$ 902.438,00 |
| Outubro | 6.857 | R\$ 899.070,00 |
| Novembro | 6.548 | R\$ 862.533,00 |
| Dezembro | 6.541 | R\$ 861.607,00 |

Fonte: “Adaptado de” SENARC, MDS Março, 2020.

Na tabela 6 (seis) percebemos uma sequência já apontada pela tabela 4(quatro), igualmente, observamos que desde janeiro de 2019 o quantitativo de famílias atendidas pelo PBF vêm apresentando decréscimo gradativo mês a mês, essa situação não é decorrente de cancelamento dos benefícios por não cumprimento de condicionalidades conforme aferimos nos dados disponibilizados pelo SENARC entre os anos de 2012 e 2019,todavia, pensamos que esse decréscimo pode estar relacionado a dois fatores a saber: corte orçamentário por parte do governo federal para o município de Araguaína; a gestão do PBF a nível municipal, pois, o relatório geral do cadastro único e bolsa família do MDS/2020 no âmbito dos recursos provenientes do Índice de Gestão Descentralizada-IGD que recebe repasses em dinheiro do governo federal os quais devem ser destinados ao acompanhamento do cadastro das famílias bem como das condicionalidades exigidas, apontou com base no saldo em conta corrente até agosto de 2019 que “A relação entre os recursos recebidos pelo seu município e o saldo em conta-corrente mostra que o município está com uma execução **muito baixa** dos recursos transferidos pelo IGD-M no último ano.” (MDS, 2020, **grifo do autor**).O relatório destaca ainda que a aplicabilidade dos recursos recebidos devem reverberar em melhorias na gestão do cadastro único e programa bolsa família, ocorrendo de forma sistemática entre Assistência Social, Saúde e Educação.

De forma geral, segundo dados mais atuais do IBGE, o programa é responsável pela cobertura de aproximadamente 74% das famílias mais pobres, porém, ainda se encontra abaixo da meta de cobertura possível, haja vista que o município precisa atentar para questões de atualização dos dados cadastrais dos beneficiários, bem como se empenhar para que os cadastros se mantenham sempre atualizados, evitando, dessa forma, possíveis desligamentos do programa.(MDS,2020)

Ao longo dos últimos anos o PBF atuou focalizando as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza. Nessa perspectiva, existe uma variação de valores que são pagos às famílias atendidas, que podem ser com relação à renda declarada, que é o chamado Benefício Básico. Esse já constava na lei desde a sua implementação, e, a partir de 2011, a inclusão de novos benefícios, tendo como prerrogativas: o número de jovens em casa com

idade entre 16 e 17 anos que estejam frequentando a escola regularmente, chamado Benefício Variável Vinculado ao adolescente BVJ (com limite de no máximo dois por família); o Benefício Variável para famílias com gestantes, nutrizes até os seis meses de amamentação e crianças de até 15 anos; e o Benefício de Superação de Pobreza – BSP, que não tem um valor fixo, ou seja, depende da situação apresentada por família. O BSP está vinculado ao Plano Brasil Sem Miséria e foi instituído apenas no ano de 2011, pelo decreto 7.492, o que representou um marco desse programa para elevar a renda das famílias em situações de extrema vulnerabilidade (MANUAL DO PESQUISADOR, 2018).

Trouxemos nas tabelas que se seguem, um panorama histórico de pagamento desses benefícios no município de Araguaína.

Tabela 8 - Benefício de Superação de Pobreza-BSP recebido pelas famílias de Araguaína- TO entre os anos de 2012 a 2019

| Ano/mês referencia | Nº de benefícios concedidos |
|--------------------|-----------------------------|
| Dezembro 2012 | 877 |
| Setembro 2013 | 2.173 |
| Dezembro 2014 | 2.933 |
| Dezembro 2015 | 1.947 |
| Dezembro 2016 | 999 |
| Dezembro 2017 | 307 |
| Dezembro 2018 | 146 |
| Dezembro 2019 | 119 |

Fonte: “Adaptado de” SENARC, MDS fevereiro, 2020.

É importante destacar que as informações disponíveis pela SENARC demonstram o pagamento mês a mês dos anos de referência. Entretanto, trouxemos na tabela apenas os dados de dezembro de cada ano, com exceção do ano de 2013, que disponibilizou apenas até o mês de setembro, esse recorte é para dar um panorama dos anos de referência, ao passo que existe uma variação no número de benefícios pagos ao longo do período.

A tabela corrobora com algumas questões já discutidas nesta pesquisa, entre elas a oscilação no número de famílias atendidas ano a ano. Fato importante e passível de discussões é a diminuição do quantitativo de subsidiados nessa faixa de atendimento, que caiu consideravelmente desde o ano de 2014, pois, o Cadastro Único aponta que, atualmente, são 2.099 famílias com renda de até R\$ 89,00 de famílias vivendo em situação de extrema pobreza, todavia, recebendo o benefício de superação dessa condição são apenas 119 famílias.

No tocante aos objetivos desta pesquisa, que busca ampliar a compreensão da política pública redistributiva PBF no contexto educacional, acreditamos ser pertinente apresentar os dados referentes aos benefícios recebidos pelas famílias que têm como prerrogativa a

condicionalidade de matrícula e frequência dos filhos em idade escolar: Benefício Variável e Benefício Variável Jovem,

Tabela 9 - Benefício Variável - BV concedido às famílias de Araguaína com crianças em idade entre 0 a 15 anos

| Mês/ano de referência | Nº de benefícios |
|-----------------------|------------------|
| Dezembro/2011 | 841 |
| Dezembro/2012 | 19.009 |
| Setembro/2013 | 19.834 |
| Dezembro/2014 | 21.629 |
| Dezembro/2015 | 20.103 |
| Dezembro/2016 | 20.267 |
| Dezembro/2017 | 16.771 |
| Dezembro/2018 | 14.215 |
| Dezembro/2019 | 12.754 |

Fonte: “Adaptado de” SENARC, MDS fevereiro, 2020. Observação: O ano de 2013 os dados finais só constam até o mês de setembro.

Como já mencionamos, esse benefício é concedido às famílias com crianças de 0 a 15 anos, sendo importante destacar ainda que, quando as crianças atingem idade escolar, é imprescindível que as famílias efetuem as matrículas e garantam sua frequência na escola. Os dados apontam que, quando instituído, pouco mais de 800 famílias estavam recebendo esse benefício, todavia, ocorreu um crescimento substancial até o ano de 2014, quando teve registrado o maior número de beneficiários, ao passo que, percebemos decréscimo acentuado a partir desse período no quantitativo de benefícios, diminuindo para os atuais pouco mais de 12 mil anotados até dezembro de 2019.

Para complementar os dados, trouxemos também, na próxima tabela, os números referente ao subsídio Benefício Variável Jovem – BVJ, para jovens entre 16 e 17 anos, concedidos às famílias.

Tabela 10 - Benefício Variável Jovem - BVJ concedido às famílias de Araguaína entre os anos de 2011 a 2019 com jovens em idade entre 16 a 17 anos

| Mês/ano referencia | Nº de benefícios |
|--------------------|------------------|
| Dezembro/2011 | 132 |
| Dezembro/2012 | 2.386 |
| Setembro/2013 | 2.174 |
| Dezembro/2014 | 3.056 |
| Dezembro/2015 | 2.917 |
| Dezembro/2016 | 2.899 |
| Dezembro/2017 | 2.291 |
| Dezembro/2018 | 1.796 |
| Dezembro/2019 | 1.648 |

Fonte: “Adaptado de” SENARC, MDS fevereiro, 2020. Observação: o ano de 2013 os dados finais só constam até o mês de setembro.

Novamente os dados demonstram que em 2011, eram pouco mais de 132 famílias beneficiadas, nota-se que o ano de 2014 aparece com o maior número de beneficiados, ao passo que, gradativamente, percebemos uma queda de atendimento nessa faixa de benefício do PBF que anotou até dezembro de 2019 pouco mais de 1.648 beneficiários.

Para tanto, correlacionando os números das duas tabelas com os dados disponibilizados em janeiro de 2020 pelo relatório geral do MDS , apresentados na gestão de condicionalidade educacional do PBF, temos o seguinte cenário em Araguaína: 10.402 crianças/jovens possuem perfil de acompanhamento de frequência escolar via PBF, dos quais 9.998 apresentaram frequência aferida no período de junho e julho de 2019, o que confere um total de 95,05% no índice de acompanhamento, sendo, a média nacional em torno de 91,18%. Tal acompanhamento se caracteriza como muito bom, quando comparado a outros municípios.(MDS,2020)

Frente a realidade aferida a partir dos dados apresentados, acreditamos ser pertinente lançarmos luz sobre algumas questões importantes a título de reflexão: Os dados disponíveis pelo IBGE(2019) trazem um histórico no tocante ao número de matrículas em Araguaína, em nosso recorte temporal, apresentamos apenas os números do ano de 2005(próximo ao período de criação do PBF) e 2018(que são os dados mais recentes disponibilizados neste site).

Em 2005, tínhamos 3.054 matrículas na pré-escola, 25.588 matrículas no fundamental e 9.322 matrículas no ensino médio totalizando 37.964 matrículas. Em 2018, os dados demonstraram que na pré-escola as matrículas aumentaram para 5.334, o fundamental registrou 25.739 matrículas, revelando uma diminuição muito pequena com relação ao ano de 2005 e, no ensino médio, anotou 6.733, totalizando 37.806 matrículas, percebemos que não ocorreram grandes alterações no quantitativo de matrículas nos três níveis da educação básica nesse município entre os anos de 2005 a 2018.Igualmente, a Síntese dos Indicadores Sociais – SIS, divulgada pelo IBGE em 2019 levantou uma situação preocupante no Tocantins apontando que 7,9% da população entre 15 a 17 anos, não estavam frequentando a escola no ano de 2018.

Frente ao exposto, segundo dados do portal de transparência do governo federal 2020, o orçamento do PETI, que atua prioritariamente na erradicação do trabalho infantil no Brasil, proporcionando que as crianças permaneçam nas escolas estudando, vem demonstrando uma queda gradativa desde o ano de 2013, ao passo que, desde o ano de 2018, o orçamento para

esse programa não aponta nenhuma disponibilidade de valores para o município em questão, ou seja, foi zerado.

Aliando o cenário do PETI com a realidade dos dados de constante diminuição do número de famílias subsidiadas pelo PBF no município de Araguaína, **podemos pensar que é possível estarmos traçando um caminho inverso no que concerne a garantia de permanência desses alunos na escola por meio de políticas públicas de proteção social.**

Não obstante, países que ainda estão em processo de desenvolvimento, como o Brasil, detém, na faixa etária de adolescentes que cursam o ensino médio e outros grupos em situação de vulnerabilidade social, um agravamento no que diz respeito ao progresso na frequência escolar, o que gera disparidades enormes quando comparados aos estratos sociais mais privilegiados e que têm acesso às escolas de melhor qualidade. Essa realidade fortalece a desvantagem desses grupos em relação ao mercado de trabalho e a outras oportunidades (ONU, 2020). Para reforçar essa reflexão, a tabela abaixo demonstra dados dos últimos seis anos no município de Araguaína, sobre os benefícios concedidos e cancelados.

Tabela 11 - Relação geral do PBF de Benefícios concedidos X Benefícios cancelados entre 2014 e 2019

| Ano | Benefícios concedidos | Ano | Benefícios cancelados | Diferença total |
|------|------------------------|------|---------------------------|-----------------|
| 2014 | 2059 | 2014 | 1648 | 411 |
| 2015 | 913 | 2015 | 2311 | -1.398 |
| 2016 | 2463 | 2016 | 2985 | - 522 |
| 2017 | 1480 | 2017 | 2915 | -1.435 |
| 2018 | 1525 | 2018 | 3531 | -2.006 |
| 2019 | 613 até mês de outubro | 2019 | 1865 até o mês de outubro | -2.918 |

Fonte: “Adaptado de” SENARC, MDS fevereiro, 2020.

Os números disponíveis no portal do PBF/MDS apresentam os dados do período em questão, e é importante destacar que **nos últimos cinco anos a relação entre os benefícios cancelados e a concessão de novos benefícios se manteve negativa no município.**

Todavia, há que se pensar aqui numa questão não menos importante decorrente da mobilidade social dessas famílias, que vem apresentando mudanças. Segundo dados do IBGE, nos últimos anos, o percentual da população ocupada em trabalhos informais no Tocantins, saltou de 48,5% em 2015, para 52,3% em 2018. Essa característica aponta uma oscilação acentuada, como o cadastro das famílias deve ser atualizado anualmente, com prazo máximo

de até dois anos, uma família que em determinado período tenha apresentado renda que não se encaixa no perfil do PBF, pode ter sua situação afetada e necessitar do subsídio, entretanto, ao ter seu benefício cortado, pode encontrar dificuldades para acessá-lo novamente.

Outro aspecto não menos importante dos valores repassados às famílias através do Programa Bolsa Família se defini pelo aspecto econômico onde, a cada R\$ 1,00 recebido pelo PBF, o PIB municipal tem acréscimo de R\$ 1,78.(MDS,2020) Sendo assim, trouxemos a tabela abaixo com valores totais desde o início desse programa até dezembro de 2019 bem como a representação desses valores no PIB de Araguaína.

Tabela 7 - Relação de valor total repassado pelo PBF ao município de Araguaína período de 2004 a 2019

| Ano de referência | Valor anual total | Impacto no PIB municipal |
|-------------------|-------------------|--------------------------|
| 2004 | R\$ 2.243.213,00 | R\$ 3.992.919,14 |
| 2005 | R\$ 3.787.913,00 | R\$ 6.742.485,14 |
| 2006 | R\$ 5.297.955,00 | R\$9.430.359,90 |
| 2007 | R\$ 5.943.229,00 | R\$10.578.947,62 |
| 2008 | R\$ 6.286.126,00 | R\$11.189.304,28 |
| 2009 | R\$ 6.711.072,00 | R\$11.945.708,16 |
| 2010 | R\$ 7.377.138,00 | R\$13.131.305,64 |
| 2011 | R\$ 9.792.948,00 | R\$17.431.447,44 |
| 2012 | R\$12.611.548,00 | R\$22.448.555,44 |
| 2013 | R\$15.905.292,00 | R\$28.311.419,76 |
| 2014 | R\$20.743.251,00 | R\$36.922.986,78 |
| 2015 | R\$20.950.023,00 | R\$37.291.040,94 |
| 2016 | R\$20.598.727,00 | R\$36.665.734,06 |
| 2017 | R\$16.279.038,00 | R\$28.976.687,64 |
| 2018 | R\$12.961.072,00 | R\$23.070.708,16 |
| 2019 | R\$10.238.371,00 | R\$18.224.300,38 |

Fonte: “Adaptado de” SENARC, MDS fevereiro, 2020.

A soma desses valores repassados nos últimos 15 anos ao município de Araguaína, revelam benefícios do PBF que extrapolam apenas o campo social, quando se propõe a ampliar o acesso a serviços de educação e a saúde dos beneficiários, mas representam também, desenvolvimento econômico, todavia, essa realidade se reflete nos indicadores de desigualdade social aferidos através do Índice de *Gini* municipal.

Os dados do Atlas Brasil 2013 demonstram que, em 2000, a porcentagem dos extremamente pobres e pobres no município de Araguaína era de 11,51% e 31,26% respectivamente. Em 2010 (seis anos após a implantação do PBF) esses percentuais já haviam caído para 2,91 % e 11,18%. A partir desses dados positivos, o índice de GINI municipal corrobora com exposto, pois, no ano de 1991, ele apresentava uma concentração de renda para 0,62, ao passo que em 2000 havia diminuído apenas 0,2%, permanecendo em 0,60.

Entretanto, no ano de 2010, apenas seis anos após o PBF, esse índice caiu para 0,56%, apresentando uma melhora significativa no que concerne a diminuição da pobreza e da desigualdade de renda em Araguaína. Amartya Sen (2010) complementa esse entendimento quando descreve que a redução de desigualdade social e ampliação de liberdades individuais representam um fator que corrobora com desenvolvimento.

Diante do exposto até aqui, temos por certo que o quantitativo de famílias subsidiadas pelo PBF em Araguaína deveria ser maior. Entretanto, os números demonstram que diminuições constantes vêm ocorrendo ano a ano, principalmente na faixa do PBF que atende às famílias com filhos em idade escolar e que, obrigatoriamente, precisam desse subsídio para se manterem estudando. Essa situação lança luz aos objetivos propostos nesta pesquisa, tendo tanto no âmbito das oportunidades sociais quanto o papel do Estado nesse processo.

Ao buscarmos ampliar a compreensão dessa política pública no cotidiano dos discursos da escola, da gestão e das famílias atendidas, poderemos contribuir no debate sobre as consequências do PBF no desenvolvimento de Araguaína-TO, desigualdade social e sobre a acentuada falta de oportunidades substantivas. Todavia, os dados aferidos do cadastro único e do PBF, aqui apresentados, muito nos dizem de Araguaína. Do mesmo modo, acreditamos ser importante apresentarmos um pouco dos aspectos históricos, geográficos e sociais para correlacionarmos com esses dados, na iminência de refletirmos sobre a realidade desse município.

4 ARAGUAÍNA, CIDADE MÉDIA: CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

Em uma perspectiva macro, nossa pesquisa foi realizada na cidade de Araguaína, localizada a 380 km da capital Palmas, estado do Tocantins, inserida na Amazônia Legal, região Norte. Dos 139 municípios que compõem esse estado, Araguaína se destaca pelo desenvolvimento econômico e seu crescimento populacional. Optamos, aqui, por fazer um breve relato histórico para compreendermos sua dinâmica e as influências dos agentes externos que direcionaram seu papel no contexto da economia global.

A história de Araguaína nos remete a uma característica marcante desse município, os **imigrantes**, no final do século XIX, um grupo recém-chegados do estado do Piauí teria ocupado um território às margens do Rio Lontra. Inicialmente recebeu o nome de “Livra-nos Deus”, devido a pouca ou nenhuma estrutura urbana e aos constantes ataques promovidos por povos indígenas que já ocupavam essa região (PMAE,2013).

Nesse período, as atividades econômicas eram baseadas no extrativismo e agricultura e a população era predominantemente composta por índios Carajás. Valverde e Dias (1967, p. 206) teceram considerações importantes, destacando que “A economia do município de Araguaína se baseia principalmente na produção de babaçu e, secundariamente, na do arroz, amendoim e algodão”.

Os autores descreveram ainda sobre a riqueza de florestas de mogno nessa região, muitas das quais possibilitavam a caça de animais silvestres (veado e caititu) fomentando a produção de peles que eram revendidas do comércio local para intermediários da cidade de Anápolis-GO que posteriormente comercializavam para grandes centros da região Sudeste (VELVERDE; DIAS, 1967).

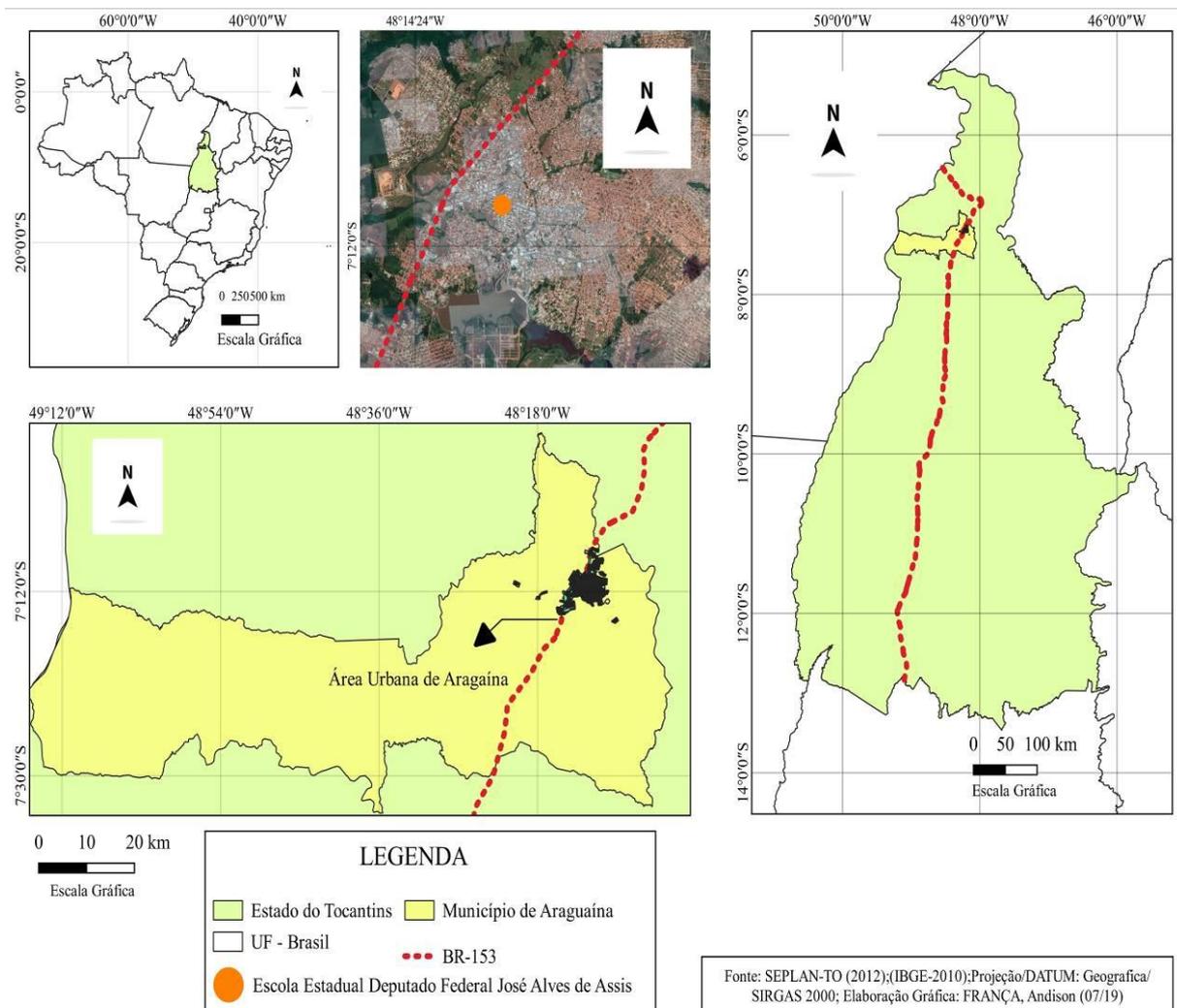
Antes de ser independente, foi parte do município de Filadélfia, até ser oficialmente instituída como município, segundo histórico disponível no IBGE (2019), esse município, criado oficialmente pela Lei nº 86 de novembro de 1953, teve parte do que compõe seu território total hoje do desmembramento de terras do distrito de Filadélfia, quando alçou efetivamente o status de município. Araguaína já ocupava o posto de 4º maior cidade do estado de Goiás na década de 1980. Quando Tocantins foi oficialmente instituído, através da Constituição de 1988, passou a ser a mais importante cidade do recém-criado estado, e inclusive chegou a alçar o posto de possível capital, algo que, por questões políticas e geográficas, acabou sendo-lhe negado (PMAE, 2013).

Ao longo dos anos, à implantação de importantes projetos de desenvolvimento e infraestrutura, entre os quais a BR 153, na década de 1960, representou um divisor de águas

para a região Norte, verificamos, ainda, que “A partir daí, acentuou-se a migração que já se efetuava em direção à Amazônia, crescendo a população regional de 1 para 5 milhões entre 1950-60, e de modo acelerado a partir de então” (BECKER, 2001, p. 137). Araguaína vivenciou, a partir da abertura dessa rodovia, uma saída ao comércio, tanto interno, quanto externo, abrindo novas oportunidades e contribuindo para o seu desenvolvimento econômico e populacional.

Nessa linha, as percepções de Filho e Soares (2011, p. 04) corroboram com exposto: “A análise das bases da formação territorial de Araguaína mostra igualmente que o território muda de definição ao longo do tempo, influenciado pelo todo global, que refleti por sua vez sobre o território nacional e ainda incide sobre o regional”. Assim, trouxemos abaixo mapa de localização do município de Araguaína com destaque para o curso da BR-153.

Figura 3 – Mapa de caracterização do local de pesquisa.



Fonte: “Adaptado de” SEPLAN/TO 2012; IBGE 2010, dados da autora, 2020.

Essa nova estrutura de Araguaína é resultado das mudanças ocorridas no seu território, com a ampliação na oferta de serviços, expansão na ocupação dos espaços e implantação de universidades (tanto pública, quanto particulares). Dessa forma, Araguaína também acompanhou o contexto global que primou pela “expansão e a diversificação dos consumos imateriais. Educação, saúde, viagens, manifestações artísticas, congressos, feiras e todo um leque de formas de turismos vêm impor novos ritmos e novos padrões à sociedade brasileira contemporânea” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 229).

Igualmente, para compreendermos a dinâmica, e, principalmente, o contexto do desenvolvimento dessa cidade ao longo dos últimos anos, é necessário pensarmos na importância econômica que Araguaína assumiu para o estado, associando esse vertiginoso crescimento à urbanização dentro do contexto amazônico, de reorganização do espaço a partir dos interesses coordenados pelo estado brasileiro. Sobre esse crescimento espacial e social, Lefebvre (1978), citado por Becker (1985), destaca que:

O estado coordena a nova divisão regional do trabalho com contradições e ambiguidades. Ele reorganiza o caos das relações sociais, impondo-lhes uma racionalidade, a sua, tendo como instrumento o espaço: o econômico se considera em termos espaços [...] e o Estado tende a controlá-los e coordená-los, integrando e rompendo o espaço anterior e produzindo seu próprio espaço; impõe uma ordem espacial vinculada com uma prática e concepção de espaço e logística, global de interesses gerais, estratégicos que é contraditória a prática e concepção de espaço local, dos interesses privados e objetivos particulares (LEFEBVRE, 1978, *apud* BECKER, 1985, p. 358).

Considerada uma cidade média¹⁸ está localizada no extremo norte do estado do Tocantins, com uma área total de pouco mais de 4.000 km² e uma população estimada em quase 180.470 habitantes (IBGE, 2019). Segundo dados do IBGE (2010) 51% da composição populacional do município de Araguaína é de migrantes. “Deste percentual, 14,38% são migrantes de municípios no estado do Tocantins e 37,14% de outros estados e países estrangeiros, [...] mostrando assim uma maior participação de migrantes de outros estados” (PMAE, 2013, p. 14-15).

Igualmente, sabemos que a composição populacional declarada no Censo de 2010 de Araguaína se apresentou da seguinte maneira: 43.008 brancos, 11.462 pretos, 2.999 amarelos, 92.730 pardos e 285 indígenas. Ao passo que o trabalho de Silva (2016) reforça o exposto,

¹⁸ Cidades Médias se definem por “aspectos ligados às funções de intermediação dentro de redes urbanas, assim como à posição geográfica da aglomeração são tão ou mais importantes do que o tamanho demográfico na caracterização das cidades médias”. Amorim Filho (2007, p. 73). A definição de cidade média também é complementada por Soares (1999, p. 57) pelo “tamanho demográfico, qualidades das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana, organização espacial e índices de qualidade de vida”.

pois, entre outras questões, o autor versou sobre a forte presença de migrantes (com destaque para nordestinos) no processo de urbanização do município, com predomínio de migrantes advindos do estado do Maranhão, Goiás, Piauí, Ceará e Minas Gerais. Sobre esses migrantes o autor complementa ainda, que existe intenso contraste social no que diz respeito a renda e moradia desses migrantes.

A infraestrutura urbana desse município também traz dados interessantes: nos últimos anos, Araguaína passou por um processo de expansão da sua malha urbana, esse crescimento foi objeto de estudo de diversos pesquisadores da comunidade acadêmica, com destaque para o trabalho de Roberto Antero da Silva (2016), que apontou:

Uma das peculiaridades de Araguaína foi a rápida transmutação de povoado de fronteira agrícola para cidade média, com veloz expansão urbana. A expansão da cidade pode ser dimensionada pelo aumento quantitativo de população, e a conseqüente ampliação, fragmentação, valorização do tecido urbano da cidade através da incorporação de novas áreas ao espaço da cidade, para desenvolvimento de atividades econômicas, moradia e especulação (SILVA, 2016, p. 100).

O crescimento da malha urbana ora planejada, ora desordenada, revela aspectos de desigualdade espacial no município de Araguaína. Setores (bairros) que já possuem rede de coleta de esgoto e outros serviços básicos de saúde e educação convivem com outros denominados aglomerados subnormais¹⁹. Os dados apresentados pela Saneatins (2012) e contidos no PMAE (2013, p. 36), destacam que “apenas 12% da população urbana possui rede de tratamento de esgoto”.

Entretanto, mesmo representando números tímidos, eles apontam que houve um avanço e um processo de ampliação contínua para garantir atendimento à rede de coleta de esgoto, segundo IBGE (2000, 2010). Silva (2016, p. 119) informa-nos que: “O serviço de esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial teve maior crescimento percentual, passando de 2,46% no ano 2000 para 10,01% em 2010”, dentre os 139 municípios, Araguaína ocupa a 2º posição no ranking, ficando atrás apenas da capital Palmas.

A evolução das atividades econômicas de Araguaína representam um capítulo à parte, como já citamos, pois ela já foi conhecida como a “capital do boi gordo” e atualmente se reconhece como “capital econômica do estado”. Tal slogan é decorrente da influência das largas atividades agropecuárias existentes na região, ao passo que, ao longo dos últimos anos,

¹⁹ “Aglomerados subnormais é um termo utilizado pelo IBGE, não obstante a palavra subnormal ter conotação cultural depreciativa e discriminatória, provocando constrangimento aos intelectuais. Por questões metodológicas, esse conceito e as informações sobre esse fenômeno são aceitos e utilizados nesta pesquisa, mesmo reconhecendo as controvérsias e limitações operacionais dessa classificação censitária” (SILVA, 2016, p. 104-105).

um aspecto forte no setor de serviços, saúde e educação alavancaram o crescimento da cidade. Nesta linha, os dados do IBGE (2018) apontaram que:

Em 2017, o salário médio mensal era de 2.1 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 6 de 139 e 8 de 139, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1475 de 5570 e 1353 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 34.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 136 de 139 dentre as cidades do estado e na posição 3698 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2018).

Com um PIB na casa de 3 bilhões de reais, Araguaína vem sendo destaque não apenas no Tocantins, mas no cenário nacional no que diz respeito à geração de empregos (SEPLAN/TO, 2017). Os dados dos indicadores sociais do município de Araguaína de 2017 com base no ano de 2010 revelam que Araguaína apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 0,752, considerado alto segundo critérios estabelecidos pelo índice que analisam expectativa de vida, renda e educação.

De forma geral, vemos que o município, no contexto da região que está inserido, apresentou avanços significativos tanto social quanto economicamente, todavia, nossa descrição sobre Araguaína continua com recorte mais específico para os indicadores educacionais, pois, objetiva-se nesta pesquisa compreender as consequências de um Programa de transferência de renda, PBF, com condicionalidades no âmbito das famílias e da escola.

4.1 Araguaína e os indicadores educacionais

Neste capítulo trouxemos alguns dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb²⁰ de Araguaína para fomentar a discussão. Acreditamos, ancorados na teoria de Sen (2010), que desenvolvimento decorre, entre outros aspectos, das liberdades substantivas, entre as quais o acesso à educação, tal como oportunidade social, atua eliminando formas de

²⁰ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) - para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil - para os municípios (INEP, 2019).

O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, que tem estabelecido, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos (INEP, 2019, s/p).

privações que limitam escolhas, igualmente, corrobora para uma sociedade mais democrática, com menos desigualdade e vulnerabilidade social.

O desenho do PBF, como política pública redistributiva, apresenta como uma de suas condicionalidades a matrícula e frequência dos filhos em idade escolar na iminência de fomentar capital humano e contribuir para o rompimento do ciclo intergeracional de pobreza de suas famílias.

Sabemos que o Ideb por si só não pode trazer toda a dimensão dos aspectos educacionais desse município, tendo em vista que a estrutura das escolas, a formação dos docentes e os modelos de gestão das unidades escolares, entre outros pontos, também compõem o escopo de avaliação desse conjunto. Isso se o objetivo maior for mensurar a educação enquanto oportunidade social.

Araguaína, teve uma evolução positiva nos indicadores educacionais desde o ano de 1991 conforme aferimos no Atlas Brasil (2013). O índice de escolarização em Araguaína para a faixa entre 6 e 14 anos é de 97,4%. Num comparativo em nível do estado, ela ocupa a 64^a posição, e a nível nacional, a 2904^a (IBGE, 2010). Para contextualizar com exposto, trouxemos na tabela abaixo resultados da evolução do Ideb apenas da rede estadual de ensino, educação básica anos iniciais (5º ano) referente ao período de 2005 a 2017.

Tabela 12 - Ideb Araguaína anos iniciais do ensino fundamental rede estadual

| Ano | Municipal | Projeção |
|------|-----------|----------|
| 2005 | 4,1 | NT |
| 2007 | 4,3 | 4,2 |
| 2009 | 4,6 | 4,5 |
| 2011 | 5,0 | 4,9 |
| 2013 | 5,4 | 5,2 |
| 2015 | 5,3 | 5,5 |
| 2017 | 6,4 | 5,7 |

Fonte: “Adaptado de”, INEP/MEC 2019.

Os dados da tabela 12 refletem um crescimento gradativo no Ideb da rede estadual de ensino no município de Araguaína, no âmbito do ensino fundamental (séries iniciais). Outra característica importante explicitada nos dados é que há uma superação entre o que foi projetado para o ano de referência e o resultado alcançado.

A próxima tabela apresenta os resultados do Ideb período de 2005 a 2017, da rede estadual, educação básica anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano).

Tabela 13 - Ideb Araguaína anos finais do ensino fundamental rede estadual

| Ano | Municipal | Projeção |
|-----|-----------|----------|
|-----|-----------|----------|

| | | |
|-------------------------|-----|-----|
| 2005 | 3,6 | Sd* |
| 2007 | 3,6 | 3,6 |
| 2009 | 3,9 | 3,8 |
| 2011 | 3,9 | 4,0 |
| 2013 | 3,6 | 4,4 |
| 2015 | 3,7 | 4,8 |
| 2017 | 4,5 | 5,1 |
| * Sem dados disponíveis | | |

Fonte: “Adaptado de”, INEP/MEC, 2019.

Nota-se que o Ideb das escolas da rede estadual do município de Araguaína, no que diz respeito ao ensino fundamental (anos finais) não superaram a expectativa da projeção dos anos de realização das avaliações, entretanto, mantiveram uma aproximação mesmo com tímida evolução dos números ao longo dos 12 anos.

Próxima tabela apresenta os dados do Ideb da rede estadual de ensino referente ao ensino médio.

Tabela 14 - Ideb Araguaína Ensino Médio Básico rede estadual

| Ano | Estadual | Federal |
|------|----------|---------|
| 2017 | 3,6 | 5,2 |

Fonte: “Adaptado de”, INEP/MEC, 2019.

Os dados referentes ao Ideb do ensino médio das escolas da rede estadual de ensino de Araguaína de anos anteriores não estão disponíveis no site do MEC. É importante destacar ainda que o mesmo site que aponta esses resultados traz a observação que a falta de disponibilidade de médias se dá pela não participação ou mesmo por não terem atendido requisitos necessários para terem seu desempenho calculado (MEC, 2018).

É importante destacar também que o Ideb obtido nas escolas municipais foi superior ao Ideb das escolas estaduais, que também ofertam ensino fundamental. Outro aspecto relevante que reflete avanço nos índices educacionais de Araguaína é a diminuição na taxa de analfabetos na faixa de 15 anos ou mais. Em 2000, a taxa de analfabetos estava em torno de 13% da população, já no ano de 2010, ela caiu para 8,6% (PMAE, 2013).

Não obstante, o índice de analfabetos no município ainda se mostra preocupante, tendo em vista que, os dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, com números atualizados pela última eleição realizada em 2018, apontaram que em Araguaína dos 110.079 eleitores aptos a votar, 7.148 declaram que apenas leem e escrevem, 3.579 são analfabetos e 20.718 possuem somente ensino fundamental incompleto. Esses números representam outra realidade sobre os dados educacionais da cidade, ao passo que, em tempos de retração nas políticas públicas de

proteção social que abrangem a educação, é preciso estarmos atentos para não incorrerem em maiores prejuízos para esses estratos sociais.

A educação não é apenas um fator de oportunidade social descrita por Sen (2010, p. 19) como liberdade instrumental, mas, o autor aponta a participação política e o direito a receber educação básica como “condutores ao desenvolvimento”, ao passo que, a liberdade de escolha política também reverbera em melhores condições de vida. Quando o eleitor está bem informado, ele é capaz de realizar boas escolhas, exercendo plenamente seu papel de cidadão que opta por melhores propostas para seu município.

Frente ao exposto, vemos um município com alguns contrastes, tanto no que diz respeito às características socioeconômicas, quanto educacionais. Ficou-nos claro que evoluções positivas ocorreram no campo educacional, na diminuição da desigualdade social e da pobreza. Para tanto, precisamos refletir além desses dados sintéticos apresentados até aqui, compreender a consequência e a importância de políticas públicas de proteção social, como o PBF, para as famílias atendidas, levou esta pesquisa a trazer, no próximo capítulo, através dos recortes discursivos resultantes das entrevistas realizadas, a percepção do tripé Lei-Família-Escola, aliada à teoria de Michel Foucault (2006), que as define como dispositivos devido à rede que existe entre eles.

5 DISPOSITIVOS

Neste capítulo, apresentamos o conceito de dispositivos ancorados na teoria de Michel Foucault²¹ com contribuições de outros autores como Deleuze (1996); Veyne (2011); Revel (2005), que somaram entendimento para nosso objetivo, qual seja: lançar luz, de forma mais abrangente, tendo por base os discursos produzidos durante as entrevistas realizadas no decorrer desta pesquisa com as famílias atendidas pelo PBF, com a equipe de uma unidade escolar da rede estadual de ensino e com as gestoras do PBF no município de Araguaína. Por meio dessas entrevistas, buscamos pensar as consequências dessa política pública pela via da Lei, da Família e pela Escola.

Foi a partir de 1969, com a obra “Arqueologia do Saber”, que Foucault estreia em suas pesquisas de forma mais acentuada a concepção de saber e de poder, período marcadamente transitório da arqueologia para genealogia. O foco das análises de Foucault não era necessariamente descrever o conceito de poder, todavia, seus estudos sempre convergiam nesse sentido.

Ele toma novos objetos no seu processo investigativo para compreender os efeitos da produção dos discursos e suas correlações sociais. É na fase genealógica que o autor utiliza o termo dispositivo (prática não discursiva) e sua influência sobre a sociedade. Com a emergência desse termo, Foucault amplia suas análises, desconcentrando apenas o campo do discurso e avançando para outros campos como as instituições e as práticas.

Silva e Souza (2013) entenderam que Foucault volta seu interesse para compreender o efeito de “verdade” dos fatos, ao passo que “é por meio dos discursos e dispositivos de poder, que se interessa em verificar em que medida um dispositivo de poder, incita a produção de enunciados, de discursos” (SILVA; SOUZA, 2013, p. 87).

Segundo Foucault (2000), os dispositivos podem ser definidos como conjuntos diferentes que conglomeram instituições, decisões regulamentares, medidas administrativas,

²¹ Michel Foucault foi um filósofo nascido em 15 de outubro de 1926 em uma família burguesa de médicos por tradição, entretanto, desde cedo, interessou-se por história. Sua formação em filosofia pela Sorbone ocorreu em 1948, posteriormente, também se licenciou em psicologia em 1952, no mesmo ano, passou a ser assistente na Universidade de Lille, lecionando em diversos países (Alemanha e Tunísia, EUA). Foucault gostava de ler autores como Platão, Hegel, Kant, Marx, Nietzsche, Husserl, Heidegger, Freud, Bachelard, Lacan, etc. Ele defendia a ideia do homem como produto de suas práticas discursivas, as obras desse autor também foram influenciadas por Nietzsche. Um aspecto importante de Michel Foucault foi a sua opção pelo método arqueológico em detrimento da proposta estruturalista, ele concebia o homem como sujeito e objeto de conhecimento. Em suas obras, Foucault discute o homem, como sujeito e objeto do conhecimento, utilizando três procedimentos diferentes: a ética, arqueologia, a genealogia. Por meio da arqueologia, “Foucault abordou os saberes que falam sobre o homem, as práticas discursivas, e não verdades em relação a este homem”. Fonte: <https://www.ufrgs.br/corpoarteclinica> acesso em 28/10/2019.

leis, proposições filosóficas, etc., revelando a conexão que se pode tecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2000).

Paulatinamente, esse conceito vai substituindo, para ele, a noção de *episteme*. O autor canaliza as suas pesquisas para compreender o funcionamento de determinados operadores de poder sob os discursos. Para Revel (2005):

A partir do momento em que a análise foucaultiana se concentra na questão do poder, o filósofo insiste sobre a importância de se ocupar não os do Estado, das ideologias que o acompanham²² mas dos mecanismos de dominação: é essa escolha metodológica que engendra a utilização da noção de “dispositivos”. Eles são, por definição, de natureza heterogênea: trata-se tanto de discursos, quanto de práticas, de instituições, quanto de táticas moventes: é assim que Foucault chega a falar, segundo caso, de “dispositivo de poder”, “dispositivo de saber” de dispositivos disciplinares (REVEL, 2005, p. 39).

Tomemos, no âmbito da discussão de Foucault (2006), duas questões que nos interessam saber nesta pesquisa para compreender dispositivos: a primeira é o poder, pois o autor argumenta que o poder não se constitui apenas por um elemento, ele evidencia esse processo em diferentes esferas e formas, quando articuladas, engendram uma rede que se conecta. O autor interpreta as relações de poder como “um feixe de relações mais ou menos organizado [...] mais ou menos coordenado [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 248). Complementa ainda descrevendo que não existe uma demarcação histórica específica de poder, pois ele vai emergindo das relações que o homem vai estabelecendo ao longo da sua trajetória.

O poder não está limitado ao Estado, como já descrevemos, ele permeia diversos níveis da sociedade, tal seja de cima para baixo ou mesmo de baixo para cima, como microrrelações. Foucault (2006) procura fazer, em sua análise, a descentralização da ideia de que as relações de poder não estão demarcadas apenas em uma esfera social.

A segunda questão se dá pelo saber dos discursos produzidos, aspecto que o autor descreve a partir do método arqueológico (história das ideias), em que cada período histórico apresenta, por meio de seus discursos, conceitos e verdades construídas a partir desses saberes, pois, na perspectiva de Foucault (2006, p. XXI), “[...]saber e poder se implicam mutuamente[...]”.

Ao teorizar esse saber, revela-nos algumas intenções existentes por trás dos enunciados e dos discursos, já que é possível perceber em as suas aspirações que ele se constituiu tanto pela prática discursiva, quanto “[...] pelos diferentes objetos que irão adquirir

²² *Il faut défendre la société*. Paris: Seuil, 1997. Tradução brasileira: Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ou não um status científico; [...] um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 220),

Os discursos, no âmbito de onde são proferidos, podem atuar como dispositivos, ao passo que também podem assumir conformações de “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentado por eles” (FOUCAULT, 2013, p. 246). Veyne (*apud* Fernandes, 2012, p. 67-68) complementa, descrevendo que “[e]nvoltos pelo poder, o dispositivo aciona o saber a todo um conjunto de leis, direitos, regulamentos, prática, e institucionaliza esse conjunto revestindo-o com um estatuto de verdade”.

O conceito foucaultiano de dispositivo é multilinear, pois assume diversas instâncias de análises, Deleuze (1996, p. 1) complementa nossa compreensão do termo apresentando-nos três esferas: os modos de subjetivação, o saber e o poder em que “[a]s linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como objeto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproxima, ora se afastam uma das outras”.

Na visão de Deleuze (1996), o dispositivo foucaultiano possui duas dimensões, as curvas de visibilidade e curvas de enunciação, a visibilidade vai caracterizar o efeito de luz sobre figuras variáveis, enquanto as linhas de enunciação possibilitam a compreensão das diferentes posições presentes nos seus elementos.

“Foucault se volta para o exame da produção de verdade, e é por meio dos discursos e dispositivos de poder que se interessa em verificar em que medida um dispositivo de poder incita a produção de enunciados, de discursos” (SILVA; SOUSA, 2017, p. 87). O entendimento sustentando que existe um controle e seleção na sociedade que acomete a produção dos discursos, onde, o principal objetivo é “[...] conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. [...]” (FOUCAULT, 1998a, p. 8-9). Dessa forma, o autor nos explica que não existe direito pleno de expressar tudo a todo momento e em qualquer situação.

O dispositivo delimita, de forma estratégica, formações que em períodos históricos vão responder a uma determinada emergência, pois os efeitos produzidos por eles podem estabelecer situações desejadas ou não. Para explicar esse conceito, o autor ainda aponta o exemplo das prisões que agiram como dispositivos para conter a violência a partir do século XVIII, em que, pelo aprisionamento, buscou-se encher os espaços que antes estavam vazios. O resultado desse processo foi o que Foucault (2006) chamou de “preenchimento estratégico do dispositivo” (FOUCAULT, 2006, p. 245). Ou seja, **os dispositivos podem atuar, a partir**

de praticas do cotidiano, como arranjos específicos de poder, mas esse poder não é absoluto e total, pois a resistência sempre é uma saída.

Considerando os referidos apontamentos, nesta pesquisa, discutimos, à luz de Foucault, três dispositivos: a Lei 10.836/2004, que trata de uma política pública redistributiva que traz no seu escopo o principal objetivo de promover mais acesso das famílias a serviços de saúde e de educação, com vistas a romperem o ciclo de vulnerabilidade social; as famílias que recebem benefício e são condicionadas pela Lei a manterem seus filhos em idade escolar matriculados; e a escola, que se encontra imbuída, entre outras responsabilidades, de promover oportunidade social por meio da educação.

5.1 Dispositivos Lei-Família-Escola

Metodologicamente, pensamos ser importante a abordagem dos dispositivos à luz de Foucault (2006) pelos pressupostos do referido autor, no que diz respeito saber-poder que encerra resistência no contexto das instituições e sua influência na produção de discursos.

Os indicadores sociais expostos anteriormente dimensionaram, em termos sintéticos, o papel imprescindível do PBF no município de Araguaína, que vem atuando de forma contributiva, tanto para a diminuição de desigualdade e de pobreza, quanto para o fomento, por meio do benefício, do desenvolvimento para além do fator monetário, mais possibilitando liberdades substantivas. Entretanto, como mensuramos, esse benefício tão importante vem diminuindo ano a ano, e acreditamos que essa situação representa um retrocesso tanto para as famílias atendidas, quanto para o município de Araguaína; ao passo que a desigualdade social representa empecilho para o desenvolvimento (cf. SEN, 2010).

Para tanto, à luz de Foucault (2006), a Lei do PBF (com suas respectivas condicionalidades), as famílias (que, em suma, são vulneráveis econômica e socialmente) e a escola (instituição responsável pela promoção de oportunidade social/educação para os filhos dessas famílias) assumem-se como dispositivos que se conectam a partir do cotidiano que os uni. Se são dispositivos, nos termos do autor, eles sempre estarão submetidos a determinadas regulações.

Para pensarmos nas consequências do PBF pelo dispositivo “Família”, realizamos entrevistas com cinco famílias de alunos matriculados em uma escola pública da rede estadual e que recebem o benefício. Duas famílias entrevistadas foram de alunos que residem em bairros que são frutos de políticas públicas de moradia do Programa *Minha Casa, Minha Vida*: Vila Azul e Lago Azul IV. Esses dois setores são distantes, geograficamente, da

unidade escolar, por esse motivo os alunos dependem de transporte escolar para acessarem a escola (que atualmente não é disponibilizado pelo estado para essa unidade escolar em questão). Ainda, a falta de escolas próximas que ofereçam ensino na faixa necessária desejada pode tornar o deslocamento obrigatório desses alunos um agravante. As outras três famílias residem relativamente próximas à unidade escolar (duas no bairro onde a unidade escolar está localizada, Setor Anhanguera/Rodoviário e uma família no setor Cruzeiro) e os alunos se deslocam a pé ou de bicicleta para a escola.

As duas famílias visitadas nos bairros Lago azul IV e Vila Azul, apesar de serem distantes da unidade escolar, têm estrutura mais adequada em seus bairros, com ruas asfaltadas, rede de esgoto e posto de saúde, as casas são relativamente pequenas (porém tem boa estrutura). Das três famílias que residem próximas à unidade escolar, duas moram em casas com uma estrutura mais precária, não possuem rede de esgoto e nem asfalto na rua, sendo uma dessas residindo em área caracterizada como “de risco”; a outra família, mesmo residindo numa casa precária, chamou-nos a atenção a disparidade na localidade, um bairro de classe média alta, que está em processo de expansão e possui residências de alto padrão coabitando com residências bem mais simples.

Nosso questionário, como já mencionamos, foi composto de doze questões, em que, por meio de algumas dessas, traçamos um breve perfil socioeconômico dessas famílias apresentado na tabela abaixo:

Tabela 15 - Perfil das famílias entrevistadas na pesquisa

| Nome Completo | Idade | Estado civil | Grau de escolaridade | Naturalidade | Profissão |
|--------------------|-------|--------------|-------------------------------|---------------|-------------------|
| Paula A. R | 33 | Solteira | Ensino médio incompleto | Pará | Diarista/autônoma |
| Juliete B dos S | 28 | Casada | Ensino fundamental completo | Araguaína | Secretária |
| Pedrina P. A. | 41 | Solteira | Ensino fundamental - 5º série | Barra do Ouro | Lavadeira |
| Ana. N. A.M.S | 46 | Solteira | Ensino médio incompleto | Muricilândia | Diarista |
| Francislene de S.G | 37 | Casada | Ensino médio completo | Itaporã | Diarista |

Fonte: Autora, 2019.

O questionário revelou que essas mães têm entre 28 e 46 anos, não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos e não possuem profissão fixa, são autônomas, predominando, pela fala das mesmas, a profissão de diarista. Das cinco mães entrevistadas, apenas uma é natural de Araguaína, as demais, três vieram de municípios vizinhos do Tocantins e, uma, é do estado do Pará.

Como já mencionamos, realizamos recortes discursivos com algumas questões das entrevistas, com o objetivo de compreender as consequências do PBF para essas famílias. A partir desses recortes, buscamos, considerando certos enunciados, compreender qual é o saber e a importância para essas famílias da política pública que as atende. Vejamos os recortes discursivos, a seguir, com fragmentos das entrevistas realizada com as referidas participantes da pesquisa.

A nossa primeira entrevista foi realizada com a senhora Paula, no dia dezoito de junho de dois mil e dezoito. Ela tem duas filhas que recebem subsídio do PBF e apenas uma estuda na unidade escolar pesquisada.

RD01 - Marcela: dona Paula... como eu expliquei pra senhora anteriormente... o meu objetivo é falar sobre o Programa Bolsa família... primeiro eu quero que a senhora me fale do que a senhora sabe sobre o que é esse Programa Bolsa família... Marcela: pode falar o que a senhora sabe... pode falar a vontade... ((sussurros))
Paula: não... assim... o Bolsa família... ele:: me ajuda muito... assim... ainda mais agora que eu tô desempregada... ee:: assim... também ajuda minhas... minhas filhas... né? que eu tenho (ENTREVISTA, 19/06/2019).

Dona Paula descreve essa política pública como uma “ajuda” muito importante tanto para ela quanto para suas filhas, ela nos contou, no momento da entrevista, que estava desempregada e que pelo fato de ser diarista/autônoma essa renda ajuda no sustento da família.

A nossa segunda entrevista foi realizada com a senhora Juliete no dia dezoito de junho de dois mil e dezoito, ela tem sete filhos, dos quais dois estudam na unidade escolar. Atualmente, todos estão recebendo subsídio do PBF:

RD02 - Marcela: dona Juliete... eu queria que a senhora falasse pra mim sobre o Programa Bolsa família ... a sua percepção sobre o Programa Bolsa família... Juliete: a Bolsa família ela veio... né? e:: e ajudou bastante a gente também... né? porque ela veio no momento que meu esposo tava desempregado... então ela supriu a necessidade do gás... da água... da energia... então nos ajudou bastante... (ENTREVISTA, 19/06/2019).

Novamente no enunciado da entrevistada dona Juliete, percebemos a importância da renda advinda do benefício do PBF em momentos de dificuldade financeira resultante de situação de desemprego.

A nossa terceira entrevista aconteceu com a senhora Pedrina, no dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, na residência dela. Ela não é casada e tem dois filhos, todavia, apenas um estuda na unidade escolar.

RD03 - Marcela: tá... eu gostaria que a senhora me falasse... éhh:: do conhecimento que a senhora tem sobre o Programa Bolsa família... o que a senhora sabe do Programa Bolsa família?

Pedrina: que os ‘filho’ tem que manter na escola... num/ num deixar faltar na escola... mais ou menos isso... sabe? éhh::

Marcela: a senhora sabe que esse é um programa de transferência de renda... ee:: no conhecimento da senhora... ((sussurro)) (o que a senhora sabe? a senhora pode falar à vontade...).

Pedrina: não... o que eu sei é que:: que nó/ éhh:: as vezes... quando faltar no colégio... tem que levar atestado... alguma coisa... lá eles cobra... o bolsa família lá cobra sobre isso... (ENTREVISTA, 26/06/2019).

Dona Pedrina, ao nos relatar sobre o Programa Bolsa Família, logo associou essa política pública à importância desse benefício com o cumprimento das condicionalidades educacionais preconizadas pela Lei 10.836/2014, percebemos que ela compreende essa prerrogativa como uma “cobrança” da escola.

A nossa quarta entrevista ocorreu no dia oito de agosto de dois mil e dezenove com a senhora Ana Neres, ela tem uma filha que estuda na unidade escolar e recebe benefício do PBF:

RD04 - Marcela: bom... eu gostaria que a senhora falasse um pouquinho sobre o quê que a senhora compreende sobre Bolsa Família...

Ana Neres: ‘cê’ quer dizer assim... o quê que eu faço? o quê que eu acho?

Marcela: não... o quê que a senhora entende sobre o programa Bolsa Família... a senhora receber esse valor por mês...

Ana Neres: eu acho bom... porque é uma ajuda... né? na renda... porque eu já ganho pouco... eu não ganho nem um salário... aí tem que comprar as coisas dela... um shampoo... uma coisa... e não tem ajuda... o pai não ajuda... (ENTREVISTA 08/08/2019).

Dona Ana Neres relatou o quanto o PBF tem “ajudado” nas despesas dela e, pelo fato de não receber ajuda do pai de sua filha, esse benefício atua de forma contributiva nas demais despesas da casa, os gastos, segundo o enunciado da dona Ana Neres, não estão focalizados apenas em material escolar, mas em produtos de higiene pessoal entre outros.

A quinta família visitada foi a da senhora Francirlene no dia oito de agosto de dois mil e dezenove. Ela tem três filhos, uma das filhas já estudou na unidade escolar e, atualmente, apenas um dos seus filhos ainda está matriculado na unidade escolar. Ela recebe benefício pelos três filhos.

RD05 - Marcela: ee:: ... éhh:: ... bom... dona Francirlene... éhh:: eu gostaria que a senhora descrevesse pra mim... com as palavras da senhora mesmo... sobre o/ o que que a senhora entende sobre o Programa Bolsa família...

Francirlene: eu entendo que o Programa Bolsa família é uma coisa que... há doze anos eu entrei nesse programa... e:: ... de lá pra cá... é só melhoras... né? porque é um benefício que... éhh:: vem pra acrescentar... né? vem pra acrescentar... porque às vezes... éhh:: os nossos filhos precisam às vezes de uma coisa pra escola... dum lanche... 'dum'... 'dum' de uma roupa... um complemento... né? que veio pra nos ajudar... (ENTREVISTA 07/08/2019).

Como dona Francirlene nos relatou, ela está inserida no Programa Bolsa Família há 12 anos, ela destacou que o programa vem melhorando ano a ano, o valor recebido é gasto com materiais escolares dentre outras coisas, e associou o subsídio a uma “ajuda” do governo para sua família.

Em todas as visitas/entrevistas, fomos recebidos por mulheres, três são chefes de suas famílias, nos enunciados foi unânime que o benefício sempre “ajudou” nos momentos de maiores dificuldades dessas cinco famílias . Notamos que elas referem-se ao valor recebido como um “auxílio”, uma “ajuda” para complementar a renda, mas que a renda delas não é só o que ganham do PBF.

Essas famílias concebem a política pública que as atende como “ajuda” do governo e não como “direito”. Esse saber outro que se constitui a partir dos enunciados aponta que a Lei, atuando como dispositivo de poder (Cf. FOUCAULT, 2006), para essas famílias, age impedindo que ocorram maiores cobranças. Percebemos através desses enunciados que existe pouco conhecimento de fato sobre o que essa política pública representa. Nesse sentido, Foucault (2006, p. 250) acrescenta ainda que “[...] Na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isto implica um em cima e um embaixo, uma diferença de potencial.” Talvez, por esse motivo, existe muito receio dessas famílias de perderem esse benefício.

Não obstante, no que concerne à escola, como já mencionamos, as famílias que recebem o subsídio do PBF e têm filhos em idade escolar, condicionalmente como prerrogativas para não perder o benefício, devem matricular e mantê-los frequentes. De modo que, nossos próximos recortes discursivos, contextualizamos o saber dessas famílias com o dispositivo da lei 10.836/2004.

Trazemos novamente a entrevista da dona Francirlene sobre a condicionalidade do PBF:

RD06 - Marcela: e o que que seria essa condicionalidade do bolsa família... - a senhora me falou... ah... não sei se a senhora sabe que o seu filho tem que ter uma frequência de... no mínimo oitenta e cinco por cento na escola... -
Francirlene: isso... ahã... ((expressão de afirmação))
Marcela: tá... o quê que seria... na/ na opinião da senhora... o que seria/ o quê que representa essa condicionalidade do seu filho ter que estar... no mínimo oitenta e cinco por cento... éhh: ter no mínimo oitenta e cinco por cento de frequência na escola?

Francirlene: acho bom... porque... porque assim... um aluno... quando tem essa condicionalidade aí... ele tem aquela responsabilidade de dizer... "eu não posso faltar... porque eu vou sofrer alguma penalidade... né? alguma coisa" ee:: e eu... eu... agradeço muito assim a Deus... por causa que meus filhos são... principalmente... o Marcos Adriano... ele tem aquela responsabilidade... no dia que falta no/ no colégio... na aula assim... ele fica mal... então assim... esse semestre mesmo passado... ele teve cem por cento de aprovação... cem por cento na sala de aula... então assim... é uma coisa boa... muito boa... (ENTREVISTA 07/08/2019)

Dona Francirlene enuncia a condicionalidade da Lei como uma “coisa muito boa, ela associa o bom desempenho que seu filho desenvolve na escola ao fato de ele estar sempre presente nas aulas, acrescentando ainda que essa prerrogativa contribui positivamente no que diz respeito a responsabilidade do seu filho com a escola.

Apresentamos ainda, o recorte discursivo da dona Ana Neres sobre a condicionalidade do PBF.

RD07 - Marcela: isso... e a senhora sabe que esse programa... ele exige duas condicionalidades da família... pra que esse programa/ éhh:: pra que vocês recebam esse programa/ esse benefício... um deles... que nós chamamos de condicionalidade... é que a sua filha... ela... frequente a escola... a senhora sabe disso?

Ana Neres: sei...

Marcela: e como que a senhora entende essa condicionalidade do programa? que a sua filha ela precisa estar matriculada e frequentando a escola... pode falar o que a senhora acha... o que a senhora sabe...

Ana Neres: não... porque... eu sei assim... que pra ela receber esse benefício... ela tem que tá estudando... não pode faltar aula... tem que tá ali toda/ todo/ tipo assim... não pode tá faltando... né? porque... eu acho assim... que já é uma ajuda e está certo... né? porque a criança tem que tá na escola... né? (ENTREVISTA 08/08/2019).

Dona Ana Neres compreende a condicionalidade da Lei, ela nos enuncia que acha importante que sua filha esteja na escola, não apenas para cumprir os requisitos do PBF, mas para estudar, e destaca novamente que, se o governo concede essa “ajuda”, a criança deve estar na escola.

Quando observamos o aspecto socioeconômico apresentado na tabela do perfil dessas famílias, percebemos que essas mães chefes de família, em sua maioria, não concluíram seus estudos secundários. Mas, em seus discursos, entendem que manter seus filhos na escola estudando seja muito importante, conforme descreveu dona Juliete no recorte discursivo apresentado abaixo:

RD08 - Marcela: certo... na sua percepção... dona Juliete... qual a importância da escola na vida dos seus filhos? Juliete: muito grande... né? muito grande...” (ENTREVISTA 19/06/2019).

Trouxemos no recorte discursivo 09, novamente com a entrevista da Dona Francirlene, agora descrevendo sua percepção sobre a importância da escola na vida dos seus filhos:

RD09 - Marcela: éhh:: é f alar sobre a escola... bom... éhh:: agora ‘vamo’ pensar um pouquinho no âmbito da escola... a senhora/ qual é a importância da escola na vida dos seus filhos?

Francirlene: meu Deus... a importância é grande... né? porque lá... a gente... a gente... eu tenho total confiança... eu tenho total liberdade... lá... a escola é um... um... ambiente que ali... nossos filhos passa mais lá do que em casa mesmo... né? e os professores é como um pai... um pai pra o nossos filhos... que ali eles 'tão' educando... de lá nossos filhos vão... vão sair pessoas... éhh:: pra encarar o mundo... éhh:: de peito aberto... né? com a educação boa que eu creio que lá eles 'tão' passando pra o nossos filhos... (ENTREVISTA 07/08/2019)

Neste sentido, vemos que o PBF vem a ajudar a romper com um ciclo de baixa escolaridade das famílias, nos recortes discursivos apresentados, tanto no que concerne a condicionalidade da Lei quanto a importância da escola para os filhos dessas famílias, as mães destacam que a escola é “ muito importante” para seus filhos, outrossim, elas tem a percepção da escola para além da condicionalidade preconizada pelo PBF de matrícula e frequência.

Sabemos que o PBF tem a prerrogativa da condicionalidade educacional, aspecto que já constava na Lei 9.394/96 que normatiza educação no país, todavia achamos por bem lançar luz, a partir de agora, à instituição que promove esse processo de educação formal, a escola, para Foucault(2006) um “dispositivo” , assim sendo, passamos a descrever sobre a Unidade Escolar onde alguns dos filhos das famílias que participaram da entrevista se encontravam estudando até o final do ano de 2019.

Nossa descrição se inicia fazendo um recorte histórico partindo de 2011 (conforme mencionado, ano em que transferida do município de Esperantina, passei a atuar como docente nesta U.E) finalizando no ano de 2019, e, posteriormente, trouxemos os recortes discursivos das entrevistas realizadas com a equipe escolar, bem como os boletins dos alunos e anotações de campo dos conselhos de classe.

A Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Deputado Federal José Alves de Assis está localizada na Avenida José de Brito, nº 426, Setor Rodoviário, Araguaína – TO. Conforme documento que obtivemos na secretaria da U.E., foi possível constatar que ela foi criada pela lei 9977, de 14 de janeiro de 1986, publicada no diário oficial número 14.905, de 21 de janeiro de 1986. Quando chegamos na U.E em 2011, a gestora escolar era Maria do Rosário, a escola contava com um quantitativo de 334 alunos, segundo Censo escolar de 2011, e possuía uma estrutura que ofertava o ensino em dois turnos (matutino e vespertino), com turmas desde o 2º ano do ensino fundamental, séries iniciais, até o 9º ano (ESTADO DO TOCANTINS, 2019).

O atendimento em tempo integral nesse período contemplava apenas as turmas de 2º ao 5º ano do ensino fundamental, para tanto, realizou-se uma reestruturação física e, a partir do ano de 2012 a escola ampliou o atendimento aos alunos, passando a oferecer educação em regime de tempo integral também para turmas de 6º ao 8º ano do ensino fundamental anos finais, permanecendo nesta modalidade até 2015.

Em 2016, já sob gestão da senhora Glaucy G. M., a oferta de ensino na modalidade integral voltou a se restringir apenas às turmas de 3º e 5º ano, e somente os alunos que já estavam matriculados e avançavam normalmente para séries seguintes puderem permanecer, não havendo possibilidade de novas matrículas para público externo nessa modalidade. Sobre essa nova mudança pode ser acrescentado dois aspectos pertinentes: 1º- a U.E. não estava preparada estruturalmente para atender tal demanda, uma vez que, mesmo com algumas reformas realizadas, ainda era perceptível a necessidade de estrutura mais adequada para propiciar permanência mais confortável para os alunos; como se trata de uma U.E estadual, notava-se uma preferência para turmas de 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

Igualmente, a U.E. voltou a ofertar ensino regular nos turnos matutino e vespertino para turmas de 6º ao 9º ano, ao passo que essas mudanças abruptas de oferta de ensino ora integral, ora regular, desencadearam alterações no quadro de profissionais e número de alunos. O resultado de tantas mudanças fez com que a escola terminasse o ano de 2016 com apenas 123 alunos matriculados (ESTADO DO TOCANTINS, 2019).

No ano de 2017, a U.E recebeu muitos alunos transferidos de outras escolas da rede municipal de ensino, grande parte desses alunos advindos de bairros distantes, tais como Vila Azul e Costa Esmeralda (bairros que são fruto de políticas públicas habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, conforme já ressaltamos anteriormente) setor Nova Araguaína, etc. Esses alunos contavam com a oferta de ônibus escolar gratuito para seu transporte, tendo em vista que a modalidade de ensino que almejavam não era possível próximo à residência dos mesmos. Todavia, no final do ano de 2018, o governo reduziu expressivamente essa política, realizando uma reestruturação onde foram eleitas escolas que passariam a receber esses alunos dependentes de transporte escolar, nesse sentido, muitos alunos da U.E foram transferidos para outras escolas que atendessem suas necessidades de transporte.

Do mesmo modo, no final do ano de 2018, com o fechamento de três unidades escolares da rede estadual no município de Araguaína, sendo uma dessas escolas conhecida como Colégio Pré-Universitário, o qual passou a ocupar o prédio da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral José Alves de Assis. Com essa fusão, a U. E. se viu obrigada novamente a

redirecionar grande parte dos seus alunos para outras escolas, tendo em vista que, até o momento, a prioridade passou a ser para turmas do ensino médio nos períodos matutino e vespertino, permanecendo, majoritariamente, alunos que vieram da U.E. que fora fechada, atualmente, a escola é reconhecida como Colégio Pré Universitário - CPU e está sob a gestão do senhor Jaldo C. de A.

Essa significativa mudança, ocorrida entre o final do ano de 2018 e início de 2019, nos trouxe aspectos importantes, pois, quando iniciamos nossa pesquisa na perspectiva de realizar entrevistas com as famílias beneficiadas pelo PBF, a unidade escolar contava com pouco mais de 280 alunos matriculados entre 2017 e 2018, sendo 120 desses subsidiados pela política pública, ao passo que, em 2019, a U.E. registrou mais de 600 alunos, porém, apenas 76 constavam recebendo benefício do PBF (ESTADO DO TOCANTINS, 2019).

Todavia, esse movimento inesperado não modificou nosso objeto de estudo, mas acreditamos ser pertinente destacá-lo a título de informação, tendo em vista que, no âmbito do contexto metodológico, trabalhamos apenas com uma amostragem que compõe um universo geral de famílias beneficiadas, entretanto, pensamos que tantas mudanças demandaram transferências que ocorreram à revelia das famílias que tinham seus filhos matriculados na U.E. há anos, causando prejuízos à comunidade escolar no que compete aos alunos, e em especial, aos que são beneficiados pela PBF.

Sabemos que a política pública BF, por meio do seu subsídio, condiciona que os filhos estejam matriculados na escola com mínimo de frequência exigida, mas, se temos no contexto da Lei a prerrogativa de rompimento do ciclo intergeracional de pobreza que irá se dar via capital humano, é preciso refletirmos também sobre como isso tem ocorrido na unidade U.E., como a equipe escolar que atende esses alunos em situação de vulnerabilidade oportunizam condições para que o processo ocorra.

Nesse sentido, destacamos que, muitos alunos apresentam dificuldades de aprendizagem na escola por diversos motivos pedagógicos ou psicológicos, contudo, como esta pesquisa se limitou a abranger alunos de famílias que recebem subsídio do PBF, nossos questionamentos foram direcionados de forma a coadunar com a temática proposta. Por esse ângulo, adiante apresentamos os recortes discursivos resultantes de entrevistas realizados com a equipe escolar. Foram doze questões levantadas. Todavia, fizemos um recorte das respostas, apresentando apenas duas que caracterizam os objetivos desta pesquisa.

Começamos nossa pesquisa documental em maio de 2019 na secretaria da U.E com a servidora Maísa C., ela é do quadro efetivo da rede estadual de ensino há mais de 15 anos, atuava como professora, entretanto, desde o ano de 2015 ela responde pela secretaria, não

realizamos entrevista com questões previamente formuladas, mas sim, conversas informais durante todo ano de 2019 que fizeram parte dos nossos registros de campo para levantamento de dados, tais como; Aspectos históricos da escola, dados do Censo escolar de anos anteriores, quantitativo de alunos que recebem benefício do PBF, etc.

Em uma de nossas incursões, questionamos sobre a gestão do PBF no âmbito da escola, buscamos compreender de que forma ocorre o acompanhamento das condicionalidades previstas em Lei desses alunos e, para tais questionamentos, ela nos descreveu que existe uma ficha de acompanhamento que é enviada para responsável do PBF da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a cada dois meses ela entra no sistema, baixa essa ficha e preenche, após conferência aluno por aluno, para repassar os dados corretos, sempre observando a frequência dos alunos a partir dos registros realizados pelos professores no período.

Caso os alunos do PBF apresentem muitas faltas, a secretaria recorre à coordenação e a orientadora educacional para aferir possíveis registros, saber se houve justificativa pelas ausências, e, essas justificativas são preenchidas em outra ficha disponibilizada pela SEMED que é enviada junto com a frequência. Caso o aluno não esteja mais matriculado na U.E, ela faz a transferência desse aluno para escola onde ele se encontra matriculado, pois muitas vezes o sistema INEP não faz essa atualização de imediato.

Quando o aluno não é localizado ou foi transferido, mas ainda consta no sistema do PBF na unidade escolar que não mais estuda, a secretária da escola informa esse dado no sistema INEP para que as famílias não corram risco de perder o benefício por conta da condicionalidade da frequência escolar.

Com os demais membros da U.E realizamos entrevistas com questões previamente elaboradas, Igualmente, a nossa primeira entrevista realizada no dia vinte e sete de maio de dois mil e dezenove, com a orientadora educacional Maria do S.S, do quadro efetivo do estado há mais de vinte anos e que tem formação em Matemática e em Pedagogia, bem como pós-graduação em educação. Ela trabalha na unidade escolar há seis anos.

RD10 - Marcela: agora eu gostaria que você descrevesse pra mim como é o seu trabalho aqui na escola... de uma forma geral... e depois... sobre os alunos que são subsidiados pelo programa bolsa família...

Maria: nós... éhh... no caso... o meu trabalho... né? A gente trabalha com os alunos... ouvindo... é um trabalho de escuta... de orientação... de aconselhamento... né? Junto ao aluno e também família... e:: ... de um modo geral... todos os alunos... que passam por problemas... por situações... como por exemplo... depressão... éhh:: dificuldades no relacionamento na escola... éhh:: ... indisciplina... desinteresse pelos estudos... esses alunos geralmente são ouvidos... né? Éhh:: ... orientados... aconselhados... costuma se fazer registro dos diálogos... com os alunos... pra se ter

um melhor resultado... principalmente em relação ao desempenho escolar... ao rendimento escolar... e também como pessoa... na convivência na/ na escola... de um modo geral... com os alunos... com os professores... com os servidores da escola... ee:: em relação aos alunos do Bolsa família... a gente... geralmente são os alunos que... que... que tem uma carência realmente... né? Ca/ carência... principalmente... econômica... ee:: são alunos que a gente costuma acompanhar também de perto... em relação a aprendizagem... ao rendimento escolar... também com o mesmo trabalho... de escuta... de orientação... aluno e família... (ENTREVISTA, 27/05/2019).

O trabalho de orientação é muito importante para os alunos e equipe escolar de forma geral, essa função serve como uma ponte ou estreitamento das relações cotidianas que acontecem no espaço escolar. A orientadora relatou que os alunos, de forma geral, apresentam problemas de ordens diversas. No que diz respeito aos alunos do PBF, essa situação apresenta o agravante tanto da questão financeira, quanto de ordem pedagógica, é importante destacar ainda no enunciado da orientadora que o acompanhamento com os alunos que apresentam maiores dificuldades é realizado mais de perto, com maior atenção. Prosseguimos com a orientadora educacional, trazendo novamente a questão do trabalho da escola direcionado aos alunos do PBF:

RD11 - Marcela: você falou um detalhe importante sobre esses alunos do Bolsa família... né? que eles tem um aspecto de vulnerabilidade... tanto social quanto escolar... teria como você detalhar... de forma mais abrangente... como seria essa vulnerabilidade que você percebe em relação a família e em relação a esses alunos aqui na escola?

Maria: por exemplo Marcela... no ano passado por exemplo... nos anos anteriores... era mais evidente... essa questão... porque nos anos anteriores nós tínhamos alunos de:: região periférica... como por exemplo... Lago Azul... Lago sul... Vila azul... éhh:: Nova Araguaína... né? Monte Sinai... que são bairros mais distantes... né? onde os alunos precisavam/ pra vir a escola precisavam de transporte escolar... né? então essa era a condição deles estarem na escola... a maioria deles estarem na escola... então você percebe já por aí... por necessitar do transporte escolar que havia uma necessidade econômica... né? uma dificuldade econômica... financeira... ee:: hoje... dois mil e dezenove... os nossos alunos... por exemplo... a maioria deles... que utilizam desses transportes... eles foram pra outras escolas... né? então... nós temos poucos alunos na escola... e esses que eram alunos de dois mil e dezoito... a:: dois mil e dezesseis... dezessete... dezoito... esses alunos já estão em outras escolas... então os alunos que ficaram na escola... eles vem sem o transporte escolar... eles vem... os pais trazem os alunos... né? éhh: com outros meios de transporte... eles encontraram outra forma de continuar na escola... por gostarem da escola... por julgarem a escola ser uma escola boa... né? por gostar da localização... do atendimento que é recebido na escola... muitos... alguns alunos... continuaram na escola... e essa continuidade... éhh: ... você vê... ainda percebe... que mesmo assim... alguns... que ainda têm essa dificuldade de 'tá' na escola todos os dias... pela dificuldade financeira... ee:: ... mas mesmo assim... por gostarem da escola... por gostarem do atendimento... continuam na escola... ENTREVISTA, 27/05/2019).

A orientadora educacional reafirma uma situação já abordada nesta pesquisa: a necessidade que os alunos, em especial os atendidos pelo PBF, têm do transporte escolar para

frequentar a escola, como o governo deixou de oferecer o transporte para esses alunos de regiões mais distantes, essa situação muitas vezes é responsável pelo alto número de faltas aferidas pelos alunos subsidiados. Todavia, os alunos que permaneceram nesta U.E acabam pagando pelo seu transporte de casa à escola, pois existe um interesse dos pais em que eles permaneçam estudando devido atendimento educacional recebido, qualidade do ensino, etc.

Outra entrevista foi realizada no dia onze de junho de dois mil e dezenove, desta vez com o professor regente de sala Manoel Arivaldo, formado em História e Ensino Religioso e que atua na rede pública estadual há 28 anos, dos quais 22 foram na unidade escolar em questão:

RD12 - Marcela: professor Arivaldo... éhh:: eu gostaria que o senhor falasse um pouco pra mim sobre o seu conhecimento sobre esse Programa Bolsa família... o que o senhor sabe desse programa?

Manoel Arivaldo: eu sei que é um Programa do governo federal... que atende necessariamente famílias... éhh:: de baixa renda... éhh::: ... e que há um... há um acordo de que essas famílias também mantenha seus... - agorinha - ((um aluno chamou o Entrevistado)) mantenha seus filhos matriculados numa escola ee:: precisam prestar contas disso... e que::: ah::: o governo em contra partida... reconhecendo o esforço dessas famílias... repassa dos cofres públicos... pra essa família éhh::: éhh::: algum valor em dinheiro... como compensação pelo esforço... considerando a situação de... ah::: ... econômica e social dessas famílias...

Marcela: e o quê que o senhor poderia me falar... fazendo um diagnóstico geral... desses alunos que são atendidos pelo Programa Bolsa família... no âmbito escolar?

Manoel Arivaldo: muito bem... esses alunos... eles apresentam muita dificuldade... éhh:: desde a frequência... questão de baixa frequência... esses alunos... éhh::: não têm acompanhamento devido pela família... eles rendem muito pouco... as tarefas deles... quase sempre estão/ éhh::: não são feitas em casa... ee:: no geral... o rendimento desses meninos é abaixo da média... (ENTREVISTA 11/06/2019).

Sobre o PBF, o professor Manoel Arivaldo apontou, em seu enunciado, que compreende os aspectos dessa política pública no âmbito escolar, destaca que existe um “acordo” entre governo e as famílias, ele descreve que os alunos atendidos pela política pública PBF apresentam dificuldades de aprendizagem na escola, o professor associa essa situação, entre outros aspectos, à falta de acompanhamento da família, a baixa frequência desses alunos na escola.

Também realizamos entrevista no dia trinta de maio de dois mil e dezenove com a professora Elisabete Maria Oliveira. Ela é formada em Língua Portuguesa e Pedagogia, com pós-graduação em Literatura e atua na educação pública há dez anos, dentre os quais na unidade escolar há apenas quatro anos e ministrando aulas em todas as turmas da escola.

RD13 - Marcela: bom... com a senhora mesmo falou... a senhora trabalha nessa unidade escolar há quatro anos... dentro desses quatro anos que a senhora atua... éh::: em sala de aula... a senhora consegue identificar quais são os alunos que são

atendidos pelo Programa Bolsa Família? a senhora conseguia identificar isso? e de que forma?

Elisabeth : ah/ nos anos anteriores... nós tínhamos que... a escola nesse ano... modificou... né? teve algumas mudanças... esse ano eu não consigo não... identificar... porque a clientela mudou muito... nos anos interiores... nós tínhamos assim... uma base... superficial... de quem era atendido... porque os nossos alunos eram da periferia... ee:: ... então nós tínhamos assim uma base maior...

Marcela: nas reuniões... com o orientador... e essas coisas... né? ((sussurros)) tá... éhh:: ... bom... como a senhora mesmo relatou... esse conhecimento mesmo sendo superficial... a senhora tinha uma base... né? em relação a esses alunos... dentro desse conhecimento... professora... eu gostaria que a senhora me dissesse... se a senhora consegue... já trazendo pra sua atuação como professora... se a senhora consegue identificar... alguns aspectos de vulnerabilidade escolar... nesses alunos em específico... que são subsidiados pelo Programa Bolsa Família?

Elisabeth: sim... éhh:: nós percebíamos assim... nos anos anteriores... e quando eu trabalhei no município também... que assim... a maioria desse alunos... eles não tinham aquele rendimento esperado... eles se preocupavam mais com a alimentação em si... do que os conteúdos que a gente 'tava' ministrando na sala... aí chegava um certo momento... a hora do lanche eles ficavam mais ansiosos... então aí a gente passava analisando... e:: nos conselhos de classe... quando 'cê' fala individualmente de cada aluno... aí a gente ia percebendo quem tinha bolsa família... quem não tinha... e notava-se essa... essa... éh:: não sei nem te dizer se é uma deficiência... mas... eles eram mais vulneráveis sim...

A professora Elisabete também enuncia a dificuldade escolar apresentada pelos alunos atendidos pela política pública, ela destaca tanto na unidade escolar que trabalha atualmente, quanto em outras escolas municipais que já ministrou aulas em anos anteriores, outrossim, na sua percepção, também foi nos relatado que esses alunos são ansiosos na hora do lanche aspecto que pode ser proveniente da situação da vulnerabilidade social de suas famílias.

Entrevistamos a professora Maria de Fátima no dia trinta de maio de dois mil e dezenove. Ela é professora efetiva da rede estadual de educação há trinta anos, é formada em Pedagogia e trabalha na escola José de Assis há cinco anos, com turmas de 2º ao 5º ano do ensino fundamental séries iniciais. Atualmente está lotada na biblioteca.

RD14 - Marcela: professora Fátima... mesmo a senhora tendo relatado que não tem muito conhecimento sobre o programa Bolsa Família... a senhora citou que... sabe que é uma ajuda de custo... né? pra esses alunos que têm uma situação financeira mais precária... digamos assim... ee:: dentro dessa/ desse conhecimento que a senhora tem... em algum momento... como a senhora também já falou... a senhora conseguiu identificar nas suas aulas... né? por relatos de alunos que recebiam Bolsa Família... então assim... do que a senhora já percebeu desse alunos que recebiam Bolsa Família... daria pra senhora fazer um comentário em relação a aprendizagem desses alunos? se esse alunos eram alunos que sempre apresentavam mais dificuldades... ou se ()... como que era o desempenho desses alunos que a senhora poderia... conseguir identificar pelo discurso deles... que eles eram alunos que faziam parte do programa Bolsa Família?

Maria de Fatima: até então o contato que eu tive com esses alunos em sala de aula... a gente percebia que eram aqueles alunos mais carentes mesmo... que tinham necessidade... até mesmo pra alimentação dentro de casa... umas das questões que me chamavam muito a atenção... era quando iniciavam as aulas... que eles (ainda) não tinham recebido esse benefício... eles faltavam de duas a três semanas... esperando esse dinheiro pra poder comprar material escolar...

Marcela: então a senhora/ na sua percepção... isso aí... éhh:: atrapalhava... em vários fatores... né? já gerava faltas... né? nesse sentido... o quê que a senhora poderia relatar?

Maria de Fatima: eu acredito que sim... porque era algo... que eles contavam com isso... pra ajuda dentro de casa... a maioria das crianças que a gente tinha contato eram crianças que os pais estavam desempregados... e dependiam totalmente dessa renda... (ENTREVISTA,30/05/2019).

No enunciado da professora Fatima, ela nos descreve sua percepção em relação à carência dos alunos na escola, que, em seu tempo de magistério, percebia que muitos deles faltavam na escola no início das aulas, pois suas famílias ainda não haviam comprado material escolar devido ainda não terem recebido benefício, o que gerava prejuízos a esses alunos na escola.

Tanto a orientadora educacional quanto os professores, levantaram uma questão importante, no tocante aos alunos que são beneficiados pelo PBF: as dificuldades de aprendizagem na escola, sempre relacionando esta situação à vulnerabilidade social que a família deles vivenciam. Elas também levantaram a questão da ansiedade das crianças atendidas pelo PBF na hora da merenda. Isso pode revelar uma carência alimentar em casa.

Para coadunar com os discursos do corpo escolar, aferimos, através dos boletins de cinco alunos das famílias entrevistadas que recebem PBF, nos quatro bimestres que compõem o ano letivo, um relatório geral do desempenho desses alunos no ano letivo de dois mil e dezenove. Para manter o anonimato deles preservado, utilizamos apenas as iniciais dos nomes para descrever a citação dos referidos alunos no quadro abaixo.

Quadro 3 - Informações do boletim escolar dos alunos subsidiados pelo PBF referente aos quatro bimestres do ano de 2019 da E.E.G.T.I.D.F.J.A.A

| A.G.A.M 8° ano | D.P.M 9° ano | A.E.S.R 9° ano |
|---|--|---|
| A aluna já foi reprovada em anos anteriores, apresenta distorção série/idade, das dez disciplinas ministradas, ela teve nota reprovativa em Língua Portuguesa no 1° e 3° e 4° bimestres, nota reprovativa em Matemática no 1°,3°,4° bimestres; Nota reprovativa em História no 4° bimestres; Nota reprovativa no 4° bimestres em Geografia, somando as faltas ao longo do ano, em todas as disciplinas, ela teve registro | Aluno já teve reprovação em anos anteriores, apresenta distorção série/idade, das dez disciplinas ministradas, foi reprovado em matemática no 4° bimestre; Química no 4° bimestre e Língua Inglesa no 2° bimestre; Redação no 1° bimestre. Somando as faltas ao longo do ano, nas dez disciplinas ele registrou total de 102 faltas, sendo grande parte dessas ausências nas disciplinas de Língua Portuguesa (18 faltas), | A aluna possui laudo de algumas dificuldades pedagógicas que garantem a mesma acompanhamento especial em sala, das dez disciplinas ministradas, ela teve nota reprovativa em Matemática no 1° bimestre e Física no 1°, 2° e 4° bimestre. Somando as faltas ao longo do ano ela teve registro total de 74, sendo grande parte dessas ausências nas disciplinas de Língua Portuguesa (21 faltas), Matemática (21) e Física (9). |

| | | |
|---|---|---|
| total de 186 faltas, sendo grande parte dessas ausências nas disciplinas de Língua Portuguesa (24 faltas), Matemática (58) e Ciências (22). Mesmo com as reprovações ao longo do ano, a aluna foi aprovada pelo conselho de classe final. | Matemática (29) e Química (16 faltas). O aluno foi aprovado para série posterior. | A aluna foi aprovada para série seguinte. |
|---|---|---|

Sistema de Gerenciamento Escolar-SGE/2020 Adaptado pela autora

Nos dados aferidos dos três alunos que são das famílias entrevistadas nesta pesquisa percebemos que ao longo do ano letivo de 2019 nos quatro bimestres cursados, ocorreram reprovações em algumas disciplinas, sendo as mais recorrentes: Português e Matemática. Essas reprovações coadunam com o número de ausências desses alunos nas respectivas disciplinas. Ao passo que, essa situação claramente gera prejuízos à aprendizagem desses alunos. Aferimos com as famílias desses alunos se alguma vez o benefício deles foi suspenso e duas afirmaram que sim. Entretanto, a razão desse cancelamento não foi por descumprimento de condicionalidade de frequência na escola. O benefício da família de D.P.M nunca foi suspenso.

Quadro 4 – Informações do boletim escolar dos alunos subsidiados pelo PBF referente aos quatro bimestres do ano de 2019 da E.E.G.T.I.D.F.J.A.A

| M.A.G.V .S 1º SÉRIE | K.A.P. 7º ano |
|--|---|
| O aluno apresenta ótimo desempenho nas dez disciplinas cursadas, não registrou nota reprovativa em nenhum bimestre, ao longo do ano somou um total de 12 faltas apenas, sendo aprovado para o ano posterior. | A aluna não apresenta distorção série/idade nas dez disciplinas cursadas, ela teve nota reprovativa em Língua Portuguesa no 1º bimestre; Matemática no 1º e 3º bimestres e Ciências no 2º bimestre. Registrou, nas dez disciplinas cursadas, ao longo do ano, um total de 134 faltas, sendo grande parte dessas ausências nas disciplinas de Matemática (41 faltas), Língua Portuguesa (21) e Geografia (17). |

Sistema de Gerenciamento Escolar-SGE/2020 Adaptado pela autora

É importante destacar que o aluno M.A.G.V., que quase não anotou faltas em seu boletim, também não registrou nenhuma nota reprovativa ao longo dos quatro bimestres do ano de 2019. Os boletins escolares representam apenas um parâmetro de aferição do rendimento dos alunos ao longo do ano letivo para obter nota aprovativa. Diversas atividades são realizadas no decorrer de cada bimestre. Somadas, essas atividades concedem ao aluno ser aprovado ou não. Para tanto, a avaliação desses alunos é contínua e também ocorre nos conselhos de classe bimestrais. Nesse sentido, passamos a descrevê-los.

A coleta de dados atinente aos conselhos de classe foi realizada com base em anotações de campo, conforme anuência prévia dos participantes do conselho de classe que ocorreu no dia 28 de junho de 2019 e de 19 de outubro de 2019. Passamos a pontuar, de forma breve, iniciando pelo conselho de classe do dia 28 de junho de 2019. O conselho de classe é uma reunião que acontece ao final de cada bimestre nas escolas públicas estaduais. Como o ano letivo é dividido em quatro bimestres, as datas são fixadas pela secretaria de educação de acordo com o calendário escolar.

Nessas reuniões os professores se reúnem com toda equipe escolar, orientação pedagógica, secretaria da escola, coordenadores e um representante da Diretoria Regional de Ensino de Araguaína - DREA para fazerem uma discussão geral do bimestre encerrado, aventar a aprovação dos alunos e propor intervenções que possam melhorar o processo de ensino aprendizagem dos alunos que não obtiveram nota aprovativa. Tal conselho também tem o “poder” de deliberar sobre a mudança do status de aprovação dos alunos.

No conselho de 28 de junho de 2019, como de costume, os trâmites seguiram conforme descrito acima. Para tanto, reduzimos nossa atenção aos cinco alunos das famílias que participaram da entrevista desta pesquisa. Os pontos de maior destaque foram: Infrequência dos alunos nas aulas; Falta de acompanhamento dos pais na escola; Dificuldades de aprendizagem.

Os professores, ao se pronunciarem sobre os alunos, destacam pontos de um documento chamado “relatório de acompanhamento de conselho de classe” onde são numeradas possíveis observações sobre a conduta escolar do aluno que levaram a sua reprovação em alguma disciplina.

Nas colocações e discussões durante o conselho de classe, a palavra “família” sempre está em questão, como foi possível perceber que a escola sempre busca uma aproximação com as famílias dos alunos. A escola trabalha numa perspectiva de estreitar “laços” com as famílias, o que pode corroborar com a melhora do desempenho desses alunos.

Das cinco famílias que têm seus filhos matriculados na unidade escolar, e que foram acompanhadas por nós, utilizando dados dos boletins, apenas um aluno que é subsidiado pelo PBF não apresentou notas reprovativas nos quatro bimestres. Os outros alunos apresentaram reprovação em uma ou mais disciplinas nos bimestres que já haviam cursado. Vemos que são alunos de famílias pouco participativas na escola, segundo relatos da orientadora educacional e dos professores presentes. Em diversas oportunidades a escola entrou em contato com os pais, chamando-os para uma conversa e não obtiveram êxito.

Outro ponto importante a ser apontado e disponível nos boletins dos alunos é a quantidade muito alta de faltas que eles vêm acumulando no semestre letivo. Esse fato nos chamou a atenção por serem alunos subsidiados por uma política pública de transferência de renda (PBF) que tem como uma de suas condicionalidades a frequência na escola, pois esses alunos, ao faltarem, estão perdendo aulas, conteúdos pelos professores e outras atividades pedagógicas, afetando diretamente seu aprendizado. Não obstante, a escola recebe da gestão do PBF um relatório para que as principais motivações das faltas sejam apresentadas na iminência de que a família não perca seu benefício, essa informação é repassada às gestoras do PBF municipal em caso de ausência não justificada .

As notas reprovativas que os alunos sustentam em seus boletins escolares podem ser consideradas como um reflexo de suas ausências à escola, e acreditamos que nessas ausências, os maiores prejudicados são eles mesmos, pois, tendo em vista que o cancelamento de benefícios por razões de não cumprimento de condicionalidade representa aspecto ínfimo aferido no sistema PBG/MDS.

Acompanhamos o conselho de classe do 3º bimestre que ocorreu no dia 19 de outubro de 2019 e, novamente, tivemos percepções semelhantes: os apontamentos por parte dos professores sobre a dificuldade dos alunos, o posicionamento da coordenação quanto à importância da relação dos alunos e professores, entre outros pontos.

Houve uma intensa discussão, por parte da equipe escolar, sobre as atividades desenvolvidas na escola que mais reverberaram em sucesso para os alunos, formas de recuperação e alunos que, por algum motivo, não obtiveram êxito através de planos de intervenção. Contudo, mesmo ocorrendo discussões sobre a dificuldade dos alunos de forma geral, pouco se discute a situação dos alunos atendidos pelo PBF de forma ampliada. Outrossim, por se tratar de uma política pública que exige apenas a “frequência” como contrapartida das famílias, não aferimos tantos questionamentos sobre os resultados desses alunos na escola. Pensamos que o governo, quando se omite de suas responsabilidades, como exemplo a oferta de transporte público a esses alunos que precisam e uma estrutura completa nas escolas, acaba contribuindo para que essas lacunas persistam.

Nesse sentido, trazemos aqui os descritos Sen (2010) onde explica-nos que “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica, [...] maior será a probabilidade de que, mesmo os potencialmente pobres, tenham uma chance maior de superar a penúria (SEN, 2010, p. 124).

A escola é um espaço múltiplo, onde muitas coisas ocorrem. Para Amartya Sen (2010), esse espaço representa a educação como uma oportunidade social que proporciona

eliminação de privações na vida dos indivíduos. Foucault (2006) amplia a nossa percepção descrevendo que esse dispositivo é resultante de “condições locais e urgências particulares” (FOUCAULT, 2006, p. 222), e complementa descrevendo que a existência de uma correlação entre família e escola não estabelece uma instância igual para esses dispositivos, mas, “estabelece uma conexão, repercussões, complementaridades, delimitações, que supõem que cada uma mantenha, até certo ponto, suas modalidades próprias” (FOUCAULT, 2006, p. 222).

Foucault (2006) discute ainda, que as estruturas dessas instituições revelam características de poder exercidas pelo Estado, o que ficou explícito, quando observamos o histórico de mudanças nas modalidades de oferta de ensino da escola bem como o fato de, em nove anos, a U.E ter registrado três diretores diferentes. Nesse sentido é importante frisar que, até na forma como os gestores escolares são escolhidos na maioria das escolas brasileiras, e também, no Tocantins, percebe-se isso; a indicação política desses profissionais acaba engessando o que deveria ser o compromisso deles com a comunidade escolar, tal qual a qualidade do ensino, todavia, se a escola se apresenta como dispositivo desconectado da realidade desses alunos, esses indivíduos se tornam apenas “[...] produto de uma relação de poder que se exerce sobre os corpos” (FOUCAULT, 2006, p. 160).

O dispositivo Lei 10.836/2004, que preconiza o PBF, com seus respectivos decretos e normativas, foi implantado oficialmente em 2004. Ao longo dos anos, apresentou muitas mudanças no seu desenho. Todavia, os objetivos dessa política pública permanecem os mesmos: focar nas famílias em situação de vulnerabilidade social, onde, através da transferência de renda, acesso aos serviços de saúde e educação e coordenação com outros programas sociais, essas famílias possam romper o ciclo de pobreza que as acomete.

Por essa perspectiva, para compreendermos a gestão do PBF no município de Araguaína-TO estivemos na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, local onde se localiza a gestão do Cadastro Único e do PBF. Já explicamos que esses programas estão interligados, sendo o CadÚnico a porta de entrada no programa BF.

Nossa entrevista com as gestoras do Cadastro Único/Bolsa Família e Bolsa Família Educação ocorreu em dias alternados. Não traçamos um modelo específico de perguntas e realizamos apenas anotações de campo com os dados disponibilizados durante as conversas.

Estivemos, primeiro, no PBF Educação no mês de novembro de dois mil e dezenove. Essa pasta gere os dados referentes à condicionalidade das famílias atendidas. Na oportunidade, conversamos com Alessandra S. E. S. C., que é servidora efetiva da rede de educação municipal, mas que, atualmente, encontrava-se respondendo pela pasta.

Em nossa conversa, questionei-a como ocorre a gestão do PBF no tocante ao acompanhamento da condicionalidade das famílias com filhos em idade escolar. Ela nos relatou que o município de Araguaína tem se destacado nesse sentido, estando, inclusive, acima da média nacional. Todas as informações aferidas nas unidades escolares são enviadas para sua pasta e existe um calendário específico de datas a serem cumpridas pelas escolas para que os dados sejam enviados no prazo. Tudo que concerne à condicionalidade escolar, seja frequência, infrequência, abandono, desistência, deve ser relatado pelas escolas através de relatórios.

Os casos mais sérios que não são resolvidos na esfera da própria unidade escolar, são reportados a gestão do PBF para que sejam tomadas as devidas providências (caso a escola não tenha êxito na localização do aluno e sua família, a assistente social também realiza esse trabalho e muitas vezes com deslocamentos até a residência dessas famílias).

Na data da nossa visita na pasta do PBF Educação, Alessandra estava realizando a busca/localização de muitos alunos (o quantitativo exato não nos foi precisado) que estavam em situação de “alerta” por não estarem frequentando a escola onde constavam suas matrículas. Ela nos explicou que ocorrem muitas transferências entre municípios e até mesmo estados diferentes e que, às vezes, o sistema demora a fazer essa atualização, mas que a busca constante de localização dessas famílias auxilia para que elas não tenham seu benefício cancelado, mesmo que essa situação quase não ocorra no município de Araguaína, pois são raros os casos.

Nossa conversa com a gestora responsável pelo Cadastro Único/PBF ocorreu nos dias seis e trinta e um de janeiro de dois mil e vinte. Ela se chama Francine A. T. e é graduada em Direito. Ela atua na pasta desde abril de dois mil e dezenove. Foi-nos relatado que a gestão do PBF ocorre em Araguaína-TO como em outros municípios do Brasil, pois o PBF tem legislação única para todo território nacional, salvo situações extremas, as quais não se aplicam no município em questão.

Francine destacou que o atendimento ocorre por dez horas diárias e de forma ininterrupta. Isso para que as famílias não tenham dificuldades de atualizar ou mesmo contatar, caso necessitem. Segundo a gestora, existe um bom acompanhamento das famílias no município. Como o desenho da Lei 10.836, prevê, na esfera municipal, que ocorram articulações através de ações, buscamos compreender se existe, por parte do município de Araguaína, outros programas ou cursos que sejam oferecidos especificamente para as famílias do PBF. Ela nos relatou que a gestão não ocorre somente no contexto dos beneficiários que são atendidos pelo PBF, mas, sim, para os cadastrados no sistema do Cadastro Único, e,

através desse cadastro, existem sim, alguns cursos por meio do programa de geração de renda, que beneficiam essas famílias em especial, mas que a procura ainda é muito baixa.

Ela também nos apontou que palestras informativas são realizadas nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS sobre o PBF, que tratam da importância de acompanhamento dos pais aos seus filhos na escola e na saúde, tendo em vista as condicionalidades exigidas, são elencadas, ainda, nesses momentos, a importância dessas famílias manterem seus cadastros no CadÚnico sempre atualizados.

Questionamos, conforme aferimos nos dados disponíveis no sistema de gestão do PBF/MDS, se seria possível mensurar aspectos relevantes sobre a diminuição do número de famílias subsidiadas pelo PBF no município de Araguaína. Como ela é recente na pasta, disse que só pode responder pelo seu período de atuação. Uma das características apontadas se dá no contexto do não enquadramento no perfil socioeconômico dessas famílias. Como a entrevista no cadastro único é autodeclaratória e, posteriormente, ocorre um cruzamento de dados com os sistemas da Caixa econômica e MDS, essas famílias acabam não atendendo às prerrogativas impostas pelo PBF. Ela destacou também que, nos últimos anos, o governo vem realizando intensas auditorias para aferir a veracidade dos dados declarados pelos beneficiários, o que pode ter resultado em alguns cancelamentos.

Contudo, ela nos apontou que, mesmo sendo um programa que busca atender principalmente as famílias mais pobres, atualmente, a demanda por parte dos que buscam acessar o benefício aumentou, ao passo que, atualmente existe uma “fila de solicitações” que aguardam liberação do Governo Federal. Muitas famílias que realmente necessitam, mas não estão acessando a política pública, devido a alguns cortes realizados no orçamento. Ela complementou argumentando que, no que compete à gestão do PBF em Araguaína, ações com vistas a buscar essas famílias mais vulneráveis tem sido realizadas constantemente.

Nossa intenção primária também era localizar as famílias que recebem subsídio do PBF para realizar um mapeamento socioespacial dessas famílias no município de Araguaína. Todavia, ao solicitarmos essa informação, a gestora nos relatou que não existe esse dado específico. Requeremos sobre elementos que apresentassem o perfil educacional das famílias que recebem benefício do PBF. Como ela já havia mencionado, a porta de entrada para o benefício é o Cadastro Único. Os dados solicitados e disponibilizados são gerais de todos que estão inseridos nesse cadastro, sendo importante destacar que o sistema do MDS vem mostrando crescimento no número desses cadastrados, o que fortalece nossa percepção de vulnerabilidade socioeconômica ainda persistente. A gestora nos disponibilizou um relatório com a evolução do perfil educacional dos cadastrados mês a mês, desde o ano de 2012. Para

tanto, fizemos um recorte e apresentamos, na tabela abaixo, apenas o mês de dezembro de cada ano disponibilizado, tendo em vista que nosso objetivo é apresentar um panorama geral desses dados.

Tabela 16 - Dados da escolaridade das pessoas inscritas no sistema do Cadastro único de Araguaína- TO período de 2012 a 2019

| Período | Fundamental completo | Ensino médio completo | Ensino superior |
|----------------|-----------------------------|------------------------------|------------------------|
| 12/2012 | 5.803 | 5.857 | 711 |
| 12/2013 | 6.782 | 11.464 | 982 |
| 12/2014 | 7.347 | 14.856 | 1.273 |
| 12/2015 | 6.934 | 17.329 | 1.352 |
| 12/2016 | 6.251 | 18.077 | 1.328 |
| 12/2017 | 5.397 | 16.238 | 1.411 |
| 12/2018 | 4.224 | 13.950 | 1.270 |
| 12/2019 | 4.178 | 14.453 | 1.789 |

Fonte: Aplicações/MDS acesso em 31/01/2020 adaptado pela autora.

O Cadastro Único é a porta de acesso para os programas de Proteção Social, inclusive o PBF. Todavia, quando observamos o perfil educacional das pessoas cadastradas, nos chama atenção à evolução crescente no quantitativo de cadastrados de pessoas com nível superior, aspecto passível de alguns questionamentos, tendo em vista que a graduação é requisito importante que contribui para inserção no mercado de trabalho, pensamos que numa cidade média com IDHM alto, esse dado se apresenta como uma contradição ao status sustentado pela “capital econômica do estado”, pois, acreditamos ainda que essas pessoas, ao se cadastrarem, buscam acessar políticas públicas que possam lhes garantir uma renda mínima, reforçando características de vulnerabilidade econômica ainda presente no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo desta pesquisa não foi algo aleatório, ele emergiu no âmbito das inquietações de uma professora da rede pública de ensino que atua há quase dez anos no segmento educacional do Estado do Tocantins. Todavia, nossa percepção para o recorte que foi realizado, primando por elevar nosso olhar de forma mais atenta para os alunos que pertencem às famílias que são beneficiadas pelo programa bolsa família, só ocorreu a partir de uma aproximação possibilitada pelas entrevistas realizadas com essas famílias.

A promoção de políticas de proteção social para países em processo de desenvolvimento, como o Brasil, apresenta-se como um caminho concreto para mitigar a desigualdade social histórica perversa e ainda persistente. Contudo, a responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa perpassa diversos segmentos: a justiça, a política, o Estado e o cidadão como agente ativo nas suas escolhas.

Nessa lógica, inicialmente esta pesquisa buscou dimensionar desenvolvimento, ancorada na teoria das Liberdades substantivas de Sen (2010), o autor estabeleceu novos parâmetros para se pensar como, e através de quem ele ocorre, trazendo como aspecto principal, a discussão do Estado de Bem Estar Social, onde, a responsabilidade em promover oportunidades na vida dos indivíduos perpassa políticas públicas promovidas pelo Estado e a ação do indivíduo. Nesse sentido, nosso recorte foi a educação via escola para ampliar a discussão sobre sua importância enquanto oportunidade social atuando na promoção do desenvolvimento.

Percebemos que, no Brasil, a dificuldade no acesso a educação para os estratos sociais economicamente mais vulneráveis ainda é um problema crônico, tendo em vista o breve histórico descrito, ao passo que, as políticas públicas sempre representaram um pilar importante que possibilitou alguns dos avanços alcançados nos últimos anos.

Igualmente, abordamos nas discussões um pouco do histórico de políticas de proteção social no mundo até despontarmos no cenário brasileiro que nos revela que o Programa Bolsa Família, mesmo tendo registrado diminuição no número de famílias atendidas, devido a recentes cortes em seu orçamento, ainda sustenta o status de maior programa de transferência de renda do mundo. Ele vem contribuindo para a diminuição de desigualdades e promoção de desenvolvimento social às famílias atendidas em todo país, mas, especialmente, em regiões que ainda apresentam índices de vulnerabilidade social preocupantes, a exemplo da região Norte.

O desenho dessa política pública, com vistas a ampliar o acesso à educação e a saúde, representa um aspecto importante da Lei 10.836/2004, questão corroborada por Amartya Sen. A visão desse autor sobre desenvolvimento a partir da eliminação de privações, acrescentou elementos para repensarmos esse processo numa perspectiva mais social e menos econômica.

Ao trazermos a discussão sobre políticas públicas redistributivas numa cidade média localizada no interior da região Norte do Brasil, que atualmente detém o título de capital econômica do estado, encontramos elementos que carecem de reflexões mais amplas. De fato, os dados cotejados representam um parâmetro importante, os quais demonstraram que em Araguaína podemos afirmar que o PBF atuou de forma contributiva para minimizar a desigualdade social tal qual promover desenvolvimento como aferimos nos indicadores educacionais, socioeconômicos e índice de *Gini* municipal.

Para tanto, o conceito de cidade média perpassa alguns elementos que vão além de quantitativo populacional, mas se dá principalmente pela influência dessas cidades na rede de estrutura urbana, na sua localização geográfica e demais inter-relações, como descreve Amorim Filho (2007), todavia, Araguaína, além de reunir as características para sustentar tal título, também importa as contradições socioespaciais que essas cidades médias apresentam.

Quando ampliamos nosso olhar para os setores subnormais existentes em Araguaína, temos o contraste perverso que prevalece nesse cenário, onde, grande parte desses habitantes é composta por imigrantes atraídos pela perspectiva de melhores condições de vida nessas cidades médias como também ocorre nesse município, nesses setores, eles não gozam de infraestrutura como rede de esgoto, saneamento básico quiçá escolas que ofereçam ensino público para seus filhos conforme descrito no trabalho de Silva (2016).

Esta pesquisa nos mostrou que muitas famílias dos alunos que são subsidiados pelo PBF, residem nesses bairros ditos subnormais e vivenciam essa realidade de privações constante. Ao passo que, esses estratos sociais representam grande parte do público que precisa recorrer, em algum momento, a políticas de proteção social como o PBF, o que nos revela a dimensão geral de importância que essa renda mínima representa para essas famílias, principalmente aquelas com filhos em idade escolar, pois compreendem além da capacidade humana, a eliminação de privações (cf. SEN, 2010).

Para tanto, nos chama atenção que, o número de atendidos pelo PBF vem diminuindo gradativamente em Araguaína nos últimos anos, sendo importante destacar ainda que na faixa dos beneficiários que recebem o BVJ 0-15 anos e BVJ 16-17 anos, que desde 2011 atuam para complementar a renda das famílias com jovens em idade escolar, também venham registrando sucessivos cortes, prejudicando, sobretudo, tanto as famílias quanto seus filhos,

conforme dados apresentados nas tabelas demonstradas nesta pesquisa, o objetivo deste complemento tão somente é garantir que esses alunos não necessitem abandonar a escola para trabalhar.

Nesse sentido, não apenas pela “condicionalidade” presente no desenho da Lei 10.836/2004 que preconiza e regula o PBF, mas pela importância que a educação, sobretudo de qualidade, representa para essas famílias que não tiveram oportunidade de estudar e por isso ainda dependem desse sistema de proteção social. Outrossim, a garantia de que esses jovens continuem avançando para romper o ciclo intergeracional de pobreza que ainda os acomete perpassa o que já foi apontado no relatório da ONU (2020) ao mostrarem que as desvantagens para essa faixa etária são ainda maiores, tendo em vista os desafios impostos por um mundo globalizado e em constante transformação, onde é prerrogativo uma formação educacional de qualidade.

Contudo, qualitativamente, nos propomos a compreender essa política pública a partir do seu acontecimento no cotidiano, ancorados nos dispositivos de Foucault (2006) Lei-Família-Escola, com vistas a compreender suas consequências, entendemos que no que compete às famílias, mesmo tendo neste benefício um suporte importante para prover determinadas despesas, elas ainda não a compreendem como direito pleno. Entendemos que a condição de vulnerabilidade social e educacional atua como bloqueio, impedindo que maiores cobranças ocorram, tanto no que compete ao valor do benefício recebido, quanto ao acesso a outros serviços importantes, pois existe um receio muito forte em perder essa renda, devido a ajuda que ela representa.

Nesse contexto, é pertinente destacar que as entrevistas mostraram que essas famílias compõem o um segmento em Araguaína que sustenta um número significativo de pessoas analfabetas e com ensino fundamental ainda incompleto, de acordo com informações do portal de TSE (2018).

Outrossim, a condicionalidade no contexto da educação, no que compete a escola, ainda representa um dispositivo de poder do estado sobre essas famílias com filhos em idade escolar, percebemos que, muito se pensa no acesso à educação. Todavia, não se reflete como essa educação tem garantido que o capital humano, que visa promover o rompimento do ciclo intergeracional de pobreza adquirido por esses alunos, ocorre, se a escola como oportunidade social, através da equipe escolar, realmente compreende a necessidade dos alunos atendidos por essa política pública em suas vulnerabilidades socioeducacionais.

No entanto, a unidade escolar em destaque nesta pesquisa, apresentou inúmeras mudanças ao longo dos últimos nove anos, tanto na gestão quanto na estrutura o que nos

pareceu um aspecto a mais de preocupação também expressado no enunciado dos professores participantes desta pesquisa tendo em vista a importância da educação para esses alunos. Não obstante, Sen (2010,) acrescenta descrevendo que a expansão das capacidades humanas representa um aspecto de extrema importância que, quando fomentado por políticas públicas, atua redirecionando e ampliando o poder de decisões dos seus beneficiados, nesse processo, eles se tornam mais capacitados para opinar nessas políticas de maneira que seus objetivos se tornem mais contributivos as necessidades reais do público atendido.

Quando observamos o cumprimento do “acompanhamento” da frequência escolar no município de Araguaína, quantitativamente, verificamos que ele está acima da média nacional. Contudo, o relatório do MDS/PBF apontou, através dos dados do Índice de Gestão Descentralizada do município, que os recursos repassados pelo Governo Federal para investimento em ações que buscam melhorar a gestão do Cadastro Único (que é a porta de entrada para o PBF) que o município realizou de forma parcial ações nesse sentido.

Nas conversas com a gestora da pasta, o município de Araguaína se mostra comprometido em promover acesso às famílias que necessitam desse benefício, mas encontra obstáculos devido ao orçamento do Governo Federal para esse programa, que prevê cotas de atendimento que decorrem de dados demográficos ultrapassados, sendo essa disparidade, aliada aos cortes que vêm ocorrendo, um dispositivo que agrava e complica a situação daqueles que esperam atendimento pelo PBF. Acreditamos que um programa de proteção social como o PBF, não pode se restringir a “cotas” demográficas, ele precisa cumprir seu propósito maior, que é atuar na diminuição de desigualdade social.

Os municípios, na perspectiva do MDS, são incumbidos da responsabilidade de operacionalização e controle das ações do PBF com vistas a fortalecer e garantir que as famílias acessem a política pública de proteção social, entretanto, percebemos ainda que existe uma rotatividade no que diz respeito aos responsáveis pelas pastas que gerem essa política pública. A gestora do Cadastro Único e PBF Francine T. estava lotada nessa função há apenas onze meses, e, quando finalizamos esta pesquisa, Alessandra do PBF Educação, que nos atendeu em novembro de dois mil e dezenove, já não estava mais no cargo. Não buscamos aferir os motivos, mas como essas funções preconizam, em muitos casos, indicação política, assim como os gestores escolares, é possível que o andamento do trabalho em si possa sofrer prejuízos.

Ao lançarmos luz aos enunciados dos dispositivos Lei-Família-Escola não tivemos a pretensão de encerrar a discussão, mas amplia-la, atuando de maneira contributiva bem como dar voz aos operadores e beneficiários, para que políticas públicas de extrema importância

como o PBF não retrocedam, mas prossigam e verdadeiramente cumpram seus objetivos de forma eficaz, e isso também perpassa avaliações e proposições de mudanças sempre que essas forem necessárias.

Assim sendo, entendemos que o desenvolvimento decorre de fatores econômicos intrinsecamente ligados a aspectos sociais, quando o Estado atua na sua promoção, através de oportunidades concretas dos indivíduos, ampliando suas capacidades básicas, os resultados consequentemente, serão positivos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam, et. al. **Juventude, Violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p. Disponível em: <<http://repositorio.minedu.gob.pe>>. Acesso em 09/09/2019.

AMORIM FILHO, O.B. **Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias**. In: _____. SPÓSITO, M. E. B. (Orgs.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 69 - 87.

ARAGUAÍNA. **Plano Municipal de Água e Esgoto (PMAE)**. Araguaína, 2013. 128 pp. Disponível em <<http://araguaina.to.gov.br/portal/pdf/13.pdf>>. Acesso em: 15/10/2019

ATLAS. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Brasília: PNUD/IPEA, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In: _____. SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos *et al.* Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BARROS, Rubens. **A história da LDB**. Edição 235, Políticas Públicas, 2016. Objeto de disputa após a redemocratização do pós-guerra, lei levou 13 anos para ser aprovada. Disponível em: <<https://www.revistaeducacao.com.br/historia-da-ldb/>>. Acesso em 03/07/2019.

BECKER, Berta Koiffman. Fronteira e urbanização repensadas. In: _____. **Revista Brasileira de Geografia / IBGE**, 1985. Ver. Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, Ano 47, nº3/4, p. 315-426, jul./dez., 1985, ISSN, 0034-723x, p. 357.

BECKER, Bertha. **Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência** Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias Estratégicas, Vol. 6, Nº 12, 2001.

BESSA, Valéria da Hora. **Teorias da Aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.

BRAGA, Lizandra Maria Mendonça. **Análise Hierárquica de Eficiência do Programa Bolsa Família nos Estados Brasileiros**. Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, Palmas/TO, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11612/1442>>. Acesso em 30 de novembro de 2019.

BRASIL. **Aplicações MDS**. MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

_____. **Bolsa família beneficia mais de 137 milhões de famílias em junho.** Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, 2018. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/junho/bolsa-familia-beneficia-mais-de-13-7-milhoes-de-familias-em-junho>>. Acesso em 05/08/2019.

BRASIL. **Comparativo de benefícios por localidade.** Disponível em: <<http://portaldatransparencia.gov.br/beneficios>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

_____. **Conselho Nacional de Educação.** Senado Federal. Diário nacional constituinte. Brasília, 1987a. n.33-56.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 28 de maio de 2019.

_____. **Evolução histórica dos pagamentos feitos aos beneficiários, comparativo de benefícios por localidade.** MDS, Portal da Transparência. Disponível em: <<http://portaldatransparencia.gov.br/beneficios>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

_____. **IDEB - Resultados e Metas.** Ministério da Educação, Brasília – DF, 2018. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acessado em 10 de janeiro de 2020.

_____. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** 2ª ed., Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961, Disponível em: <ww2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2019.

_____. **Lei 10.836**, de 09 de janeiro de 2004: Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília – DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em 28 de maio de 2019.

_____. **Lei 9.394/96** de Diretrizes e Bases da Educação. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília – DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 28 de maio de 2019.

_____. **Manual do pesquisador:** Programa Bolsa Família. Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/manual_do_pesquisador_gestao_bolsa_familia_semlogo.pdf. Acesso em 18/11/2019.

_____. **Programa Bolsa Família – PBF**, informações do ano de 2019. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília – DF, 2019. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em 28 de maio de 2019.

_____. **Programa Bolsa Família – PBF**, informações sobre o programa no ano de 2015. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília – DF, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em 28 de maio de 2019.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2018**. RDH/PNUD, 26 de fev de 2019. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2018.html>>. Acessado em 10 de novembro de 2019.

BRASIL. SENARC - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Acesse os dados por municípios**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias>>. Acesso em 11 de janeiro de 2020.

_____. **Repositório dos dados eleitorais**. TSE – Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acessado em 20 de dezembro de 2020.

BUSSO, G. **Vulnerabilidad social**: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicio del siglo XXI. In: CEPAL. Seminario de las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe, Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

CALIXTRE, André Bojikian. **Sociedade salarial e resiliência**: reflexões sobre a economia política da mudança estrutural. In: _____. LEITE, Marcos Vinicus Chiliatto (orgs.). Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade (LC/TS.2019/27), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019.. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44616/1/S1900253_pt.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2020.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1999. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2651?locale=pt_BR>. Acessado em 08 de janeiro de 2020.

CARVALHO, José Eduardo. **Metodologia do trabalho científico**. 1 ed. Goiânia: Decklei, 2015.

CASTEL, Robert. **El asenso de las incertidumbres**: trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CIDADE, Lucia Cone Faria. Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade: em busca de uma construção interdisciplinar. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 171-191, jan/jun 2013. Disponível em: <<http://ken.pucsp.br/metropole/article/view/15821/11845>>. Acesso 10/09/2019.

COSTA, Marco Aurélio *et al.* **Vulnerabilidade social no Brasil**: Conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Texto para Discussão, Nº. 2364, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2018.

DALBÉRIO, Maria Célia Borges. **Neoliberalismo, Políticas Educacionais e a Gestão Democrática na Escola Pública de Qualidade**. Pedagogia e Educação: São Paulo, 2009.

DELEUZE, G. **O que é um dispositivo**. In: _____. O mistério de Ariana. Trad. e prefácio Edmundo Cordeiro. Lisboa: Editora Vega/Passagens, 1996. Disponível em: <www.200%20que%20%C3%A9%20um%20dispositivo.pdf>. Acesso em: 29/10/2019.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 11/11/2019.

DINIZ Gécica Mathias; MARIN, Solange Regina; FEISTEL, Paulo Ricardo. **A educação pela perspectiva da abordagem das capacitações**. Economia-Ensaios, Uberlândia, 32 (1): 217-240, Jul./Dez. 2017.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. **Políticas sociais, distribuição, crescimento e mudança estrutural**. In: _____. LEITE, Marcos Vinicus Chiliatto (orgs.). Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade (LC/TS.2019/27), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44616/1/S1900253_pt.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2020.

ESTADO DO TOCANTINS. **Secretaria Escolar da Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Deputado Federal José Alves de Assis**. Informações fornecidas pela secretaria escolar no ano de 2019.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dôminus, 1966.

_____. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel Kreidlow. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade** - ISSN 0100-3143 (impresso) e 2175-6236 (online) vol 29 2004. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401/14733>>. Acesso em 02/07/2019.

FILHO, João Manoel de Vasconcelos; SOARES Beatriz Ribeiro. Os conflitos e as contradições na aquisição da moradia social nos enclaves de pobreza urbana no Brasil: uma análise sobre a cidade de Araguaína – TO. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial, EGAL, 2011 - Costa Rica, II Semestre 2011, pp. 1-14. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820370>>. Acesso em 15/11/2018.

FONSECA; Ana Maria Medeiros de, ROQUETE, Claudio. Proteção Social e Programas de Transferência de Renda: Bolsa-Família. **Caderno de Pesquisa NEPP**, 86, junho 2018. Proteção social e transferência de renda edição especial em homenagem à Ana Fonseca, organização Lilian Montali. ISSN: 2527-1946. Disponível em: <<https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacaoe>>. Acesso em 17/10/2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luis Felipe Baeta, 8º ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. A. Sampaio. Campinas: Loyola, 1998a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado, Editora Paz e Terra S/A, Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000, p. 69-78.

FRASER, Marcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sonia Maria Guedes. **Da fala do Outro ao texto negociado**: Sessões sobre entrevista na pesquisa qualitativa. Paideia, 2004, 14(28), 139-152. Disponível no site: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf/>>. Acesso em 17/02/2019.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação**: manual do usuário. In: _____. SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira**. Thonson, São Paulo, 2002. Disponível em: <<books.google.com.br>>. Acesso em 01/07/09.

HOFLING, Heloisa de Matos. **Estado e Políticas Públicas Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em 26/05/2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 15/06/2018.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2015. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016, ISBN 978-85-240-4398-7. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acessado em julho de 2019

_____. **Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população Brasileira: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. nº 40. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em 05/02/2020.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em 15/06/2018.

_____. **Panorama da população por Cidades**: Estimativa de 2017. Disponível no site: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>>. Acesso em 15/06/2018.

_____. **Panorama das cidades**: Araguaína – TO. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>>. Acesso em 05/08/2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016** (Pnad Contínua). Dados de 2016. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>>. Acesso em 11 de janeiro de 2020.

_____. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. p. 221. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>>. Acesso em 02/07/2019.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IBEB – Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 21/10/2019.

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao_atlas_ivs.pdf>. Acesso em: 05/10/2019.

_____. **Produto Interno Bruto por unidade da federação**. Brasília – DF, 1996. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1942/1/td_0424.pdf>. Acesso em 26/09/2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas**. Biblioteca da UFMG, 2012. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Fernando. **As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades”** (Aveo). Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_3_pgs_67_94.pdf>. Acesso em 17/09/2019.

LEGENDRE, Renald. **Dictionnaire actuel de l'éducation**. 2.ed. Montrel: Guér, 1993.

LIBÂNEO, J.C; OLIVEIRA, J.F; TOSCHI, MS. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. Col.Docência em formação / coord. Antonio Joaquim Severino e Selma Garrido Pimenta; São Paulo: Cortez, 2003.

MALAGÓN-OVIEDO R. A. ; CZERESNIA D. **O conceito de vulnerabilidade e o seu caráter biosocial**. Comunicação saúde educação 2015; 19(53):237-49 Botucatu. 2015.

MAREN, Jean-Marie van de. **Méthodes de recherche pour l'éducation**. Montreal: Les Presses de l'Université de Montreal, 1995.

MATTAR, F. **Pesquisa de Marketing**. 1ª ed. Atlas: São Paulo, 1996.

MILLES, Mathew, B. **Qualitative data as na attractive nuisance: the prolem of analysis**. In: _____. *Administrative Science Quarterly*, v. 24, n4. New York: Greenwood, 1979.

MONNERAT, Giselle Lavinias, *et al.* Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Volume: 12, Número: 6, Publicado: 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.org/toc/csc/2007.v12n6/>>. Acesso em 17/10/2019.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em 14/09/2019.

NERI, Marcelo Côrtes; SOUZA, Pedro Herculano Cavalcanti Ferreira de. Comunicados Ipea 155: A Década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. **Comunicados IPEA**, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4639>>. Acessado em 15 de janeiro de 2020.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Texto publicado no livro “Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas”, organizadas por Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora da PUC: Goiás, 2010, p. 93-99.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; ARAUJO, Claisy Maria Marinho. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. Estudos de Psicologia, Campinas, 27(1), 99-108, janeiro – março, 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Nilton Marques; PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. O Indicador de Desenvolvimento Regional no Território do Tocantins. **Interações** (Campo Grande) [online]. 2019, vol.20, n.1, pp.3-20. Epub 08-Abr-2019. ISSN 1518-7012. <https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1607>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1518-70122019000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 de janeiro de 2020.

OLIVEIRA; Nilton Marques; STRASSBURG, Udo. Revisando o pensamento do Gunnar Myrdal e Amartya Sen sobre o Estado de Bem-Estar Social. **Ciências Sociais e Perspectivas**, v.5 – nº 29, p. 153 – 169, 2016. Doi – 10.5935/1981-4747.2016008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/14507>>. Acesso em 20/11/2019.

ONU. **Relatório Social Mundial 2020: Desigualdade é ameaça ao progresso social**. Publicado em 20/01/2020, Atualizado em 21/01/2020, Comunicado de imprensa sobre o Relatório Social Mundial 2020, Sede da ONU, Nova Iorque. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-social-mundial-2020-desigualdade-e-ameaca-ao-progresso-social/>>. Acesso em 05 de março de 2020.

_____. **Relatório de desenvolvimento humano do PNUD destaca altos índices de desigualdade no Brasil**. Publicado em 09/12/2019, Atualizado em 17/12/2019, Comunicado de imprensa sobre o Relatório Social Mundial 2020, Sede da ONU, Nova Iorque. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-de-desenvolvimento-humano-do-pnud-destaca-altos-indices-de-desigualdade-no-brasil/>>. Acesso em 05 de março de 2020.

_____. **Relatório Social Mundial 2020: desigualdade é ameaça ao progresso social**. Versão em inglês disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/01/World-Social-Report-2020-FullReport.pdf>>. Acessado em 15 de janeiro de 2020.

PIRES, André. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. [online]. 2013, vol.21, n.80, pp.513-531. ISSN 0104-4036. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362013000300007>>. Acesso em 10/05/2018.

POCHMAN, N. Marcio. **Educação Real**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 491-508, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n2/09.pdf>>. Acesso em 29/07/2019.

_____. **O emprego na Globalização: A nova divisão Internacional do Trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu/São Paulo**; Boitempo, 2012. Disponível em: <<https://booksgoogle.com.br>>. Acesso em 25/06/2019.

PPGDIRE, Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. **Área de concentração**. 2016b. Disponível em: <ww2.uft.edu.br/index.php/ppgdire/linhas-de-pesquisa>. Acesso em 28/07/2019.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: Conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosario Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Paulo: Claraluz, 2005, 96 p.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **A História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8ª ed., Petrópolis – RJ: ed. Vozes, 1986.

SANT'ANA, Sarah Maillieux. **A perspectiva brasileira sobre a pobreza: um estudo de caso do Programa Bolsa Família**. Revista do Serviço Público, Brasília, 58 (1): 05-35, Jan/Mar 2007.

SANTOS, Benerval Pinheiro; NOVAIS, Gercina Santana; SILVA, Lazara Cristina da. (orgs.). **Educação Popular em Tempos de inclusão: pesquisa/intervenção**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

SANTOS, Izequias Estevan dos. **Método e técnicas de pesquisa científica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

SANTOS, Milton. Globalização Milton Santos - O mundo global visto do lado de cá. **Documentário** do cineasta Sílvio Tendler, publicado no ano de 2001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM&feature=youtu.be>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: 2008.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Coleção polemica do nosso tempo, 42ª edição, Campinas, 2012.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução de Nuno Castello-Branco Bastos. Coimbra: Almedina, 2010.

SEPLAN/TO. **Perfil socioeconômico dos municípios: Araguaína**. Governo do Estado do Tocantins, Secretaria do Planejamento e Orçamento Diretoria de Pesquisa e Informações

Econômicas Palmas – TO, Março de 2017. Disponível em:
<<https://central3.to.gov.br/arquivo/348465/>>. Acessado em dezembro de 2019.

SILVA, Noêmia Félix da; SOUSA, Kátia Menezes de. **O conceito de dispositivo em Foucault: a emergência histórica do dispositivo do desenvolvimento sustentável e a construção das subjetividades.** *Scripta Uniandrade*, Curitiba, PR, v. 11, n. 1 (2013), p. 85-107. Data de edição: 21 jun. 2013.

SILVA, Roberto Antero da Silva. **Desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína - TO.** Tese de doutorado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza – CE 2016.
SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 6, p. 55-63, 1999.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: Desenho institucional, impactos e possibilidades futuras.** Texto para Discussão, Nº. 1424, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

_____. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura Sociologias.** Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Felipe Azevedo e. **A lei saraiva e o novo perfil do eleitorado no império.** CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, ISBN: 0102-9487, 2018. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24303/19707>>. Acesso em 02/07/2019.

SOUZA, Patrícia Laczynski de. **Políticas Redistributivas e a Redução das Desigualdades: a contribuição potencial dos consórcios intermunicipais.** Tese do Curso CDAPG, da FGV. Disponível em: <<https://gvpesquisa.fgv.br/teses-dissertacoes/politicas-redistributivas-e-reducao-das-desigualdades-contribuicao-potencial-dos>>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de, *et al.* TD 2499 - Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. **Textos para discussões IPEA**, Rio de Janeiro, agosto de 2019. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34948>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

STOCO, Sérgio; ALMEIDA, Luana Costa. Escolas municipais de Campinas e vulnerabilidade sociodemográfica: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 48 set.-dez. 2011. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a08.pdf>>. Acesso em 14/09/2019.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Em direção à renda básica de cidadania.** Trabalho para o XIII Congresso Internacional da BIEN, Basic Income Earth Network, na FEA-USP, em 30 de junho, 1º. e 2 de julho de 2010. Trata-se que resume as explicações expostas nos meus livros “Renda de Cidadania. A Saída é pela Porta” (Cortez Editora e Ed. Fundação Perseu Abramo, 6ª. ed. 2010) e “Renda Básica de Cidadania. A Resposta dada pelo Vento” (L&PM, 3ª. ed. 2008). A bibliografia mais completa está nos dois livros. Disponível no site:

<<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/TextoSuplicyBien2010Portugues3004.pdf>>. Acesso em 07 de janeiro de 2020.

TAVARES, Maria da Conceição. **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro**. In: _____. LEITE, Marcos Vinicus Chiliatto (orgs.). Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade (LC/TS.2019/27), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019..

Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44616/1/S1900253_pt.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2020.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. **A rodovia Belém-Brasília**: estudo de Geografia Regional. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

VEYNE, P. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ZAMBAM, Neuro José; AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes. **A teoria da justiça em Amartya Sen**: temas fundamentais. [recurso eletrônico], Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016, 219 p. ISBN - 978-85-5696-052-8. Disponível em: <<http://www.editorafi.org>>. Acesso em 19/09/2019.

APÊNDICES

Apêndice I.I: Roteiros de Entrevistas

ROTEIRO DE OBTENÇÃO DE ENTREVISTA EQUIPE ESCOLAR/PROFESSORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - CÂMPUS ARAGUAÍNA

Roteiro de entrevista destinado à população pesquisada

Nome completo: _____

Estado civil: _____

Idade: _____ -

Grau de escolaridade (formação): _____

Local/Endereço: _____

Data: ___/___/___

1º) Há quantos anos o(a) senhor(a) trabalha na unidade escolar?

2º) Qual é a sua carga de horário atual na unidade escolar?

3º) Quais disciplinas leciona?

4º) Me fale um pouco sobre seu conhecimento do programa bolsa família?

5º) Já participou de algum curso/formação oferecido por órgão competente para desenvolver ações de intervenção direcionadas aos alunos e/ou família subsidiada pelo PBF?

6º) O(a) senhor(a) sabe quais alunos da escola são atendidos pelo programa? Caso sim, descreva como é o desempenho escolar desses alunos em suas aulas.

7º) O/A senhor(a) pode descrever um pouco como é sua atuação na escola?

8º) Participa ativamente em todas as atividades que ocorrem na escola que envolvem os alunos e os responsáveis?

9º) Na sua opinião, existe relação entre vulnerabilidade social e dificuldade de aprendizagem?

10º) Como o/a senhor(a) descreveria a função social da escola?

11º) Na sua opinião, a presença da família na escola contribui com o desenvolvimento dos alunos?

12º) Quais medidas a escola costuma adotar quando o aluno subsidiado pelo bolsa família não frequenta as aulas?

Apêndice I.II: Roteiros de entrevistas**ROTEIRO DE OBTENÇÃO DE ENTREVISTA PAIS/RESPONSÁVEIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - CÂMPUS ARAGUAÍNA
Roteiro de entrevista destinado à população pesquisada**

Nome completo: _____

Estado civil: _____

Idade: _____ -

Grau de escolaridade (formação): _____

Profissão _____

Local/Endereço: _____

Data: ___/___/___

- 1º) Defina, com suas palavras, o que o/a senhor(a) sabe sobre o programa Bolsa Família?
- 2º) Qual valor do benefício que o/a senhor(a) recebe?
- 3º) Há quanto tempo o senhor(a) recebe esse benefício?
- 4º) Já teve seu benefício suspenso alguma vez? Caso a resposta seja sim, descreva qual foi o motivo.
- 5º) Qual o percentual dos gastos do subsidio do Bolsa Família são investidos em aspectos das necessidades da escola?
- 5º) Na sua percepção , qual a importância da escola na vida do seu filho(a)?
- 7º) O senhor(a) costuma acompanhar as atividades do seu filho(a) na escola? Como?
- 8º) O/A senhor(a) está satisfeito com o trabalho da escola a qual seu filho estuda?
- 9º) Como o/a senhor(a) avalia o trabalho da unidade escolar no que se refere a inserção da família nas atividades escolares, exemplo: reuniões, conselhos de classe dentre outros?
- 10º) Quais são suas percepções sobre o papel da escola para o desenvolvimento social dos alunos?
- 11º) Na opinião do(da) senhor(a) a escola é o único caminho viável para conquistar um futuro melhor?
- 12º) Gostaria de descrever mais alguma coisa sobre o tema escola-família?

Apêndice II.I - TCLE com os Pais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **O Programa Bolsa Família na Cidade de Araguaína- TO e seus Dispositivos Discursivos no Laço escola-família**. Esta pesquisa será realizada pela pesquisadora Marcela Pereira Lima Teles, do Curso de Pós Graduação Stricto Sensu Demandas Populares e Dinâmicas Regionais-PPGDIRE da Universidade Federal do Tocantins do Campus de Araguaína, sob orientação do(a) Prof. Wallace Rodrigues. Nesta pesquisa, pretendemos **estudar o modo como se constitui o laço entre a família dos alunos subsidiados pelo programa de transferência de renda Bolsa Família e a escola, e os dispositivos que envolvem essas instituições à luz de uma política pública. Objetivando assim, o interesse na compreensão do laço que se estabelece entre a escola e a família dos alunos subsidiados por uma política pública que exige dos mesmos determinadas condicionalidades, nessa perspectiva, realizar uma análise a partir desses dispositivos, sob as percepções de Michel Foucault, numa visão ampla, buscando compreender pontos de (des)encontro que possivelmente refletem aspectos de vulnerabilidade social e educacional.**

O motivo que nos leva a estudar a respectiva temática decorre de diversos caminhos, entre os quais, **a necessidade de percepção sob acentuados aspectos de vulnerabilidade social e educacional que ainda são verificados na Região Norte do Brasil, compreensão desses efeitos como resultado da quebra, refrações no laço entre a família e a escola.**

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: serão planejados encontros para realização de entrevistas semiestruturadas tanto com as famílias (responsáveis) bem como com os alunos subsidiados pelo bolsa família, essa entrevista também será realizada com alguns funcionários da respectiva unidade escolar (professores, secretaria(o), orientador educacional) que atendem esses alunos, fazendo uso da pesquisa documental para ampliar a coleta de dados.

A sua participação consistirá em participar **da entrevista, numa perspectiva de elucidação de dados objetivos no que tange o tema proposto, bem como disponibilizar algumas informações por meio de registros fotográficos, sonoros, audiovisuais e cópias documentais, é importante destacar que não haverá coleta de material biológico.** Informamos que **essa pesquisa poderá gerar certo desconforto em determinados momentos, uma vez que, aspectos de cunho econômico e pessoal podem acabar sendo evidenciados no momento da entrevista bem como a possibilidade de constrangimento em decorrência do uso do gravador de áudio durante as entrevistas semiestruturadas. Porém, em virtude do contato prévio entre a pesquisadora e os participantes esses danos poderão ser minimizados e amenizados, tendo como medidas a serem tomadas pelo pesquisador para prevenir e/ou minimizar tais riscos, a organização de ambiente agradável, confortável e seguro para que os participantes se sintam a vontade. A pesquisa contribuirá para que os participantes, (Família) tenham a oportunidade de falar sobre a suas perspectivas e conhecimentos acerca do programa bolsa família como uma política pública de transferência de renda e a escola no âmbito da aprendizagem, importância, resultados, instituição, aspecto importante no âmbito dessa pesquisa para uma possível reavaliação de políticas públicas.**

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na

forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, Na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Deputado Federal José Alves de Assis, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala **secretária acadêmica do Curso de Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais-PPGDIRE** da UFT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **O Programa Bolsa Família na Cidade de Araguaína- TO e seus Dispositivos Discursivos no Laço escola-família**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

- () **Concordo que o meu (citar se será material biológico, registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual) seja utilizado somente para esta pesquisa.**
- () **Concordo que o meu (citar se será material biológico, registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual) possa ser utilizado em outras pesquisas, mas serei comunicado pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.**

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do Participante:

Data:

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Nome do Pesquisador Responsável: Marcela Pereira Lima Teles

Endereço: Rua 01,QD 18 LT 05

CEP:77826-614

Telefone Fixo: (63)XXXX

E-mail:marcelaplteles@gmail.com

Bairro: Conjunto Patrocinio

Cidade: Araguaína-TO

Telefone Celular: (63)992604543

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

DATA

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Hospital de Doenças Tropicais - UFT

Rua José de Brito, nº 1015 - Setor Anhanguera / CEP 77.818-530 / Araguaína-TO /

Tel.: (63) 3411-6001 / E-mail: cep.hdt@ebserh.gov.br

Apêndice II.II - TCLE com os Funcionários

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **O Programa Bolsa Família na Cidade de Araguaína- TO e seus Dispositivos Discursivos no Laço escola-família**. Esta pesquisa será realizada pela pesquisadora Marcela Pereira Lima Teles, do Curso de Pós Graduação Stricto Sensu Demandas Populares e Dinâmicas Regionais-PPGDIRE da Universidade Federal do Tocantins do Campus de Araguaína, sob orientação do(a) Prof. Wallace Rodrigues. Nesta pesquisa, pretendemos **estudar o modo como se constitui o laço entre a família dos alunos subsidiados pelo programa de transferência de renda Bolsa Família e a escola, e os dispositivos que envolvem essas instituições à luz de uma política pública. Objetivando assim, o interesse na compreensão do laço que se estabelece entre a escola e a família dos alunos subsidiados por uma política pública que exige dos mesmos determinadas condicionalidades, nessa perspectiva, realizar uma análise a partir desses dispositivos, sob as percepções de Michel Foucault, numa visão ampla, buscando compreender pontos de (des)encontro que possivelmente refletem aspectos de vulnerabilidade social e educacional.**

O motivo que nos leva a estudar a respectiva temática decorre de diversos caminhos, entre os quais, **a necessidade de percepção sob acentuados aspectos de vulnerabilidade social e educacional que ainda são verificados na Região Norte do Brasil, compreensão desses efeitos como resultado da quebra, refrações no laço entre a família e a escola.**

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: serão planejados encontros para realização de entrevistas semiestruturadas tanto com as famílias (responsáveis) bem como com os alunos subsidiados pelo bolsa família, essa entrevista também será realizada com alguns funcionários da respectiva unidade escolar (professores, secretaria(o), orientador educacional) que atendem esses alunos, fazendo uso da pesquisa documental para ampliar a coleta de dados.

A sua participação consistirá em participar **da entrevista, numa perspectiva de elucidação de dados objetivos no que diz respeito aos aspectos referentes a aprendizagem dos alunos, realidade das escola, bolsa família dentre outros, bem como disponibilizar algumas informações por meio de registros fotográficos, sonoros, audiovisuais e cópias documentais, é importante destacar que não haverá coleta de material biológico.** Informamos que essa pesquisa poderá gerar certo desconforto em determinados momentos, uma vez que, aspectos de cunho econômico e pessoal podem acabar sendo evidenciados no momento da entrevista bem como a possibilidade de constrangimento em decorrência do uso do gravador de áudio durante as entrevistas semiestruturadas. Porém, em virtude do contato prévio entre a pesquisadora e os participantes esses danos poderão ser minimizados e amenizados, tendo como medidas a serem tomadas pelo pesquisador para prevenir e/ou minimizar tais riscos, a organização de ambiente agradável, confortável e seguro para que os participantes se sintam a vontade. A pesquisa contribuirá para que os participantes, (Família) tenham a oportunidade de falar sobre a suas perspectivas e conhecimentos acerca do programa bolsa família como uma política pública de transferência de renda e a escola no âmbito da aprendizagem, importância, resultados, instituição, aspecto importante no âmbito dessa pesquisa para uma possível reavaliação de políticas públicas.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é

voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, Na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Deputado Federal José Alves de Assis, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala **secretária acadêmica do Curso de Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais-PPGDIRE** da UFT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **O Programa Bolsa Família na Cidade de Araguaína- TO e seus Dispositivos Discursivos no Laço escola-família**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

() **Concordo que o material audiovisual e sonoro, escrito e registro fotográfico sejam utilizados somente para esta pesquisa.**

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do Participante:

Data:

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Nome do Pesquisador Responsável: Marcela Pereira Lima Teles

Endereço: Rua 01,QD 18 LT 05

CEP:77826-614

Telefone Fixo: (63)XXXX

E-mail:marcelaplteles@gmail.com

Bairro: Conjunto Patrocinio

Cidade: Araguaína-TO

Telefone Celular: (63)992604543

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

DATA

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Hospital de Doenças Tropicais - UFT

Rua José de Brito, nº 1015 - Setor Anhanguera

CEP 77.818-530

Araguaína-TO / Tel.: (63) 3411-6001 / E-mail: cep.hdt@

ANEXOS

ANEXO I: APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO CEP UFT/HDT

| | | | | | | | | | |
|---|--------------------------------------|--|------------------------|---------------------------------|--|---------------|-----------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS  | | | | | | | | | |
| PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP | | | | | | | | | |
| DADOS DO PROJETO DE PESQUISA | | | | | | | | | |
| Título da Pesquisa: O Programa Bolsa Família na Cidade de Araguaína-TO e seus dispositivos discursivos no Laço Escola-Família | | | | | | | | | |
| Pesquisador: MARCELA PEREIRA LIMA TELES | | | | | | | | | |
| Área Temática: | | | | | | | | | |
| Versão: 2 | | | | | | | | | |
| CAAE: 09451019.0.0000.8102 | | | | | | | | | |
| Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins - Campus de Araguaína | | | | | | | | | |
| Patrocinador Principal: Financiamento Próprio | | | | | | | | | |
| DADOS DO PARECER | | | | | | | | | |
| Número do Parecer: 3.282.356 | | | | | | | | | |
| Situação do Parecer: Aprovado | | | | | | | | | |
| Necessita Apreciação da CONEP: | | | | | | | | | |
| <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td>Endereço: Av. José de Brito Soares, nº 1015</td> <td>CEP: 77.818-530</td> </tr> <tr> <td>Bairro: Setor Anhanguera</td> <td></td> </tr> <tr> <td>UF: TO</td> <td>Município: ARAGUAINA</td> </tr> <tr> <td>Telefone: (63)3411-6001</td> <td>E-mail: gep.hdt@ebserh.gov.br</td> </tr> </table> | | Endereço: Av. José de Brito Soares, nº 1015 | CEP: 77.818-530 | Bairro: Setor Anhanguera | | UF: TO | Município: ARAGUAINA | Telefone: (63)3411-6001 | E-mail: gep.hdt@ebserh.gov.br |
| Endereço: Av. José de Brito Soares, nº 1015 | CEP: 77.818-530 | | | | | | | | |
| Bairro: Setor Anhanguera | | | | | | | | | |
| UF: TO | Município: ARAGUAINA | | | | | | | | |
| Telefone: (63)3411-6001 | E-mail: gep.hdt@ebserh.gov.br | | | | | | | | |
| <small>Página 03 de 04</small> | | | | | | | | | |
| HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS  | | | | | | | | | |
| <small>Continuação do Parecer: 3.282.356</small> | | | | | | | | | |
| Não | | | | | | | | | |
| ARAGUAINA, 24 de Abril de 2019 | | | | | | | | | |
| <hr/> Assinado por: DIOGENES DE SOUSA NETO (Coordenador(a)) | | | | | | | | | |

ANEXO II: AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO – DREA



SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE
E ESPORTES

Diretoria Regional de Educação de Araguaína – Rua dos Engenheiros, 337 – Setor Jardim
Paulista – CEP 77.809-320
Diretoria-araguaína@educ.to.gov.br telefone: (63) 3411-5033

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Ana Cláudia Martins de Oliveira, Diretora Regional de Educação de Araguaína, CPF N° 781.965.66-15 e matrícula: 874714-3, AUTORIZO Marcela Pereira Lima Teles, RG N° 337024-SSP-TO, CPF N° 984.742.431-49, aluna do curso de pós-graduação de Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins-UFT campus Araguaína, matrícula n° 2018133298 a pesquisar e coletar dados secundários bem como realizar entrevistas com funcionários e pais de alunos na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Deputado Federal José Alves de Assis em Araguaína -TO, para a realização do Projeto de Pesquisa **“O Programa Bolsa Família na Cidade de Araguaína- TO e seus dispositivos discursivos no Laço Escola-Família”**, que tem por objetivo primário investigar a forma como se constitui o Laço entre a família e a escola à luz de um programa de transferência de renda, Bolsa Família, bem como os aspectos de vulnerabilidade decorrentes da ruptura das respectivas instituições. Para tanto, o processo investigativo dos dados secundários bem como a realização de entrevistas na unidade escolar supracitada se faz necessário para ampliar as discussões acerca desse projeto.

A pesquisadora acima qualificada se compromete a:

- 1- Iniciar a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
- 2- Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garante que não utilizará as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Involvidendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N° 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Araguaína-TO, 10 de Abril de 2019.

Ana Cláudia Martins de Oliveira
Diretora Regional de Educação de Araguaína

Ana Cláudia Martins de Oliveira
Diretora Regional de Educação de Araguaína
Ato nº 489 - 056 de 20/03/2019
Matr. Func.: 874714-3

ANEXO III: AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA UNIDADE ESCOLAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAINA - CIMBA
 Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* Demandas Populares
 e Dinâmicas Regionais

Avenida Paraguai esq. com Usaramas, s/nº
 Cep: 77.824-838, Araguaína -TO
 Email: ppgdire@mail.ufmt.edu.br



Ofício Nº 01/2019 – Programa de pós Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais

Para: Senhor Diretor Jaldo Cruz de Arruda
 Diretor da Escola Estadual Deputado Federal José Alves de Assis

Assunto: solicitação de autorização para realização de pesquisa

Após cumprimentá-lo cordialmente, venho solicitar autorização para realização de pesquisa da discente Marcela Pereira Lima Teles.

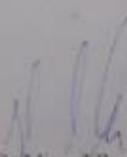
A pesquisa tem como título "O Programa bolsa família na cidade de Araguaína e seus dispositivos discursivos no laço escola-família", e será realizada a partir de entrevistas com os alunos e suas respectivas famílias, bem como consulta a documentação institucional.

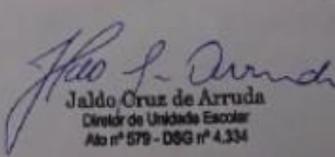
Demais informações serão prestadas pela pesquisadora.

Agradeço a atenção

Prof. Dr. Miguel Pacifico Filho
 Coordenador do Programa de Pós Graduação
 Demandas Populares e Dinâmicas Regionais PPGDire
 Portaria nº 2.047/2016-Suape nº 1672472
 UFT - Campus Araguaína

Araguaina, 12 de fevereiro de 2019


 Prof. Dr. Miguel Pacifico Filho
 (Coordenador do Curso de Pós Graduação *Stricto Sensu* Demandas Populares e Dinâmicas Regionais)


 Jaldo Cruz de Arruda
 Diretor de Unidade Escolar
 Ato nº 679 - DSG nº 4.334